



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Letícia Diniz Carneiro

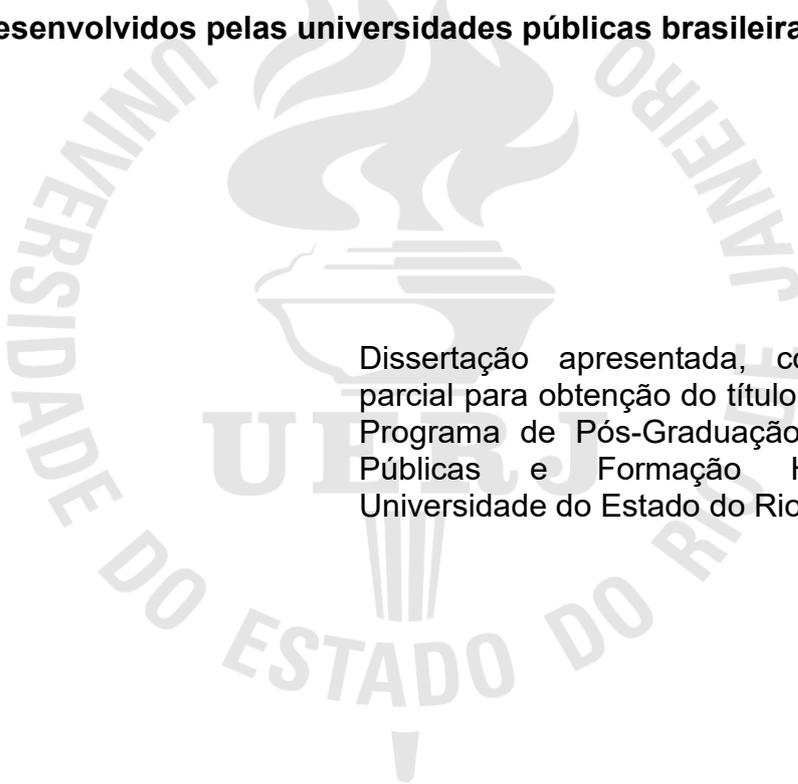
**A saúde mental dos estudantes em tempos neoliberais: estudo dos projetos desenvolvidos pelas universidades públicas brasileiras**

Rio de Janeiro

2024

Letícia Diniz Carneiro

**A saúde mental dos estudantes em tempos neoliberais: estudo dos projetos desenvolvidos pelas universidades públicas brasileiras**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

C289 Carneiro, Letícia Diniz.  
A saúde mental dos estudantes em tempos neoliberais: estudo dos  
projetos desenvolvidos pelas universidades públicas brasileiras/ Letícia  
Diniz Carneiro.– 2024.  
149 f.

Orientador: Ney Luiz Teixeira de Almeida.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Centro de Educação e Humanidades.

1.Educação – Teses. 2. Universidades e faculdades públicas –  
Teses. 3. Neoliberalismo – Teses. I. Almeida, Ney Luiz Teixeira de. II.  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e  
Humanidades. III. Título.

br CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou  
parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Letícia Diniz Carneiro

**A saúde mental dos estudantes em tempos neoliberais: estudo dos projetos desenvolvidos pelas universidades públicas brasileiras**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 12 de julho de 2024.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida (Orientador)

Faculdade de Serviço Social - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Deise Mancebo

Centro de Educação e Humanidades - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Andréa Araujo do Vale

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2024

## DEDICATÓRIA

À minha família, por sempre estarem ao meu lado.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família pelo amor e apoio incondicional em todas as etapas da minha vida. Aos meus pais, Lindomar e Marco, em especial, agradeço o empenho e dedicação para proporcionar o que consideravam ser o melhor, pelo carinho e disponibilidade em acolher e cuidar.

Às minhas irmãs, Monique e Manuella agradeço pelo afeto que me permite reconhecer que nunca estou e nem estarei só.

Ao João Gabriel, meu afilhado e sobrinho, agradeço por tornar meus dias mais felizes e por despertar em mim sentimentos inimagináveis de proteção e amor.

Ao Daniel, meu companheiro, por todo afeto, preocupação e carinho dispensado no nosso dia a dia tão corrido. Agradeço a dedicação em tornar qualquer momento simples em especial.

Agradeço à Priscila Moraes e Rodrigo Cosenza, amigos que mestrado me deu, pelo apoio diário, desde os primeiros dias, pelos inúmeros e, muitas vezes, chatos desabafos. Agradeço pelas risadas e partilhas sobre como é desafiador ser trabalhador e estudante, sobre questões particulares e dolorosas que nos atravessaram nesse período. Com vocês, esse processo foi muito melhor!

Agradeço ao Ney Luiz, meu orientador, pela paciência e dedicação ao longo desses mais de dois anos de mestrado. Foi uma grande oportunidade de crescimento tê-lo por perto.

Aos meus amigos, agradeço pela parceria, cuidado e afeto. Nos dias difíceis que vivenciei nesses últimos anos o que me sustenta é saber que existem pessoas com quem posso dividir as alegrias e mazelas dessa jornada. Ter amigos é maravilhoso. Obrigada!

*Não sou nada.  
Nunca serei nada.  
Não posso querer ser nada.  
À parte isso, tenho em mim todos os  
sonhos do mundo.  
Fernando Pessoa*

## RESUMO

CARNEIRO, Letícia Diniz. *A saúde mental dos estudantes em tempos neoliberais: estudo dos projetos desenvolvidos pelas universidades públicas brasileiras*. 2024. 149 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

O presente estudo tem como objetivo principal analisar as estratégias institucionais de identificação e enfrentamento às condições que interferem na saúde mental dos alunos do ensino superior público implementadas pelas universidades públicas brasileiras no período de 2010 até 2022. Para tal, foi necessário compreender como a racionalidade neoliberal provoca mudanças na organização da educação superior brasileira e na saúde mental discente. Entende-se que essa nova racionalidade interfere nas relações entre as pessoas e de como o sujeito lida consigo mesmo. Há um ambiente de competição que resulta em constante cobrança por melhor desempenho e resultados, que acarreta num ambiente de competição e individualismo, e, por consequência, no rompimento de laços de solidariedade e cooperação. Isso no contexto de mudanças impostas pela universidade acentua o sofrimento dos jovens. A pesquisa tem como arcabouço teórico autores que discutem o neoliberalismo e suas consequências na organização da educação superior brasileira, optando por autores voltados para teoria crítica. Em Laval e Dardot (2016) buscou-se reflexões acerca do neoliberalismo enquanto racionalidade. Para subsidiar a discussão sobre a educação pública brasileira no contexto do neoliberalismo, utilizou-se Florestan Fernandes (1975), Deise Mancebo (1998), Heribaldo Maia (2022) e Marilena Chauí (2003). Os pesquisadores Janet Newman e John Clarke (2012) foram referenciados para compreensão do gerencialismo, para compreender seus rebatimentos nas instituições de ensino superior. Busca-se referências nas formulações das categorias teóricas: neoliberalismo, gerencialismo, universidade pública e produtivismo acadêmico. No que se refere à metodologia, trata-se de pesquisa exploratória, no qual a pesquisa se constitui a partir da análise bibliográfica das produções teóricas relacionadas ao objeto de estudo, assim como na realização de levantamento de produções relativas à temática da pesquisa junto a base de dados Scielo e CAPES. Na pesquisa documental, a investigação analisa os dados e documentos oficiais disponíveis nos sítios institucionais, para isso, foram analisados os 76 (setenta e seis) projetos voltados para saúde mental discente desenvolvidos pelas 113 (cento e treze) universidades públicas existentes no país. Como principais resultados destaca-se que as universidades vêm apresentando número crescente de estudos e atividades voltadas para saúde mental discente, sobretudo em decorrência da pandemia de COVID- 19, porém não traz nas suas atividades uma crítica ou análise de como seu modo de funcionamento é baseado na lógica produtivista.

Palavras-chave: Saúde mental. Universidade Pública. Neoliberalismo. Produtivismo Acadêmico.

## ABSTRACT

CARNEIRO, Letícia Diniz. *The mental health of students in neoliberal times: study of projects developed by Brazilian public universities*. 2023. 149 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The main objective of this study is to analyze the institutional strategies for identifying and confronting conditions that interfere with the mental health of public higher education students implemented by Brazilian public universities in the period from 2010 to 2022. To achieve this, it was necessary to understand how neoliberal rationality causes changes in the organization of Brazilian higher education and in student mental health. It is understood that this new rationality interferes in relationships between people and how individuals deal with themselves. There is an environment of competition that results in constant demands for better performance and results, which leads to an environment of competition and individualism, and, consequently, the breaking of bonds of solidarity and cooperation. This in the context of changes imposed by the university accentuates the suffering of young people. The research has as its theoretical framework authors who discuss neoliberalism and its consequences in the organization of Brazilian higher education, opting for authors focused on critical theory. In Laval and Dardot (2016) reflections were sought about neoliberalism as rationality. To support the discussion about Brazilian public education in the context of neoliberalism, Florestan Fernandes (1975), Deise Mancebo (1998), Heribaldo Maia (2022) and Marilena Chauí (2003) were used. Researchers Janet Newman and John Clarke (2012) were referenced to understand managerialism, to understand its implications in higher education institutions. References are sought in the formulations of theoretical categories: neoliberalism, managerialism, public university and academic productivism. With regard to methodology, it is exploratory research, in which the research is constituted from the bibliographic analysis of theoretical productions related to the object of study, as well as carrying out a survey of productions related to the research theme along the basis Scielo and CAPES data. In documentary research, the investigation analyzes the data and official documents available on institutional websites, for this purpose, the 76 (seventy-six) projects aimed at student mental health developed by the 113 (one hundred and thirteen) public universities in the country were analyzed. As main results, it is highlighted that universities have been presenting an increasing number of studies and activities aimed at student mental health, especially as a result of the COVID-19 pandemic, but do not include in their activities a critique or analysis of how their way of functioning is based on productivist logic.

Keywords: Mental health. Public University. Neoliberalism. Academic Productivism.

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 -	Relação das universidades públicas brasileiras analisadas na pesquisa e dos projetos relacionados à saúde mental.....	23
Quadro 2 -	Total de artigos encontrados na base de periódicos da CAPES no período de 2010 a 2022.....	26
Quadro 3 -	Total de artigos encontrados na base de periódicos da SciELO no período de 2010 a 2022 .....	33
Quadro 4 -	Dados sobre o período em que as universidades iniciaram atividades voltadas para saúde mental discente .....	118
Quadro 5 -	Levantamento das ações desenvolvidas pelas universidades públicas focadas em atendimentos individuais .....	126

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Número de instituições de ensino superior no Brasil com base no Censo da Educação Superior 2000 – 2020 .....	87
Gráfico 2 -	Evolução do número de matrículas em instituições de ensino superior no Brasil com base no Censo da Educação Superior 2000 – 2020 .....	87
Gráfico 3 -	Dados comparativos entre as universidades públicas que apresentam atividades voltadas para saúde mental discente.....	108
Gráfico 4 -	Dados sobre o início das atividades a partir da pandemia de COVID-19 .....	115
Gráfico 5 -	Demandas identificadas nos atendimentos realizados pelo Setor de Apoio Psicológico (SEPSI) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).....	121
Gráfico 6 -	Relação de universidade que apresentam atividades voltadas para saúde mental discente ligados ao setor de Assistência Estudantil.....	124

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil
BACEN	Banco Central
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAIS	Centro de Atenção Integral à Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EAD	Educação a Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
UNIVESP	Fundação Universidade Virtual Do Estado De São Paulo
HUPE	Hospital Universitário Pedro Ernesto
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IOC/FIOCRUZ	Instituto Oswaldo Cruz
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MS	Ministério da Saúde
OBSERVE/UNILAB	Observatório da Vida Estudantil da Universidade Federal de Integração Luso-Afro-Brasileira
OCDE	Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Estado

PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPFH	Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SPA	Serviço de Psicologia Aplicada
SUS	Sistema Único de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
UNB	Universidade de Brasília
UPE	Universidade de Pernambuco
UniRV	Universidade de Rio Verde
USP	Universidade De São Paulo
UNITAU	Universidade de Taubaté
UFAM	Universidade do Amazonas
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UNITINS	Universidade do Tocantins
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UEMASUL	Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
UNEAL	Universidade Estadual de Alagoas
UNICAMP	Universidade Estadual De Campinas
UNCISAL	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana

UEG	Universidade Estadual de Goiás
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERR	Universidade Estadual de Roraima
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UEAP	Universidade Estadual do Amapá
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro Oeste
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UENP	Universidade Estadual do Norte do Paraná
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UVA	Universidade Estadual do Vale do Acaraú
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho
UESB	Universidade Federal da Bahia
UFFS	Universidade Federal da Fronteira do Sul
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFCAT	Universidade Federal de Catalão
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde Porto Alegre
UFG	Universidade Federal de Goiás
UNILAB	Universidade Federal de Integração Luso-Afro-Brasileira

UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UFJ	Universidade Federal de Jataí
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UFR	Universidade Federal de Rondonópolis
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFSCAR	Universidade Federal De São Carlos
UFSJ	Universidade Federal de São João Del-Rei
UNIFESP	Universidade Federal De São Paulo
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAP	Universidade Federal do Amapá
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFDPAR	Universidade Federal do Delta do Parnaíba
UFES	Universidade Federal Do Espírito Santo
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa

UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRG	Universidade Federal do Rio Grande
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFS	Universidade Federal do Sergipe
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semiárido
USCS	Universidade Municipal De São Caetano Do Sul
FURB	Universidade Regional de Blumenau
URCA	Universidade Regional do Cariri
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
1	<b>NEOLIBERALISMO, GERENCIALISMO E SOFRIMENTO PSÍQUICO</b>	42
1.1	<b>Neoliberalismo: aspectos históricos</b> .....	42
1.2	<b>Gerencialismo como expressão da racionalidade neoliberal</b> .....	54
1.3	<b>O avanço da racionalidade neoliberal nas políticas sociais brasileiras</b> .....	58
1.4	<b>O sofrimento psíquico em tempos neoliberais</b> .....	65
2	<b>MERCANTILIZAÇÃO E PRODUTIVISMO ACADÊMICO NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA EM TEMPO DE OFENSIVA NEOLIBERAL</b> .....	75
2.1	<b>A educação brasileira no cenário neoliberal</b> .....	75
2.2	<b>Mercantilização da educação superior brasileira</b> .....	82
2.3	<b>Produtivismo acadêmico como consequência do gerencialismo na universidade</b> .....	91
3	<b>SOFRIMENTO PSÍQUICO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS</b> .....	97
3.1	<b>As relações entre a universidade pública e o sofrimento psíquico discente</b> .....	97
3.2	<b>O impacto da pandemia de COVID-19 na saúde mental discente</b> ....	102
4	<b>AS ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS DESENVOLVIDAS PELAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS FRENTE AO SOFRIMENTO PSÍQUICO DOS DISCENTES</b> .....	107
4.1	<b>Descrição das atividades institucionais voltadas para saúde mental discentes</b> .....	107
4.2	<b>A unidade de execução e o público-alvo das atividades institucionais</b> .....	113
4.3	<b>O período das atividades desenvolvidas pelas universidades</b> .....	114
4.4	<b>Desenvolvimento das ações e realização de pesquisa a partir das atividades institucionais Biofilme bacteriano</b> .....	120
4.5	<b>A vinculação entre os projetos analisados e a Política de Assistência Estudantil</b> .....	124

4.6	<b>A forma organização dos atendimentos aos discentes</b> .....	126
4.7	<b>Análise das ações desenvolvidas pelas universidades públicas</b> ...	129
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	132
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	136
	<b>APÊNDICE A - Roteiro de Análise Documental</b> .....	146
	<b>APÊNDICE B – Ilustração com Dados dos Efeitos da Pandemia de Covid-19 em Estudantes de Pós-Graduação</b> .....	149

## INTRODUÇÃO

A dissertação ora apresentada surge a partir da experiência na Residência em Serviço Social<sup>1</sup> e Saúde no Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), hospital-escola da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na qual estive inserida como assistente social na Unidade Docente Assistencial de Psiquiatria (UDAp), no programa de saúde mental, durante o período compreendido entre 2015 a 2017. Nesse período, pude observar a demanda grande e constante de alunos de diversas instituições de ensino superior (IES) situadas no município por atendimento pontual e/ou tratamento e, até mesmo, casos mais emergenciais que chegavam já para internação na unidade. Além disso, outra situação alarmante que se apresentava com muita frequência no hospital eram as tentativas de suicídio dentro do campus da UERJ. Tal realidade chamou a atenção para algo que é comum aos alunos: a vida acadêmica decorrente do ingresso em instituições de ensino superior.

A partir dessa vivência, passei a refletir sobre como as universidades públicas brasileiras vem reconhecendo e lidando com o evidente sofrimento psíquico dos estudantes, fazendo-se necessário entender teoricamente o contexto na qual esses fenômenos vêm se desenvolvendo. Assim, foi importante compreender a dinâmica entre os adoecimentos dos alunos e o funcionamento das instituições de ensino superior públicas do Brasil. Para isto, busquei, junto à Organização Mundial da Saúde (OMS)<sup>2</sup> e ao Ministério da Saúde (MS)<sup>3</sup>, dados referentes à saúde mental a fim de identificar a existência de números significativos acerca do que foi percebido empiricamente. Todavia, esses não seriam suficientes para alcançar dados referentes à saúde mental discente. Assim, realizei buscas por pesquisas com enfoque nos dados relacionados aos alunos matriculados na educação superior brasileira.

Essa investigação parte do pressuposto da OMS que define saúde mental como “um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua

---

<sup>1</sup> O objetivo dos programas de residência é formar profissionais a partir dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, a partir da interação entre conhecimentos teóricos e práticos.

<sup>2</sup> A OMS é uma agência especializada em saúde subordinada à Organização das Nações Unidas, cuja missão é direcionar e coordenar o trabalho internacional de saúde através da colaboração entre os países.

<sup>3</sup> No Brasil, o Ministério da Saúde é órgão do Poder Executivo Federal, instituído em 25 de julho de 1953, por meio da Lei nº 1.920, responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltadas para a saúde.

comunidade” (OMS, 2020). De acordo com essa organização, a depressão é uma das principais causas de incapacidade para o trabalho a nível mundial. Em 2017<sup>4</sup>, em relatório publicado foi indicado que 18 milhões de brasileiros sofriam com transtornos relacionados à ansiedade, o equivalente a 9,3% da população, enquanto a depressão afetava 12 milhões, sendo a maior ocorrência de casos em países da América Latina. Outro dado apresentado que nos chama atenção é que o suicídio acomete mais de 800 mil pessoas a cada ano, sendo essa, a quarta principal causa de morte no planeta entre jovens de 15 (quinze) a 29 anos (vinte e nove) (OMS, 2017). A instituição apresenta dados sobre saúde de forma geral, porém para essa pesquisa nos interessa dados sobre a incidência e prevalência de adoecimentos psíquicos no Brasil.

No que se refere a dados produzidos por órgãos nacionais, o Ministério da Saúde (2017) aponta que o suicídio aumentou gradativamente no país entre 2000 e 2016: foi de 6.780 para 11.736, sendo que as maiores taxas de crescimento foram registradas entre jovens e idosos. Há de se considerar a subnotificação dessas situações, que por vezes não permitem chegar ao real número de suicídios e nem das tentativas. Já a V Pesquisa do perfil socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES de 2019<sup>5</sup>, publicada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, revela que 8 (oito) em cada 10 (dez) estudantes de graduação já tiveram ou têm algum problema de saúde mental ou emocional desencadeado pela experiência enquanto aluno no ensino superior. A pesquisa evidenciou, também, que 83,5% dos alunos já manifestaram algum transtorno relacionado à saúde mental, como depressão, ansiedade e fobia social (ANDIFES, 2019)<sup>6</sup>.

Esses dados alarmantes já demonstravam que a questão de saúde mental era tema relevante para novos estudos. A situação se agrava quando, em 2020 a OMS decretou pandemia do vírus da COVID-19<sup>7</sup>, cujo avanço provocou inúmeras mortes,

---

<sup>4</sup> A ideia ao apresentar dados desse período é evidenciar que o problema relativo à saúde mental é anterior ao ano de 2020, momento em que há ocorrência da pandemia de COVID-19.

<sup>5</sup> Essa é a pesquisa mais ampla e recente apresentada pela instituição acerca das condições de vida dos estudantes matriculados na rede federal de ensino superior brasileira.

<sup>6</sup> Segundo seu site oficial, a instituição se apresenta como representante oficial das universidades federais na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral.

<sup>7</sup> Segundo a OMS, o vírus da COVID-19 tem origem na China, no final de 2019. Em janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constituiu-se numa emergência de saúde pública. Já em março, a instituição caracteriza a situação como uma pandemia. A partir dos dados do Consórcio de veículos de imprensa a partir de dados das secretarias estaduais de saúde, em agosto de 2022 foram registradas 683.914 mortes por covid somente no Brasil.

mudanças na organização da vida social e situações de intenso estresse por medo, desemprego ou luto. No curso da pandemia, entidades sanitárias, como a OMS, indicaram que o isolamento social seria a melhor alternativa para tratamento e controle da propagação da doença. Assim, as atividades da vida, a rotina, foram bruscamente interrompidas, provocando incertezas acerca do futuro, desemprego e distanciamento dos vínculos afetivos. A pandemia e suas consequências acarretam mudanças repentinas e inesperadas para todas as pessoas, impactando todas as esferas da vida.

Com a paralisação das atividades econômicas por parte de vários setores dos mercados nacional e internacionais, que culminou num alargamento exponencial do desemprego, devido à situação de alta propagação viral, o cenário exigiu dos governos mundiais um reordenamento político-orçamentário que viesse a responder às necessidades imediatas de sobrevivência, e também, às estratégias mercadológicas que conseguissem manter as relações econômicas. (Silva; Medeiros; Oliveira, 2023, p. 134)

Em 17 de junho de 2022, três anos após o início da pandemia, a OMS divulgou Relatório Mundial de Saúde Mental<sup>8</sup>, onde recomenda às nações a necessidade de investimentos em saúde mental após a pandemia de COVID-19, apontando que os quadros de depressão e ansiedade aumentaram mais de 25% apenas no primeiro ano da pandemia (OMS, 2022). Nota-se, portanto, que as pesquisas destacam um aumento significativo nos quadros de transtorno mentais como efeito da pandemia.

Desta forma, o principal objetivo da pesquisa realizada e materializada na dissertação aqui apresentada foi analisar as estratégias institucionais de identificação e enfrentamento às condições que interferem na saúde mental dos alunos do ensino superior público implementadas pelas universidades públicas brasileiras no período compreendido de 2010 até 2022. Essa delimitação temporal foi definida levando em conta a data de promulgação do Decreto nº 7.234 de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (Brasil, 2010) até o período de qualificação da autora do presente trabalho.

Os objetivos específicos do estudo buscaram analisar as relações de determinação entre o produtivismo acadêmico e a racionalidade neoliberal nas análises contemporâneas produzidas sobre a universidade pública brasileira; mapear as principais determinações dos processos de adoecimento identificadas nos

---

<sup>8</sup> Trata-se da maior revisão da saúde mental mundial já publicada no séc. XXI. O trabalho traz de forma detalhada dados e fornece subsídios para que Estados e sociedade civil possam pensar ações para lidar com o fenômeno.

programas e serviços de atendimento em saúde mental das instituições de ensino superior públicas brasileiras; Identificar se as principais ações propostas pelos serviços de atendimento à saúde mental das instituições de ensino superior públicas passaram por mudanças em decorrência da pandemia de COVID-19.

A hipótese que fundamentou a pesquisa é a de que a lógica gerencial, própria do neoliberalismo, potencializa a universidade como um espaço de sofrimento psíquico, uma vez que o individualismo e a competitividade se acentuam a partir de exigências pelo aumento da produtividade acadêmica que atinge a forma como o trabalho intelectual se organiza, atingindo tanto professores quanto estudantes. Em face disso, aponta-se que as atividades voltadas para a saúde mental discente desenvolvidas pelas universidades públicas brasileiras não fazem uma análise e autocrítica sobre como sua organização e funcionamento podem fomentar diversos estressores que também incidem sobre a saúde mental dos alunos.

Posto isso, a proposta de pesquisa exploratória, conduzida a partir de uma investigação qualitativa dos dados e conteúdos, se apresentou como uma possibilidade de pesquisa no campo social que oportuniza ao pesquisador alcançar particularidades que as pesquisas de caráter quantitativo não proporcionam. Essa investigação se pauta na análise da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais, nas determinações sociais das relações humanas que conforme Minayo (2010) caracteriza a pesquisa qualitativa.

A partir do entendimento das instituições de ensino superior como uma instituição social, busca-se compreendê-la como produto de determinado período histórico, sendo permeada por disputas de projetos societários distintos (Chauí, 2003; Pinto, 2020). Em face disso, identifica-se que essa instituição é permeada pelo ideário neoliberal que traz para o espaço de formação modelos de gestão do trabalho subordinados à lógica do aumento da produtividade, que incidem de forma negativa na saúde mental de discentes e docentes. Relaciona-se tal concepção de instituição social ao entendimento de que o sofrimento psíquico é inerente ao ser humano, sendo amenizado ou aflorado em decorrência do modo de vida. Assim a IES enquanto espaço de reprodução da vida social traz consigo elementos neoliberais que atenuam o sofrimento psíquico das pessoas nela envolvidas, se tornando produtora de sofrimento (Maia, 2022).

No levantamento bibliográfico realizado buscou-se aprofundar dados e tendências relacionadas à política de educação superior, adoecimentos psíquicos na

IES pública e na sociedade capitalista a partir de suas relações com o avanço da racionalidade neoliberal, com o objetivo de dialogarmos com os autores que discutem o sofrimento psíquico a partir da leitura das alterações provocadas pelo neoliberalismo na esfera da educação e os rebatimentos dessa racionalidade na saúde mental dos alunos. A autora Cerchiari (2004) desvelou em seus estudos que há maior chance de surgimentos de transtornos mentais no período da educação superior. O seu estudo se sustenta na comparação das taxas de alunos com transtornos mentais entre jovens universitários e não universitários.

Assim, para compreender o acúmulo de reflexões sobre o tema foi realizado um breve levantamento de literatura disponível nas bases de dados eletrônicas da Scientific Electronic Library Online<sup>9</sup> e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>10</sup> referentes à saúde mental dos alunos universitários. Os critérios de inclusão foram: a) possuir no título pelo menos dois dos seguintes descritores associados: “saúde mental”; “alunos”; “estudantes”; “discentes”; “sofrimento psíquico”; “transtorno mental”; “universidade” e b) estar em língua portuguesa, com objetivo de verificar se pesquisadores vêm desenvolvendo trabalhos sobre a temática.

A revisão bibliográfica teve sua investigação na relação analítica, elucidativa e crítico dialética, cujo desenvolvimento permitiu apropriação da literatura e mapeamento das categorias que subsidiaram o estudo: neoliberalismo, gerencialismo, universidade pública e produtivismo acadêmico. O levantamento dos estudos encontrados ocorreu a partir da leitura dos resumos disponíveis nos trabalhos. Para isso foram utilizadas as seguintes questões norteadoras: (1) A produção teórica é anterior à pandemia de COVID-19?; (2) A produção teórica articula o adoecimento/transtorno mental discente ao produtivismo acadêmico?; (3) O artigo busca discutir o papel da instituição de ensino superior na intensificação do sofrimento psíquico dos alunos?

Os procedimentos de registro e análise utilizados foram os de anotações e fichamentos das produções a partir das identificações de trechos significativos sobre os temas centrais da pesquisa. Na revisão utilizou-se autores que estudam a

---

<sup>9</sup> Trata-se de uma biblioteca digital de livre acesso e modelo cooperativo de publicação digital de periódicos científicos. Disponível em: <https://www.scielo.br>

<sup>10</sup> É uma fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil que atua na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu em todos os estados brasileiros. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br>

organização da educação superior brasileira com aqueles que analisam a saúde mental e o sofrimento psíquico como resultado do modo de produção e reprodução da vida social. Essa mediação foi imprescindível para responder às questões centrais da pesquisa, uma vez que se pretendeu compreender se as universidades públicas levam em conta se seu modelo de organização promove e/ou intensifica o sofrimento psíquico discente.

A delimitação temporal do levantamento foi definida levando em conta a data de promulgação do Decreto nº 7.234 de 2010, que se refere ao Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES até a data de qualificação do projeto de pesquisa. A opção por esse recorte ocorre a partir da compreensão de que esse é o aparato legal norteador que leva as universidades começaram a se organizar para ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, compreendendo a necessidade de criar condições para manutenção dos alunos no ensino superior, através de ações relacionadas às áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência. Desta forma, reconhece-se que essa é a referência que vai fomentar e direcionar atividades voltadas para saúde discente.

A verificação dos artigos encontrados buscou identificar quais estudos de fato tratavam da saúde mental discente no contexto universitário, uma vez que foram encontradas inúmeras publicações sobre estudantes de outras etapas de ensino e trabalhos voltados para docentes, por exemplo. Desta forma, os fatores de inclusão foram aqueles que abordavam a saúde mental dos alunos do ensino superior, levando em conta os que traziam recortes por cursos e ou queixas específicas, como ansiedade, suicídio e depressão. Faz-se necessário salientar que as bases utilizadas para coleta trouxeram algumas produções repetidas, desta forma, foram excluídas.

Na base da CAPES, após a filtragem dos artigos, identificou-se que no período entre 2010 a 2022 foram produzidos 30 (trinta) artigos relacionados à saúde mental de alunos de instituições superiores em diferentes revistas e anos de publicação, conforme quadro a seguir:

**Quadro 1** - Total de artigos encontrados na base de periódicos da CAPES no período de 2010 a 2022.

	<b>Ano</b>	<b>Publicado em</b>	<b>Nome do Artigo</b>	<b>Autores</b>
1	2010	Revista brasileira de educação médica	Ansiedade e depressão em residentes em Radiologia e Diagnóstico por Imagem	Silva, Koch, Sousa, Gasparetto e Buys.
2	2010	Revista Eletrônica ALCANCEAD - UNIRIO	A relação entre o início da vivência no campo de prática hospitalar e o desenvolvimento de sintomas de distúrbios psicossomáticos em graduandos de enfermagem.	Soeiro e De Souza.
3	2010	Jornal Brasileiro de Psiquiatria	Transtornos mentais comuns entre os estudantes do curso de medicina: prevalência e fatores associados	Fiorotti, Rossoni, Borges e Miranda.
4	2013	Revista Eletrônica Saúde Mental, Álcool e Drogas	A saúde mental do aluno de Enfermagem: revisão integrativa da literatura	Esperidião, Barbosa, Silva e Munari.
5	2013	Revista brasileira de educação médica	Transtornos mentais menores entre estudantes de medicina	Rocha e Sassi.
6	2014	Revista brasileira de educação médica	Contexto de formação e sofrimento psíquico de estudantes de medicina	Andrade, Sampaio, Farias e Melo.
7	2016	Psicologia: Ciência e Profissão	Vivências Acadêmicas e Sofrimento Psíquico de Estudantes de Psicologia	Andrade, Tiraboschi, Viana; Zanoto, Curilla.
8	2016	Millenium - Journal of Education, Technologies, and Health	Níveis de ansiedade e depressão nos alunos do curso de licenciatura em enfermagem. O caso particular dos alunos da escola superior de saúde de Portalegre	Claudino e Cordeiro.
9	2016	Revista brasileira de educação médica	Saúde Mental de Estudantes de Escolas Médicas com Diferentes Modelos de Ensino	Tenório, Argolo, Sá, Melo, Costa.

10	2016	Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental.	Avaliação da saúde mental positiva de discentes de enfermagem	Ferreira, Cortez, Silva, Ferreira.
11	2017	Revista brasileira de educação médica.	Estresse em Estudantes de Cursos Preparatórios e de Graduação em Medicina	Santos, Maia, Faedo, Gomes, Nunes e Oliveira.
12	2017	Revista Psicologia e Saúde em Debate.	Fatores de adoecimento dos estudantes área da saúde: uma revisão sistemática	Souza, Caldas, De Antoni.
13	2017	Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental.	Ansiedade, stress e depressão relacionados com perturbações do sono-vigília e consumo de álcool em alunos do ensino superior	Galvão, Pinheiro, Gomes e Ala.
14	2018	Revista brasileira de educação médica.	Prevalência e Fatores Associados à Depressão e Ansiedade entre Estudantes Universitários da Área da Saúde de um Grande Centro Urbano do Nordeste do Brasil	Leão, Gomes, Ferreira, Cavalcanti.
15	2019	Revista Mosaico.	Estresse Acadêmico e o olhar da Psicologia Positiva	Archanjo e Niemeyer da Rocha.
16	2019	Revista Pró-UniverSUS	Depressão e risco de suicídio entre acadêmicos de enfermagem: estratégias de intervenção do docente	Sousa e Tavares.
17	2019	Revista Psicologia: Ciência e Profissão	Prevalência da Depressão nos Acadêmicos da Área de Saúde.	Lima, Barros, Varjão, Santos, Varjão, Mendonça, Nogueira e Deda.
18	2019	Revista Estudos e pesquisas em psicologia	Habilidades sociais e prevenção do suicídio: Relato de experiência em contextos educativos	Lem; Chagas, Penna-de-Carvalho, Padilha, Alves, Rocha, França; Jesus, Calabar, Fernandes e Da Silveira.
19	2019	Revista brasileira de educação médica	Prevalência de Transtornos Mentais Comuns entre Estudantes de Medicina da Universidade Regional de Blumenau (SC)	Grether, Becker e Menezes e Nunes.

20	2020	Colloquium humanarum	Saúde mental na universidade: a perspectiva de universitários da permanência estudantil.	Garcia, Capellini e Reis
21	2020	Research, society and development	Os desafios da vida acadêmica e o sofrimento psíquico dos estudantes universitários	Janaína Pereira Pretto Carlesso.
22	2020	Revista Temas em Educação e Saúde	A ausência do diálogo no processo de formação profissional em saúde no ensino remoto: impactos na aprendizagem e na saúde mental de acadêmicos	Marques Batista, Araújo e Silva Correia.
23	2020	Revista brasileira de educação médica	Saúde Mental de Alunos de Medicina Submetidos à Aprendizagem Baseada em Problemas: Revisão Sistemática da Literatura	Silva, Nascimento, Couto, Souza Filho e Cunha.
24	2021	Revista ACB	Práticas educativas e mediação bibliotecária na promoção da saúde mental no Instituto Federal de Educação de Rondônia: um relato de experiência	Santana Veiga, Silva de Sousa, e Pimenta.
25	2021	Revista brasileira de educação médica	Atenção à Saúde Mental do Estudante de Medicina	Noto, Avancine, Martins e Zimmermann.
26	2021	Colloquium humanarum	Adaptação acadêmica e saúde mental de estudantes de medicina na COVID-19: estudo exploratório no Brasil.	Michelis, Freitas, Mansão e Baptista.
27	2021	Revista brasileira de educação médica	“De todos os lados, eu me sentia culpada”: o sofrimento mental de estudantes de medicina.	Lourenço, Bertoldo, Dos Santos e Stefanello.
28	2021	Revista Thema	Levantamento sobre dificuldades que interferem na vida acadêmica de universitários durante a pandemia de COVID-19	Alessandra, Marcílio, Franco e Teixeira.
29	2021	Revista brasileira de educação médica	Avaliação dos níveis de ansiedade e seus fatores associados em estudantes internos de Medicina	Nogueira, Matos, Machado, Araújo, Silva e Almeida.
30	2022	Revista brasileira de obesidade, nutrição e emagrecimento	Distúrbio de imagem corporal e transtornos alimentares em universitários da área da saúde	Canali, Fin, Hartmann, Gris, Alves

Fonte: Quadro elaborado pela própria autora com base nos dados disponíveis pela CAPES sobre saúde mental discente (2024)

Já na base de publicações disponíveis na biblioteca digital SciELO, no período compreendido entre 2010 e 2022, foram identificadas 20 (vinte) publicações a partir dos descritores e questões já mencionados, conforme quadro abaixo:

**Quadro 2** - Total de artigos encontrados na base de periódicos da SciELO no período de 2010 a 2022.

	Ano	Publicado em	Nome do Artigo	Autores
1	2012	Revista Brasileira de Educação Médica	Qualidade de vida e estresse ocupacional em estudantes de medicina	Meyer, Guimarães, Machado, Parcias.
2	2020	Psico-USF	Sintomatologia Depressiva, Estresse e Ansiedade em Universitários	Jardim, Castro e Rodrigues
3	2020	Sociedade e Estado	Sofrimento psíquico na universidade, psicossociologia e Encontro de saberes	Carvalho, Carvalho e Costa
4	2020	Revista Brasileira de Educação Médica	Prevalência de sintomas depressivos em estudantes de medicina com currículo de aprendizagem baseada em problemas	Maia, Assunção, Silva, Santos, Menezes e Júnior
5	2020	Revista Brasileira de Educação Médica	Qualidade de Vida de Acadêmicos de Medicina: Há Mudanças durante a Graduação?	Pires, Gusmão, Carvalho e Amaral
6	2020	Revista Brasileira de Educação Médica	Sintomas de Depressão, Ansiedade e Estresse em Estudantes de Medicina e Estratégias Institucionais de Enfrentamento	Costa, Medeiros, Cordeiro, Frutuoso, Lopes e Moreira
7	2021	Jornal Brasileiro de Psiquiatria	Setor de Atendimento em Saúde Mental aos estudantes de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro	Brasil, Lovisi, Bordiano, Abelha e Moraes.

8	2021	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	Saúde mental de estudantes de terapia ocupacional: revisão de escopo	Constantinidis e Matsukura
9	2021	Periódico Psicologia Escolar e Educacional	Adaptação e saúde mental do estudante universitário: revisão sistemática da literatura.	Sahão e Kienen.
10	2021	Cogitare Enfermagem	Cartografia dos serviços de acolhimento ao acadêmico em sofrimento psíquico nas universidades públicas brasileiras	Medeiros, Carmo, Rodrigues, Queiroz, Silva, Silva e Borges
11	2021	Jornal brasileiro de Psiquiatria	Saúde mental dos estudantes de Medicina do Brasil durante a pandemia da <i>coronavirus disease 2019</i>	Teixeira, Costa, Mattos, Pimentel
12	2021	Revista Brasileira de Educação Médica	Reflexões sobre a quarentena: uma estratégia de acolhimento de discentes em um grupo de mentoring	Rocha, Falcão, Lima, Carvalho, Higino, Diniz
13	2021	Revista Cogitare Enfermagem	Fatores relacionados à desesperança em universitários.	Lima; Veloso, Lira, Silva, Rocha, Conceição
14	2021	Acta Paulista de Enfermagem	Efeitos da pandemia de COVID-19 na saúde mental de uma comunidade acadêmica	Ribeiro, Bragé, Ramos, Fialho, Vinholes e Lacchini.
15	2021	Audiology - Communication Research	Estresse discente em um curso de Fonoaudiologia	Guedes-Granzotti, Dornelas, Galdino, Leite, Oliveira; Moreira e Silva.
16	2022	Jornal Brasileiro de Psiquiatria - SciELO	Avaliação do comportamento suicida em estudantes de Medicina Avaliação do comportamento suicida em estudantes de Medicina	Sol, Júnior, Abelha, Lovisi e Brasil.

17	2022	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	Saúde mental e cotidiano dos estudantes de terapia ocupacional frente à Covid-19: possíveis impactos e repercussões	Morato e Fernandes e Santos.
18	2022	Revista Interface - Comunicação, Saúde, Educação	Saúde mental e interseccionalidade entre estudantes em uma universidade pública brasileira	Vieira e Torrenté.
19	2022	Escola Anna Nery - Revista de enfermagem	Dor crônica, ansiedade e sintomas depressivos em estudantes de Enfermagem em tempos de pandemia	Miotto, Gonçalves e Zerbetto.
20	2022	Acta Paulista de Enfermagem	Sintomas de ansiedade e depressão no ambiente acadêmico: um estudo transversal	Silveira, Viana, Sena, Alencar, Soares, Aquino e Ribeiro

Fonte: Quadro elaborado pela própria autora com base nos dados disponíveis pela SciElo sobre saúde mental discente (2024)

Em se tratando de uma análise qualitativa da amostra, referente ao período de 2010 a 2022, o enfoque não foi em apresentar aspectos quantitativos de análise, ainda que esses dados possam ser relevantes para a pesquisa. As unidades temáticas levantadas para a apreciação desses artigos foram: fatores associados ao adoecimento; COVID-19: fatores associados à intensificação ou desencadeamento de transtornos mentais; produtivismo acadêmico e estratégias de enfrentamento aos adoecimentos.

Percebe-se no levantamento a existência de três tendências: publicações relacionadas à organização da educação superior, outra relacionada aos determinantes da saúde e a publicações voltadas para dados epidemiológicos. Em uma análise abrangente da literatura disponível, constatou-se que a maioria dos estudos, especificamente 22 (vinte e dois) de um total de 50 (cinquenta), focam na relação entre a educação superior e os transtornos mentais. Este dado destaca a crescente preocupação com o aumento dos adoecimentos mentais decorrentes das mudanças associadas ao ingresso nas IES. A exemplo disso, o artigo *“A saúde mental do aluno de Enfermagem: revisão integrativa da literatura”* sinalizam que questões próprias da vida acadêmica incidem sobre a saúde mental discente.

Alguns fatores estressores estão comumente presentes na vida do universitário, interferindo na sua saúde mental: o aumento da responsabilidade, ansiedade e competitividade, tarefas acadêmicas e dificuldades financeiras e sociais, além do afastamento dos amigos e de um círculo seguro e familiar de relacionamentos. (Esperidião; Barbosa; Silva e Munari, 2013, p. 145)

Além disso, 20 (vinte) artigos se dedicam a traçar perfis e coletar dados sobre os estudantes que apresentam algum tipo de transtorno mental, utilizando para isso metodologias baseadas em questionários, com abordagem quantitativa, traçando níveis de adoecimento. Estes trabalhos buscam compreender as diversas influências e fatores que contribuem para o desenvolvimento de problemas de saúde mental entre os estudantes universitários. A maioria das pesquisas desenvolvidas focaram suas análises em apresentar dados relacionados a incidência e prevalência de sintomas e adoecimentos vivenciados pelos alunos da educação superior, traçando perfil epidemiológico (Barreto, 1998). A exemplo disso, temos a passagem a seguir, onde os estudos apontam a proposta metodológica do estudo realizado:

Para a elaboração deste estudo, recorreremos a uma metodologia de matriz quantitativa na medida em que é a que mais se adequa à sua problemática. Compreendemos este trabalho como um estudo transversal, descritivo, uma vez, que se pretende descrever a relação existente entre as variáveis em estudo, numa determinada população e num determinado momento. (Claudino; Cordeiro, 2016, p. 202)

Identifica-se que as pesquisas buscaram apresentar o número de novos casos surgidos numa determinada população num período específico, apresentando um aumento relacionado à dinâmica das instituições da educação superior, conforme apontado por Maia (2022) e Lima (2013).

O processo de adaptação ao ensino superior apresenta uma baixa qualidade de vida segundo Saupe et al. (2004); uma vez que, nesse momento, os acadêmicos estão passando por diversas situações novas, tais como o processo de adaptação aos estudos, ao mecanismo de ensino-aprendizagem da instituição, a dupla ou tripla jornada, bem como as formas de avaliação, a própria interação com os colegas de sala a que podemos chamar de habilidade social e aceitação das diferenças. (Borine, 2015, p. 114)

Paralelamente, menos publicações, totalizando 8 (oito) estudos, exploram os determinantes relacionados ao sofrimento psíquico vivenciado pelos alunos da educação superior. Os determinantes em saúde referem-se aos fatores que influenciam a saúde de indivíduos e populações. Esses fatores podem ser de diversas naturezas, englobando aspectos sociais, econômicos, ambientais, comportamentais

e biológicos. A passagem abaixo foi extraída do artigo “*Reflexões sobre a quarentena: uma estratégia de acolhimento de discentes em um grupo de mentoring*”, cujos autores sinalizam a concepção dos pesquisadores acerca da interação complexa de fatores biológicos, psicológicos e sociais.

Em geral, os alunos demonstraram majoritariamente emoções negativas sobre as vivências da quarentena, confirmando o impacto na saúde mental ocasionado pelo isolamento social e por suas. Ademais, a incerteza com relação ao futuro e a angústia pela imprevisibilidade do momento vivido têm relação com a dinâmica massiva e a constante atualização de informações acerca da doença e de suas consequências (Rocha; Falcão; Lima; Carvalho; Higino; Diniz, 2021, p. 4)

Assim como esse trecho, o texto “*Sofrimento psíquico na universidade, psicossociologia e Encontro de saberes*” também relaciona o sofrimento com questões que vão além do contexto universitário, colocando as IES como expressão da forma com que a sociedade se organiza.

Paralelo ao tema trágico do suicídio estudantil, propomos uma retomada e uma reformulação dos impulsos de origem das ciências sociais: integrar as disciplinas para superar a fragmentação epistêmica atual, e tratar a instituição acadêmica não apenas como ambiente autoimune no âmbito do qual se descreve e se analisa o sofrimento mental da sociedade, mas como um dos espaços sociais onde ele é hoje produzido com maior intensidade e onde precisa ser transformado para retornar a uma maior saúde mental (Carvalho; Kidoaile; Carvalho; Costa, 2020, p. 136)

Essa distribuição de foco entre os estudos revela uma tendência de maior atenção aos aspectos epidemiológicos e descritivos dos transtornos mentais na população universitária, enquanto uma parcela menor de pesquisas se dedica a investigar as causas subjacentes e os contextos que favorecem o surgimento desses transtornos.

Nota-se que a produção teórica encontrada aborda de diferentes formas as manifestações do sofrimento humano e sua relação com saúde mental (Silveira *et al.*, 2011). Alguns abordam o sofrimento psíquico, que se refere aos sentimentos inerentes aos sujeitos, como ansiedade, tristeza, insegurança, estresse, dentre outros, e sua relação com o processo educacional (Xavier; Nunes; Santos, 2008). Compreende-se que o sofrimento psíquico dos alunos envolve diversos fatores, como culturais, ambientais, pessoais e relacionais e pessoais. Outros textos tratam dos transtornos mentais vistos nos discentes, entendendo que já há um processo de adoecimento em

curso, considerando que o sofrimento psíquico encontra-se trazendo limitações e prejuízos para as atividades diárias do cotidiano. Xavier, Nunes e Santos apontam que a universidade produz situações que geram sofrimento para os indivíduos, onde pode se manifestar por sintomas e enfermidades como “absenteísmo, depressão, dependência química, melancolia, fobias, isolamento” (Xavier; Nunes; Santos, 2008).

Considerando o levantamento realizado na pesquisa e a seleção bibliográfica para análise, nota-se que o levantamento de dados realizado nas plataformas evidenciou que estudos sobre saúde mental dos alunos universitários são anteriores à pandemia. No entanto, há notório aumento de estudos relacionados à saúde mental no período marcado pelo início da pandemia de COVID-19, onde foi identificado que dos 50 (cinquenta) artigos encontrados nas plataformas, 30 (trinta e um) foram publicados a partir de 2020, ano marcado pelo surgimento da pandemia, consoante com os resultados apresentados pela pesquisa.

Outro ponto que nos chama atenção é que há foco em estudos voltados para saúde mental dos alunos matriculados em cursos da área da saúde, cujo recorte era definido por curso, o que pode sugerir uma prevalência de questões de saúde mental em alunos dessa área de conhecimento, já que além do estresse advindo do ingresso na academia, os alunos passam a ter contato constante com pessoas doentes e mortes (Oliveira *et al.*, 2012). Cabe relacionar que os profissionais de saúde a partir da pandemia, foram sobrecarregados pelo colapso no sistema de saúde, havendo aumento de casos de estresse, ansiedade e depressão nesses profissionais. Além disso, é preciso reconhecer que a saúde mental é objeto de estudo de todas as categorias encontradas no levantamento bibliográfico realizado e que o pesquisador também é objeto de análise.

Desta forma, a interlocução entres os autores e seus conceitos apresentados no trabalho ora apresentado possibilitou uma melhor compreensão da subjetividade, considerando a combinação entre as condições e a organização do trabalho e educação, suas consequências na saúde mental dos alunos e das estratégias institucionais para o enfrentamento das condições que refletem na intensificação do sofrimento psíquico na academia.

Com relação às universidades públicas, foi realizada pesquisa documental, no qual foram examinados os projetos e atividades desenvolvidas pelas instituições voltadas para o enfrentamento ou mitigação dos problemas relacionados à saúde mental vivenciados pelos alunos nas 113 (cento e treze) universidades públicas do

país, sendo elas, 68 (sessenta e oito) instituições federais, 40 (quarenta) estaduais e 5 (cinco) municipais. A delimitação da pesquisa ocorre em função das universidades estarem ligadas às formas de conhecimento, em várias áreas, tendo como objetivo a produção do conhecimento.

Inicialmente, a busca pelos projetos e atividades ocorreu por meio de visita aos sites oficiais das instituições, no qual foram utilizados recursos de busca disponíveis nas páginas institucionais, com os seguintes descritores: “saúde mental” e “psicossocial”. Entretanto, no decorrer da pesquisa identificou-se que o recurso de busca disponível nos sites apresentava falhas ao trazer informações, mostrando-se insuficiente para alcançar as informações necessárias para análise, já que não apresentava todas as informações disponíveis pelas instituições. Tal situação foi identificada pela pesquisadora ainda no início da coleta de dados, quando encontrou projeto vinculado ao setor de assistência estudantil que não foi visto utilizando somente o recurso de busca disponível. Desta forma, optou-se por, além do recurso da busca, quando existente, acessar a página de Assistência Estudantil disponível. Feito isto, foi possível alcançar maiores informações a respeito das atividades institucionais.

Percebe-se, também, que muitas páginas se encontravam desatualizadas e com poucas informações sobre as atividades desenvolvidas. Posto isto, reconheceu-se que a pesquisa pode não ter alcançado todas as atividades que de fato estão sendo desenvolvidas pelas universidades analisadas.

Faz-se importante destacar que não foram consideradas as atividades pontuais voltadas para a temática de saúde mental, tais como palestra com tema setembro amarelo e/ou janeiro branco, por entender que essas não estão voltadas somente para os discentes e não se configuram como trabalho contínuo de atendimento às demandas que surgem no decorrer da vida acadêmica. Isso não quer dizer que não há reconhecimento da relevância desses eventos na discussão acerca do tema, pois esse ainda se apresenta como tabu na sociedade e campanhas como essas são de suma importância para conscientização e alerta sobre a necessidade do cuidado em saúde mental.

No quadro a seguir são apresentadas as universidades públicas examinadas e os projetos voltados para saúde mental que foram encontrados no sítio institucional

das 113 (cento e treze) universidades públicas do país, utilizando eixos previamente definidos no roteiro de análise<sup>11</sup>.

**Quadro 3** - Relação das universidades públicas brasileiras que desenvolvem projetos relacionados à saúde mental.

<b>Universidade</b>	<b>Atividade desenvolvida</b>
UNB	Serviço de Acolhimento Psicossocial individual, Serviço de Atendimento Psicológico e Prevenção e Pósvenção de Suicídio ou Tentativa.
UPE	não encontrado.
UNIRV	Programa Mente Aberta, Atendimento Psicológico Emergencial
USP	Programa Ecos - Escuta, acolhimento e orientação
UNITAU	Atenção à Saúde Mental Do Acadêmico
UFAM	Serviço de Psicologia
UNEB	Serviço de atenção Biopsicossocial
UNEMAT	Atendimento Psicológico
UEMG	Não encontrado.
UDESC	Serviço de Assistência Integrada à Saúde Universitária
UEA	Não encontrado.
UEPA	Não encontrado.
UERJ	Projeto Chega Mais, UERJ: acolhimento e cuidado para universitários e Ser universitário.
UERN	Práticas de atenção à saúde e bem-estar e #DeDentroPraFora
UNITINS	Núcleo de Apoio Psicossocial e Educacional (Nape)
UEPB	Serviço de atendimento Psicológico
UEMASUL	não encontrado.
UNEAL	Núcleo de Apoio Psicossocial
UNICAMP	não encontrado.
UNCISAL	não encontrado.

<sup>11</sup> Ver Apêndice A.

UEFS	Apoio Psicossocial e Pedagógico
UEG	não encontrado.
UEL	não encontrado.
UEM	não encontrado.
UEMS	Setor de Atendimento Psicológico (SAP)
UNIMONTES	Programa de apoio psicológico, psicopedagógico e orientacional
UEPG	não encontrado.
UERR	não encontrado.
UESC	não encontrado.
UEAP	não encontrado.
UECE	não encontrado.
UNICENTRO	Programa de Assistência Estudantil
UEMA	não encontrado.
UENP	Serviço de Apoio Psicológico – APSI
UENF	Reflexão sobre a saúde mental dos estudantes universitários através de rodas de conversas
UNIOESTE	não encontrado.
UNESPAR	Programa De Bem-Estar Emocional - Cedh Acolhe
UESPI	Serviço de Psicologia da UESPI
UERGS	não encontrado.
UESB	não encontrado.
UVA	não encontrado.
UNESP	não encontrado.
UFBA	não encontrado.
UFFS	Departamento de Alimentação e Saúde Mental
UFGD	Serviço de atendimento Psicossocial
UNILA	Seção de Psicologia
UFPB	Centro de Referência de Atenção em Saúde
UFAL	Programa Integrado de Atenção à Saúde do Estudante (PIASE)
UNIFAL	Serviço de Apoio e Acompanhamento

UFCG	Núcleo de Psicologia
UFCAT	Setor de Psicologia
UFCSPA	Não encontrado.
UFG	Serviço de Programa Saudavelmente
UNILAB	Centro de Atenção Integral à Saúde (CAIS) e Observatório da Vida Estudantil (Observe/Unilab)
UNIFEI	Serviço de Psicologia
UFJ	Projeto Ser social e Saúde Mental
UFJF	Atendimento psicológico e Projeto Fala aí
UFLA	Núcleo de Saúde Mental (NSM)
UFMT	Acolhimento e Orientação Psicológica Online - Atenção aos aspectos emocionais e isolamento social
UFMS	Serviço de Atendimento Psicológico
UFMG	Saúde Mental da UFMG
UFOP	Serviço de Psicologia
UFPEL	Acolhimento em Saúde Mental
UFPE	Núcleo de Atenção à Saúde do Estudante (NASE)
UNIR	Serviço de Apoio Psicossocial – UNIR
UFR	Embora não tenha sido identificado atividades voltadas para saúde mental em andamento, foi encontrada chamada, de 12/04/2023, para elaboração da resolução do programa de atenção à saúde mental estudantil.
UFRR	Divisão de Acompanhamento Social e Psicopedagógico (DASP)
UFSC	Projeto “Partilhas Universitárias”
UFSM	Acolhimento Psicológico
UFSCAR	Atendimento em Saúde Mental
UFSJ	ACOLHER - Serviço de Acolhimento Psicológico aos estudantes de graduação da UFSJ
UNIFESP	Serviço de Saúde do Corpo Discente (SSCD)
UFU	Programa de Atendimento Psicológico da Divisão de Saúde
UFV	não encontrado.
UFABC	Psicossocial

UFAC	Acolhimento, plantão psicológico, acompanhamento psicológico, promoção da saúde mental.
UFAPE	não encontrado.
UNIFAP	não encontrado.
UFAPE	não encontrando.
UFCA	Atendimento Psicológico
UFC	Acompanhamento Psicológico para Estudantes
UFDPAR	Estudante Sem Estresse
UFES	Atendimento Psicológico
UNIRIO	Setor de Apoio Psicológico (SEPSI)
UFMA	Serviço de Apoio Psicopedagógico
UFOB	Serviço de Psicologia
UFOPA	Núcleo de Psicologia
UNIPAMPA	não encontrado.
UFPA	Plantão Psicológico por vídeo chamada
UFPR	Acolhimento Psicológico
UFPI	Serviço de Apoio Psicológico – SAPSI
UFRB	Atendimento Psicológico Individual
UFRJ	não encontrado.
FURG	Atendimento Psicológico
UNIVESP	não encontrado.
UFRN	não encontrado.
UFRGS	Serviço de Promoção da Saúde
UFS	Serviço de Psicologia da Assistência Estudantil (SPAÉ)
UFSB	não encontrado.
UNIFESSPA	não encontrado.
UFT	não encontrado.
UFTM	Acolhimento e Orientação Psicológica Online - Atenção aos aspectos emocionais e isolamento social
UNIVASF	não encontrado.

UFVJM	Não encontrado.
UFF	Apoio e escuta Psicológica
UFRA	Divisão psicossocial e pedagógica
UFRPE	Serviço de Psicologia
UFRRJ	Serviço de Apoio Psicológico.
UFERSA	Serviço de Psicologia e Projeto Conte Comigo
USCS	Apoio Psicológico e Apoio Vocacional
FURB	não encontrado
URCA	não encontrado.
UTFPR	não encontrado.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do acesso aos sítios institucionais das universidades examinadas (2024)

A partir da evidência da atividade desenvolvida, buscou-se identificar se a atividade foi desenvolvida antes ou depois do início da pandemia, o público-alvo do atendimento, o diagnóstico que subsidia a ação e as propostas de intervenção. Esse levantamento permite evidenciar se as universidades trazem questões do seu modelo produtivista e gerencial como fator adoecedor dos alunos. Em relação à análise documental foi construído roteiro a partir de um modelo produzido por Ney Luiz Teixeira, professor orientador do presente estudo, apresentado no Apêndice A - Roteiro de análise documental. Neste roteiro se destacam os seguintes eixos de análise: eixo 1 - unidade de execução e público-alvo das atividades institucionais, eixo 2 - periodicidade das atividades desenvolvidas, eixo 3 - desenvolvimento e pesquisa, eixo 4 - relação entre a política de assistência estudantil e as atividades institucionais e eixo 5 - organização dos atendimentos aos discentes.

Além desses procedimentos, na pesquisa também foram levantados os dados institucionais sobre as condições de saúde mental dos alunos de instituições de ensino superior públicas brasileiras a fim de evidenciar como as IES compõem uma sociedade marcada por adoecimento proveniente do modo de produção. Para isso, utilizaremos os dados já apresentados neste projeto referentes a V pesquisa do perfil socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES e dados fornecidos pelo IOC/FIOCRUZ em conjunto com a UFF sobre as condições de saúde mental de alunos de pós-graduação em decorrência da pandemia de COVID-19.

Outra fonte de dados utilizada na pesquisa foi o Censo Escolar de 2010 e de 2020 organizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, em que os relatórios acerca do ensino superior, apresentam dados referentes à expansão do ensino superior. A comparação dos dados de cada senso permite identificar as alterações sofridas naquela década e que tematizados à luz do referencial teórico pudesse apontar caminhos para as principais indagações desta pesquisa.

Deste modo, buscou-se identificar na análise das estratégias adotadas pelas universidades se há ou não o reconhecimento, para além das incidências no campo da saúde mental decorrentes da pandemia de Covid-19 menção à própria universidade como espaço de adoecimento e sofrimento psíquico e de que forma isso é tratada quando reconhecida.

A partir do material levantado na análise dos programas e serviços de acolhimento e atendimento em saúde mental oferecidos pelas universidades públicas e da bibliografia apresentada, verificou-se em que medida as estratégias institucionais da academia são desenvolvidas levando em conta, ou não, a dimensão da mudança na dinâmica da vida após ingresso no ensino superior, visto que sua organização é regida pela racionalidade neoliberal que desencadeia ambiente de inúmeras cobranças por resultados, que desencadeia num ambiente de competitividade, individualismo, isolamento e inadequação dos sujeitos (Maia, 2022; Mancebo, 1998). Essa análise foi realizada a partir da pesquisa documental realizada, no qual foram examinados os projetos e atividades desenvolvidas pelas instituições voltadas para o enfrentamento ou mitigação dos problemas relacionados à saúde mental vivenciados pelos alunos a partir dos eixos de análises.

O primeiro eixo de análise parte da reflexão de Dejours (1998), o qual apresenta reflexões acerca das estratégias de enfrentamento dos sujeitos diante do sofrimento advindo das condições e relações de trabalho. O segundo eixo relaciona os dados encontrados no levantamento com a pesquisa realizada pela IOC/FIOCRUZ em 2022, refletindo sobre a importância da PNAES no desenvolvimento de ações em saúde na universidade pública. No que se refere ao eixo 3, buscou-se nas reflexões das autoras Minayo (1998) e Baptista (2000) acerca da importância da pesquisa e da produção de dados e reflexões acerca das atividades desenvolvidas pelas universidades. O eixo 4 traz reflexões sobre a relação entre saúde na universidade e a PNAES utilizando as autoras Araújo e Bezerra (2007) como base teórica. O último eixo relaciona as

discussões dos autores Paulani (2016) e Laval e Dardot (2016) no tocante ao individualismo decorrente da racionalidade neoliberal e a forma com que as atividades prestam atendimento aos discentes.

Para responder os objetivos apresentados, inicialmente, no primeiro capítulo apresenta-se aspectos históricos do neoliberalismo, cujos estudos apontam esse como estágio atual do capitalismo (Anderson, 1995), no qual se promove ajustes no modo de produção e organização da sociedade, em um processo de contrarreforma do Estado que cumpre a agenda dos organismos multilaterais e internacionais (Behring, 2003; Montanõ; Duriguetto, 2011). Outrossim, esse estágio promove mudanças que vão além da forma de produção. Ele representa uma nova racionalidade (Laval e Dardot, 2016), visto que permeia todas as esferas da vida social, provocando mudanças na forma com que as pessoas se relacionam, como também na forma com que os indivíduos se relacionam consigo mesmo.

Em seguida, apresenta-se as mudanças no serviço público advindas da “Nova Gestão Pública”, ou também chamado de gerencialismo (Newman; Clarke, 2012), cuja origem está vinculada ao neoliberalismo, no qual se propõe um processo de reestruturação dos serviços, voltadas para valores de qualidade excelência, onde é privilegiado a figura de cliente e consumidor, a partir do ethos de negócios próprio do setor privado.

Posteriormente, foi necessário compreender como o neoliberalismo e esse novo modelo de gestão do serviço público afeta as políticas sociais brasileiras, reconhecendo que a entrada, nos anos 1990, do receituário neoliberal na economia brasileira significou o aprofundamento das desigualdades sociais pelo desemprego massivo, desregulamentação das relações de trabalho (terceirização, contratos de trabalho precário etc.), desmonte de políticas públicas e redução de direitos (Behring, 2003).

Posto isto, o primeiro capítulo termina como a discussão sobre e efeitos do neoliberalismo no processo de adoecimento da classe trabalhadora, onde são determinados pela privatização do serviço público, com retirada dos direitos básicos pelo Estado; do aumento na desigualdade social; na superexploração da classe trabalhadora e na cobrança por maior desempenho (Maia, 2022).

No desenvolvimento do segundo capítulo procurou-se apresentar mediações acerca da educação enquanto práxis que se desenvolve pelo intercâmbio entre os homens e que consiste em influenciar os indivíduos no sentido de se comportarem de

modo socialmente determinado. (Lukács, 2013). Em seguida, buscou-se entender como o neoliberalismo vem impactando a educação superior no Brasil. Mostrou-se importante trazer autores que analisam aos projetos antagônicos de educação, indicando que um entende a educação como direito social, sendo pública e gratuita, o outro compreende a educação como mercadoria, que pode ser comercializada, a fim de atender o desenvolvimento capitalista (Florestan, 1989; Pinto, 2020).

Nesse sentido, se fez necessário discutir como o neoliberalismo implica mudanças no padrão de organização da educação superior brasileira, entendendo que mudanças acompanham as transformações econômicas, sociais e políticas. Aponta-se que a concepção e o desenvolvimento contemporâneo da universidade é reconfigurado para a universidade operacional, em que a autora Chauí (2003) assinala que as instituições são diminuídas a condição de prestadoras de serviços, baseando-se numa lógica empresarial, marcada pela heteronomia e esvaziada da sua orientação democrática. Optou-se por trazer para o estudo os dados comparativos referentes a expansão das instituições e matrículas de ensino privadas para ilustrar como a educação vem se consolidando como mercadoria no neoliberalismo.

A discussão da educação como mercadoria, voltada para acumulação do capital, leva a compreensão de como ela afeta a organização da universidade, uma vez que as instituições precisam estar voltadas para produção. Tais mudanças implicam uma lógica empresarial na universidade, tornando-a em um espaço de desenvolvimento de posturas competitivas, que buscam o cumprimento de metas e a responsabilização individual dos alunos diante dos resultados apresentados (Mancebo, 1998; Maia, 2022).

Em seguida, indica-se que nas instituições de ensino superior, esse modelo de gestão, baseado no produtivismo, vem sendo utilizado para aumentar a produção de um trabalho que é intelectual, logo mais difícil de mensurar. Tais cobranças incidem diretamente sobre as condições de trabalho dos docentes e sobre o processo de formação dos estudantes, pois impactam em processos subjetivos de seus integrantes.

No desenvolvimento do terceiro capítulo articula-se como a vida acadêmica vem impactando a saúde mental discente, busca-se analisar e relacionar os dados levantados com autores que são apresentados no decorrer da dissertação. Assim, são apresentados dados analisados sobre a relevância do tema na academia, por meio da apresentação de análise de trabalhos acadêmico encontrados sobre a temática na

base Scientific Electronic Library Online (SciELO)<sup>12</sup> e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>13</sup>.

Neste capítulo também se fez necessário apresentar discussão sobre os efeitos da pandemia na vida acadêmica, pois se trata de evento que marcou o desenvolvimento da sociedade e trouxe inúmeras consequências para toda a população. Aqui, cabe sinalizar que a pandemia implicou em modificações importantes na organização da academia, com necessidade de adaptações às demandas impostas pelo isolamento social.

Além disso, o último capítulo apresenta uma análise aprofundada das estratégias institucionais desenvolvidas pelas universidades públicas brasileiras em resposta ao sofrimento psíquico vivenciado pelos discentes. Neste capítulo, buscou-se compreender se as universidades reconhecem a si mesmas como uma fonte de sofrimento para os alunos, utilizando os eixos temáticos previamente expostos para orientar a investigação. Os resultados encontrados proporcionam uma compreensão mais abrangente sobre a percepção institucional em relação ao papel da universidade no desencadeamento ou intensificação do sofrimento psíquico dos alunos.

---

<sup>12</sup> Trata-se de uma biblioteca digital de livre acesso e modelo cooperativo de publicação digital de periódicos científicos. Disponível em: <https://www.scielo.br>

<sup>13</sup> É uma fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil que atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* em todos os estados brasileiros. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br>

## 1. NEOLIBERALISMO, GERENCIALISMO E SOFRIMENTO PSÍQUICO

### 1.1 - Neoliberalismo: aspectos históricos.

A análise do que representa o neoliberalismo como uma nova forma de organização da vida social no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo requer compreender que a realidade é dinâmica, carregada de determinações, e consequência de um processo histórico a partir das suas particularidades. Para tanto, faz-se necessário realizar mediações acerca dos conceitos de sociedade e Estado, partindo, portanto, do entendimento que a realidade evolui e muda, sendo essencial retornar a ela para aprender novas determinações (Marx, 1977).

Entendemos que o modo de produção capitalista não é somente um modo de produzir mercadorias, é também o modo de reprodução das relações sociais, modo de produzir sujeitos humanos. O capitalismo pode ser descrito como um sistema político e econômico fundado na defesa da propriedade privada, na acumulação incessante de riquezas e no alcance do lucro. Esses princípios se materializam por meio da propriedade privada dos meios de produção concentrados na mão de minorias e na exploração de uma classe sobre a outra.

A propagação e continuidade desse modo de produção não ocorre de forma linear, como também não é estático, ele é produto de uma organização social, não sendo idêntico em todos os locais e/ou períodos históricos, pois ele se transforma e se molda ao longo da história. Segundo Fraser (2020), o capitalismo é uma forma de organização, porém não restrita somente a produção e troca econômicas, como muitos autores e o senso comum apontam. Ele também é uma forma de organização e de troca com uma série de conexões, práticas e processos sociais, não necessariamente econômicos, mas que sustentam a economia.

Na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessidades, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais [...]. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral [...]. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção ou, o que é sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças

produtivas, estas relações transformam-se em seu entrave. (Marx, 1983, p. 24-25)

Nessa perspectiva, entende-se que esse modo produção tem como princípio a relação de compra e venda da força de trabalho, em que o trabalhador vende sua força de trabalho aos donos dos meios de produção em troca de remuneração, para garantir sua subsistência. Enquanto o trabalhador vende sua força de trabalho para garantir meios de subsistência, o capitalista a utiliza para valorização do seu capital. O ato contínuo de produção vai determinar a própria reprodução desse modo de vida, pois vai exigir um conjunto de práticas e de instituições para além das que estão voltadas à reprodução material.

Assim, o capitalismo enquanto modo de reprodução social, é caracterizado pela contradição inconciliável entre a produção para o uso (correspondente à necessidade) e a produção para a troca, que em certo estágio do desenvolvimento, se torna um fim em si mesma, subordinando todas as considerações do uso humano a sua lógica completamente perversa de autorreprodução alienante (Mészáros, 2012).

A teoria de Marx sobre o Estado e a sociedade é central para sua análise crítica do modo de produção capitalista. O Estado é fundamentalmente uma instância que atua nos processos de dominação que uma classe exerce sobre a outra embora se apresente como acima dos conflitos de classe e por isso desempenhe funções “reguladoras” para o conjunto da sociedade. É apontado pelo autor que o Estado Burguês surge como resultado das contradições de classe na sociedade capitalista e serve para conservar os interesses da classe dominante, aquela que detém os meios de produção. Marx (1985) desenvolveu a concepção de que a sociedade é composta por uma base econômica (infraestrutura) e uma superestrutura, que inclui o Estado, instituições políticas, jurídicas, culturais e ideológicas. A superestrutura embora tenha relativa autonomia não se desvincula das determinações econômicas que caracterizam a infraestrutura, expressando as relações entre a dinâmica da produção e da luta de classes.

Marx e Engels conceituam a sociedade civil a partir da emergente sociedade burguesa e sem uma clara diferenciação de funções ainda em relação ao Estado no campo da superestrutura. A sociedade civil é, para os autores, a esfera da produção e reprodução da vida material, conforme destacam ao afirmarem que:

A sociedade civil abrange todo o intercâmbio material dos indivíduos no interior de uma fase determinada de desenvolvimento das forças produtivas. Abrange toda a vida comercial e industrial de uma dada fase (1993, p. 53).

O Estado, então, seria o produto da sociedade civil, que emerge das relações de produção e reflete os interesses da estrutura de classe inerentes ao modo de produção capitalista. Assim, se trata de instância que representa os interesses de uma classe, no caso, da classe dominante. Apesar de apresentar aparência de universalidade, os autores apontam que o Estado cria as condições para manutenção de determinado sistema social. A classe burguesa além de dispor dos meios de produção e controlar o processo de trabalho, estende seu poder, já que passa a deter também da superestrutura jurídica e política, em prol dos seus interesses, como apontam Montanõ e Duriguetto (2011, p.38):

O Estado legitima a dominação e a exploração da burguesia sobre o proletariado, revelando, assim, a sua essência de representante não dos interesses “comuns”, mas daqueles de uma classe particular.

Assim, o Estado surge para conservar e dominar conflitos oriundos das contradições presente numa sociedade separada por classes, cujos interesses são inconciliáveis (Engels, 2002). Gramsci em seus estudos aprofunda a discussão acerca da definição do Estado, no qual se conforma na associação de uma sociedade política a uma sociedade civil. A primeira se refere à esfera estatal, cuja principal função é o domínio de uma classe sobre a outra, por meio do conjunto de aparelhos de repressão, tais como as forças armadas e o sistema jurídico, ou seja, detém o monopólio do uso da força.

Diferentemente de Marx, Gramsci localiza a sociedade civil como “esfera das mediações do exercício da dominação de classe pelo exercício do convencimento” (Montanõ; Duriguetto, 2011, p. 45). Assim, ela está situada como um momento da superestrutura, no qual seu conceito está ligado ao espaço das relações sociais, às formas de consciência social, como a cultura, a política, as religiões e demais componentes ideológicos de uma classe. Já a sociedade civil é composta por aparelhos privados de hegemonia, isto é, organismos sociais em que os indivíduos podem aderir de forma voluntária e podem representar distintos interesses de classe. Ou seja, a sociedade civil não se mostra como espaço homogêneo, mas sim como local em que existem inclinações distintas e conflitantes em disputa pela hegemonia.

Nesse sentido, compreendendo o Estado a partir de uma perspectiva crítica, Coutinho (1996) aponta que em Gramsci, temos tal estrutura como espaço de disputa para assegurar as condições necessárias à expansão econômica e o estabelecimento de consensos.

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e governo, identificação que é, precisamente, uma rerepresentação da forma corporativa e econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil), isto é, hegemonia coraçada de coerção. (Gramsci, 2002a, p. 244)

Assim, o Estado passa a ser um componente essencial nesse processo de acumulação do capital, pois se torna um mecanismo que assegura as condições necessárias para seu desenvolvimento e expansão. Ele, enquanto instituição social que legitima o modo de produção vigente, cria, gere e assegura condições de reprodução da força de trabalho, garantindo a manutenção por meio de políticas econômicas e de distribuição de parcela do excedente apropriada na forma de fundo público.

Historicamente, o modo de produção capitalista passou por crises que não são apenas adversidades pontuais, mas, sim, características inerentes ao modo de produção capitalista. O seu ciclo de funcionamento, é marcado por momentos distintos apresentados na passagem a seguir:

[...] a) um período de expansão ou auge e prosperidade [...] - onde “todos os capitais fluem para a produção e comércio”, aumentando o investimento, a produção e o consumo, e a criação de novas empresas assim como de mais postos de trabalho [...]; b) uma fase de superprodução [...] - dado o excessivo crescimento da produção em geral há maior oferta de mercadorias do que a demanda; uma parte da mercadoria não será vendida, ou serão comercializadas a preços cada vez mais baixos, levando a uma queda da taxa de lucro. Daqui deriva; c) um período de crise e depressão [...] - com o desemprego, a redução das vendas e a queda dos preços. Reduz-se o investimento na atividade produtiva e comercial [...]. Aumenta o desemprego, diminuindo os salários [...]. d) uma nova fase de recuperação econômica [...] com a redução da capacidade de produção a partir da crise, os excedentes de mercadorias diminuiram ou foram totalmente consumidos, e com isso a demanda por bens de consumo passa a superar a oferta; sobem estas os preços das mercadorias, e com os preços das matérias-primas ainda baixos, aumenta a taxa de lucros; com isso novamente se amplia o reinvestimento na atividade produtiva e comercial, aumentando assim também os empregos. (Montanô; Duriguetto, 2011, p. 182)

Trata-se, portanto, de crises de superprodução e crises de superacumulação, sendo a primeira referente a interrupção do processo de crescimento do capital

causada pela queda na taxa de lucro, onde se observa a redução dos investimentos e do número de empregos. Já a crise de superacumulação se refere ao momento em que essas diversidades refletem as falhas do sistema, suas contradições, as quais se aguçam à medida que o capital desestabiliza sua forma de continuidade. Essa característica é compreendida também como fundamental para a manutenção de modo econômico, na medida em que, após o período de crise, permite-se maior produção de lucro. O entendimento do que é a crise do capital pressupõe os fundamentos do sistema capitalista, por isso é visível que os impasses advindos desses episódios são oportunidades para o sistema se reformular a fim de ajustar e criar novas estratégias para sua preservação (Mandel, 1977).

A crise do capital que experimentamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural. Assim, não há nada especial em associar-se o capital à crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. (Mészáros, 2011, p. 795).

A partir da metade do século XX, período referente ao pós Segunda Guerra Mundial, em que o capitalismo passava por momentos de crise, sobretudo afetando grande parte dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>14</sup>, com a ausência de novos territórios para sua propagação e acumulação, o capital organizou-se a fim de intensificar e ampliar a exploração da força de trabalho. Nesse contexto de decadência, observa-se um novo modelo de Estado que buscou recuperar e garantir direitos que foram retirados no período de guerra e estabilizar a economia (Behring; Boschetti, 2011, p. 97-98).

Pereira (2011) aponta que, no período compreendido entre os anos 1940 e 1970, a teoria político econômica keynesiana<sup>15</sup> serviu como base doutrinária para as mudanças que ocorreriam na sociedade capitalista, em que se deixou de defender o equilíbrio automático e natural da economia para defender a intervenção do Estado. Keynes sugere uma saída para crise através da intervenção estatal. Ele não apresenta uma teoria do Estado, mas, sim uma proposta para o Estado suprir as deficiências próprias do capitalismo e restabelecer o equilíbrio econômico.

---

<sup>14</sup> De acordo com Montanõ e Duriguetto (p. 153, 2011), no período pós Segunda Guerra Mundial foram estabelecidos acordos e agências internacionais que projetavam nova ordem mundial. Dentre elas, a OCDE, que "(...) foi criada em 1948 e recriada em 1961(...), procurando a cooperação dos países ricos para o desenvolvimento da produção, do emprego e do comércio."

<sup>15</sup> O Keynesianismo surgiu na década de 1930 do séc. XX, tendo esse nome por ter sido elaborado por John Maynard Keynes (1883-1946), economista britânico.

Cabe ao Estado, a partir de sua visão de conjunto, o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia (Behring; Boschetti, 2010, p. 85).

O Estado de Bem-Estar Social resulta de certo modo de uma pactuação entre as classes sociais, atenuando a crise do capitalismo com a sustentação pública de um conjunto de medidas que buscavam a estabilização econômica, com a manutenção das taxas de lucro.

As políticas sociais se generalizam nesse contexto, compondo o rol de medidas anticíclicas do período, e também foram o resultado de um pacto social estabelecido nos anos subsequentes com segmentos do movimento operário, sem o qual não podem ser compreendidas. (Behring e Boschetti, 2009, p.71)

A proteção social passou a ser também responsabilidade do Estado e buscou-se a garantia do pleno emprego para equilíbrio na relação de consumo. Alicerçado nessa doutrina, foram implementadas uma série de mudanças na economia e, conseqüentemente, na esfera social, que geraram bases para o chamado Estado de Bem-estar Social<sup>16</sup> (Behring; Boschetti, 2011) A proteção social pode ser definida como:

um conjunto de ações, institucionalizada ou não, que visam proteger a sociedade ou parte desta dos impactos de riscos naturais e/ou sociais que incidem sobre o indivíduo e a coletividade, os quais decorrem fundamentalmente das desigualdades sociais que acompanham os diferentes estágios da sociedade capitalista. (Mendes; Wunsch; E Couto, 2006)

A partir dos anos 1970, o modo de produção capitalista vivenciou, em escala global, inúmeras transformações e a crise estrutural do capital como um sistema sócio metabólico movido pela necessidade de acumulação incessante passou a se objetivar a partir de sucessivas crises nos seus processos de produção de mercadorias, gestão da força de trabalho e no modo de vida dos sujeitos (Anderson, 1995). Em escala global, o início dos anos 1970 apontava crises estruturais e decadência desse modo de produção (Behring, 2003), marcado pelo esgotamento do padrão taylorista/fordista de produção, diminuição da taxa de lucro e instabilidade do Estado de Bem-estar Social.

---

<sup>16</sup> O Estado do bem-estar também é conhecido por sua denominação em inglês, Welfare State. Os termos servem basicamente para designar o Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos.

Cabe salientar, no entanto, que aspectos conservadores para continuidade do sistema capitalista e como ferramenta de controle da classe trabalhadora também estão presentes no Estado de Bem-estar social. Tal fato demonstra não só algumas de suas grandes contradições, mas também a complexidade desse modelo econômico, como aponta Pereira:

[...] de um lado, à desestruturação do padrão fordista de produção, que, entre 1945-1975, assentava-se nas estruturas keynesianas de acumulação e consumo de massa, no pleno emprego e na adoção de políticas sociais universais e, de outro lado, à emergência de outro padrão de organização produtiva chamado pós-fordismo que pretendia mudar tudo isso. Entretanto, apesar de o pós-fordismo não ter rompido totalmente com os mecanismos de exploração fordistas/tayloristas, ele foi apropriado, a partir dos anos 1980, pelo neoliberalismo, e passou a basear-se em outra doutrina econômica, emuladora do trabalho, do mérito, da monetarização da proteção social, do empreendedorismo e da inovação destrutiva. (Pereira, 2013, p.22)

Conforme já mencionado, a crise do capital é uma crise estrutural reflexo da incapacidade de vender o que se produz na mesma velocidade e sem controlar a diminuição na taxa de lucratividade. Trata-se, portanto, de uma crise de superprodução, em decorrência do desequilíbrio entre as constantes alterações na dinâmica da produção e das condições de consumo e realização do mais valor. Em particular, esse contexto de crise do capital atrelado às derrotas das forças políticas da classe trabalhadora no final da década de 1970, levaram a reestruturação política do capital e conseqüentemente do Estado. A reestruturação produtiva e o neoliberalismo constituem respostas do capital à sua crise no fim do século XX. O Estado neoliberal se caracterizou por meio de incentivos de políticas de liberalização do mercado, deslocamento de sua centralidade executora para a gestora nas políticas sociais, uma profunda desregulamentação das relações e direitos do trabalho e uma subordinação incondicional à lógica financeira. Os baixos índices de “crescimento econômico” atrelados à alta inflação foram usados como argumento para os neoliberais criticarem e desmontarem o Estado de Bem-Estar (Behring; Boschetti, 2011).

Esse processo de reorganização econômica é marcado pelo desenvolvimento e impulso de novas tecnologias, que automatizam o processo de produção de mercadoria. A automação diminui o número de trabalhadores necessário na produção,

ocasionando no aumento do exército industrial de reserva<sup>17</sup>. Esse fenômeno, conforme debatido por Marx (1983), suscita aumento significativo de trabalhadores desempregados ou subempregados que estão fora do mercado de trabalho. A existência e crescimento do exército industrial de reserva acaba por desencadear pressão para redução de salários e a precarização das condições trabalhistas. Dessa maneira, esse desenvolvimento tecnológico acentua as desigualdades sociais existentes, pois amplia a insegurança dos trabalhadores ao mesmo tempo em que favorece a acumulação de riquezas do que controlam os meios de produção.

Antunes (2013) aponta que a inovação técnica é um movimento inerente ao modo de produção capitalista, uma vez que busca formas de reduzir o trabalho necessário, tal como o valor da força de trabalho e da mercadoria. Assim, é essencial compreender que o desenvolvimento científico, na sociedade capitalista, é determinado pelo interesse inerente à acumulação capitalista em aumentar a produtividade do trabalho ou a sua substituição por trabalho morto e não necessariamente para atender às necessidades humanas.

[...] trabalho vivo, em conjunção com ciência e tecnologia, constitui uma complexa e contraditória unidade, sob as condições de desenvolvimento capitalista. [...] Liberada pelo capital para expandir-se, mas sendo em última instância prisioneira da necessidade de subordinar-se aos imperativos do processo de criação de valores, a ciência não pode converter-se em principal força produtiva. (Antunes, 2013, p. 122-123)

Sierra ressalta que “as inovações técnicas inseridas na produção elevam a produtividade, mas reduzem o preço do produto, porque é o trabalho (o tempo socialmente necessário) que mede o valor da mercadoria” (2020, p. 56). O principal objetivo das mudanças advindas da incorporação de novas tecnologias ao processo de produção das era mitigar a queda na taxa de lucros, baratear e ampliar a produção de mercadorias (Antunes, 2013).

Tal cenário de instabilidade do Estado de Bem-Estar Social, caracterizado por cortes relacionados às políticas sociais e a compressão de direitos trabalhistas, desencadeia um ambiente de insegurança para os trabalhadores. As alterações no processo de trabalho, fomentadas pela revolução tecnológica, alteram as relações laborais, frequentemente resultando em precarização e flexibilização do trabalho.

---

<sup>17</sup> Esse conceito é desenvolvido por Karl Marx a partir da sua produção sobre economia política, no qual se refere ao desemprego em massa e estrutural presentes em economias capitalistas.

(Behring; Boschetti, 2007). Simultaneamente, as organizações da classe trabalhadora, como por exemplo, os sindicatos, defrontam-se com inúmeros desafios ligados a redução de recursos, perda de filiados, pressão política e econômica, que contribuem para a sua redução e enfraquecimento. Nessa condição, a luta de classes se intensifica, com o capital acentuando suas estratégias de controle e repressão, em que as mobilizações e expressões da classe operária sofrem intensa coibição. Nessa conjuntura revela-se uma dinâmica de confronto entre as classes, onde o capital procura consolidar sua hegemonia, ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora luta para manter e conquistar direitos (Behring, 2003). Essas circunstâncias proporcionaram o início de um processo de renovação político e ideológico baseado no fortalecimento das teses liberais, em uma nova fardagem, denominada como neoliberalismo, como descreve Montanõ e Duriguetto (2011, p. 193):

Desta forma, o “projeto/processo neoliberal” constitui a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital - em face da crise, do avanço tecnocientífico e das lutas de classe que se desenvolveram no pós-1970, e que se desdobra basicamente em três frentes: a ofensiva contra o trabalho (atingindo as leis trabalhistas e as lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas “reestruturação produtiva” e “(contra)reforma do Estado.

Segundo Anderson (1995), o neoliberalismo tem como uma de suas principais referências o livro *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito em 1944. Hayek elaborou esta obra como uma crítica à planificação centralizada da economia e à interferência política no mercado. Ele argumenta que a não regulação estatal no comércio e no mercado financeiro permitiria a livre movimentação dos agentes econômicos, o que, segundo ele, garantiria uma distribuição mais eficiente dos recursos. Hayek defendia que a intervenção estatal levaria à perda de liberdades individuais e à tirania, enquanto a liberdade econômica seria essencial para o desenvolvimento e a prosperidade das sociedades. O autor justificava que tais intervenções inevitavelmente levariam a uma forma de controle autoritário e ao desgaste das liberdades civis.

O ajustamento neoliberal foi experimentado, inicialmente, no Chile, em 1973, a partir do golpe de estado orquestrado pelo General Augusto Pinochet, que derrubou o então presidente Salvador Allende e o regime democrático implantando mais uma ditadura militar na América do Sul. Posteriormente, já no início dos anos de 1980, o triunfo de Margareth Thatcher, como primeira-ministra da Inglaterra e de Reagan, em

1980 nos Estados Unidos da América (EUA), observa-se que a racionalidade neoliberal conquista importantes bases de sustentação política para disseminação dessa hegemonia nos países capitalistas centrais, sobretudo no ocidente. Na Europa, outros países como Alemanha, França e Espanha seguem na mesma direção, dando amplitude à hegemonia neoliberal. Expandindo-se também para outros países da América Latina como Argentina, Colômbia, México e Peru. No Brasil identifica-se o advento de uma primeira etapa do neoliberalismo no ano de 1989, com a chegada de Fernando Collor à presidência.

Desde então, a doutrina socioeconômica neoliberal encontra-se disseminada a nível global, cuja orientação, grosso modo, retoma alguns dos antigos ideais do liberalismo clássico, mas sob novas bases de exploração e crise capitalista (Dardot; Laval, 2016). Os autores supracitados que abordam o tema e salientam que tomada sobretudo como doutrina econômica é uma das mais cruéis expressões do capitalismo. Harvey (2008) define o neoliberalismo como:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. (Harvey, 2005, p. 12).

O neoliberalismo, mesmo se tornando como padrão hegemônico em países centrais, não conseguiu resolver e nem proporcionar alternativas capazes de enfrentar a crise do capital, assim como não alavancou o crescimento econômico, como esperado pelos seus defensores. Todavia, a nova forma de organização econômica impactou negativamente a classe trabalhadora, dado que aumentou o desemprego, reduziu os salários e encolheu os sistemas de proteção social (Behring; Boschetti, 2011).

Inicialmente, pode-se compreender o neoliberalismo como reafirmação do pensamento liberal clássico, visto a reiteração acerca dos seus princípios básicos, tais como a liberdade individual, a defesa da propriedade privada e do livre funcionamento do mercado. Nesse contexto de mudanças, a função do Estado deve estar direcionada para a conservação da economia, no monopólio do uso da força, a fim de garantir, por meio da coerção, a ordem e funcionamento do livre mercado.

Os estudiosos sobre a temática, Dardot e Laval (2016), aprofundam a análise e revelam que o neoliberalismo é mais do que um modelo político-econômico, os

autores apontam que se trata de um “sistema normativo”, uma nova forma de governabilidade e racionalidade, que alcança e interfere o mundo inteiro, pois ele estende “a lógica do capital para todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (2016, p. 7). Os autores salientam que ele não é só mais uma forma de fazer política ou uma ideologia, o neoliberalismo se apresenta como um mecanismo que busca padronizar formas de discurso, pensamento e ações, consoante ao princípio geral da concorrência, cuja disseminação impactou todas as esferas da vida social, conforme passagem a seguir:

Antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. (Dardot; Laval, 2016, p.15)

A racionalidade neoliberal produz um novo padrão ao processo de dominação, a supremacia e direção do sistema capitalista, de forma mais autoritária, dado que se institui de forma dogmática como uma nova forma totalizante de direcionar escolhas, comportamentos e práticas através da relação entre ação individual e as instituições.

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. (Dardot; Laval, 2016, p.14)

Nesse sentido, o neoliberalismo se mundializa e reestrutura o modo de produção e reprodução da vida social, afetando todos os âmbitos (político, cultural, econômico, social etc.) (Gentili, 1998). O avanço e consolidação do neoliberalismo promove o desmonte dos direitos e das políticas sociais universais historicamente conquistados pelos movimentos democráticos, com diminuição dos investimentos sociais. Há um desmonte da proteção social alicerçado no fim das ações governamentais de garantia do pleno emprego e dos acordos coletivos dos trabalhadores, além do Estado atuar na desregulamentação do aparato legal de proteção ao trabalho e na incessante queda de braço contra os sindicatos e os movimentos sociais. O assalariamento clássico é enfraquecido em função da precarização dos vínculos e relações de trabalho. Em consonância com o interesse do capital, o mercado de trabalho se torna mais flexível, resultando em inúmeros prejuízos aos trabalhadores, pois há uma alta do desemprego, redução dos salários e

perda de direitos básicos. A classe trabalhadora se encontra num estado de insegurança em decorrência do empobrecimento crescente, ao mesmo tempo em que o capital se valoriza, fazendo com que as minorias tenham seu lucro ampliado (Behring; Boschetti, 2011).

A privatização das atividades estatais é incentivada, sendo parte das atribuições do Estado transferidas para administração da iniciativa privada. Os governos neoliberais justificam que a privatização busca desburocratizar e garantir a eficiência, sob a alegação de diminuir o custo e melhorar a qualidade do serviço prestado. Nesse processo, muda-se a visão do cidadão de direito para cidadão consumidor, devendo este ser responsável por suas próprias ações e bem-estar. O complexo de políticas sociais e econômicas que são responsabilidade do Estado são apontadas pelos neoliberais como responsáveis pelo colapso econômico, devido ao gasto excessivo.

A intervenção do Estado corresponde a não limitar o mercado, mas criar aparato legal, um enquadramento jurídico capaz de purificar e manter o estável através do estabelecimento de consensos (Coutinho, 1996). Dardot e Laval (2016) apontam que não se trata de impetrar um acordo coletivo orgânico, mas, sim, de produzir condições para que a concorrência e rivalidade correspondam ao interesse coletivo, como descrito no trecho “o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (2016, p. 15). Não se trata, portanto, de um Estado mínimo, mas de um Estado que atenda aos interesses de acumulação do capital. Em virtude disso, o Estado opera no sentido de fortalecer o mercado, adotando processos e fluxos a partir da lógica de organização gerencial empresarial, sendo orientado por exigências de eficiência e de concorrência.

O neoliberalismo traz consigo reformas no modelo de gestão do setor público, no qual insere um novo paradigma de gestão, incorporando o ethos de empresa presentes em setores privados, prometendo uma modernização dos serviços prestados pelo Estado, por meio de nova cultura organizacional no serviço público. Os autores Newman e Clarke (2012) apresentam reflexões importantes sobre essa “Nova Gestão Pública”, que na literatura também é reconhecida como gerencialismo.

## 1.2 - Gerencialismo como expressão da racionalidade neoliberal

Dardot e Laval (2016), exploram a racionalidade neoliberal como um conceito mais amplo do que apenas políticas econômicas. Os autores analisam como o neoliberalismo permeia diversas esferas da sociedade, influenciando não apenas a economia, como também a forma como as sociedades concebem e organizam suas instituições e práticas.

O gerencialismo ou “Nova Gestão Pública” consiste em um modelo ideológico de um novo paradigma de gestão inerente à racionalidade neoliberal, sendo esse, estratégia do capital diante da crise econômica mundial da década de 1970, no qual o capitalismo viveu um período de profunda recessão e questionamento sobre o papel do Estado no crescimento econômico e no bem-estar da sociedade. Os autores Newman e Clarke (2012) direcionam suas pesquisas para o tema e referem que as mudanças na gestão foram observadas nos processos de transformação cultural e política que ocorreram na Grã-Bretanha, a partir do Governo de Margaret Thatcher, primeira-ministra da Inglaterra no período entre 1979 a 1992, e que ocorrem simultâneos as mudanças ocorridas nos Estados Unidos e na Nova Zelândia.

Segundo os referidos autores, “gerencialização é um processo de estabelecimento de autoridade gerencial sobre recursos corporativos (materiais, humanos ou simbólicos) e tomada de decisão corporativa.” (2013, p. 359) que se tornou difuso a nível global e parâmetro para as reformas que deveriam ser implementadas no setor público, sob a justificativa de superar a velha e suposta ineficiente burocracia estatal oriunda do modelo Estado de bem-estar social, por meio da propagação de uma nova cultura organizacional baseada nos seguintes pressupostos: “de liberar as forças do mercado do controle do estado; liberar o consumidor da carga de impostos; e reduzir o tamanho, âmbito e custo do estado” (ibidem, 2012, p. 354). O gerencialismo incorpora o ethos de negócios próprio do setor privado no setor público, sustentado por uma narrativa de “empresariamento” dos serviços ofertados pelo Estado.

O receituário acerca dessas mudanças foi orientado pelo Consenso de Washington, momento em que organismos financeiros internacionais, como Fundo

Monetário Internacional (FMI)<sup>18</sup> e Banco Mundial (BM)<sup>19</sup> procederam com avaliações sobre reformas econômicas já em curso e a ratificação das propostas neoliberais.

O papel que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional efetivamente desempenham na econômica mundial, e, especialmente, nos países periféricos, revela-se por meio da função disciplinadora assumida dentro da economia capitalista internacional, ou seja, uma rígida disciplina fiscal (Guilherme, Nogueira, 2010, p. 331).

As reformas administrativas implementadas na contemporaneidade atingiram a maior parte dos países, principalmente os países considerados em desenvolvimento. O novo modelo de gestão apresentado cria a contratualização de resultados entre suas entidades com objetivo de promover a integração à lógica privada competitiva que melhor atenda melhor e focada nas demandas do “cidadão-consumidor”<sup>20</sup>.

Deste modo, entende-se que o gerencialismo ocorre como parte da contrarreforma burguesa implementada a fim de redefinir o papel do Estado, sob a justificativa de necessidade de ajustes devido à crise fiscal e superação do modelo burocrático na administração pública. O modelo anterior é apontado como rígido e marcado pela má administração dos recursos materiais e financeiros, com excesso de procedimentos burocráticos e avaliado com baixa produtividade (Newman; Clarke, 2012). A principal crítica feita a esse modelo é que suas atividades são onerosas se comparadas a serviços prestados por setores da iniciativa privada. Há, também, críticas relacionadas à baixa responsabilização dos gestores em relação aos resultados obtidos, sendo apontada a necessidade da publicização dos processos e os resultados obtidos, sugerindo assim maior participação e controle social da sociedade (Bresser Pereira, 1997).

---

<sup>18</sup> O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma organização financeira internacional que realiza empréstimos e resgates para países com dificuldades econômicas. Um dos principais objetivos do FMI é atuar na estabilidade econômica e financeira mundial. Uma das críticas que se faz a essa instituição é que os países com mais recursos possuem maior poder nas decisões internas.

<sup>19</sup> O Banco Mundial surge na década de 1950 e se constitui como instrumento de representação do capital, se consolidando como instrumento de disseminação dos pressupostos neoliberais e indicações para alterações no funcionamento dos Estados. A proposta é, de forma ideológica, política e econômica, propagar a teoria neoliberal como única solução para crises vividas por países periféricos.

<sup>20</sup> Sobre “cidadão-consumidor”, o termo é construído baseado no imaginário republicanos de liberdade, igualdade e solidariedade criado a partir de uma relação vertical com o Estado, onde cidadão se tem a ideia de igualdade social. Referente ao consumidor, remete a construção econômica de igualdade e liberdade, que ocorre no âmbito das relações de mercado. (Clarke et al, 2007 apud Newman & Clarke, 2012).

Newman e Clarke (2012) explicam que mesmo em relação aos serviços públicos que não foram totalmente privatizados, foi exigido desempenho semelhante aos serviços submetidos a mercados competitivos, introduzindo novas lógicas de tomadas de decisões que privilegiam o rendimento em face de valores públicos. Como consequência desse movimento, evidenciou-se o encolhimento do setor público e expansão dos mercados privados.

Em face disso, compreende-se que a crise que se mostra como justificativa para a reformas econômicas e políticas é inerente ao capitalismo. Trata-se de mais uma crise estrutural e cíclica, fazendo parte da estrutura do modo de produção capitalista, conforme apontado por Harvey (1992), Antunes (2000) e Chesnais (1996). Assim, culpar o modelo de Estado anterior para justificar diminuição do seu papel e redução de direitos sociais é mais uma estratégia que o capital encontra para manter sua lucratividade.

Nesse cenário de contrarreforma no Estado, o desenvolvimento contínuo das forças produtivas altera as formas de controle das organizações e dos indivíduos. Há incorporação de novas tecnologias e de formas de gestão no processo de trabalho, que modificam todas as relações que envolvem o processo de trabalho coletivo. A autora Raichelis aponta que a incorporação de gestões gerencialistas “esvazia conteúdos reflexivos e criativos do trabalho, enquadrando processos e dinâmicas às metas de ‘qualidade’ e de produtividade a serem alcançadas” (2018, p. 57). O foco do capital passa a ser, também, questões que envolvem a subjetividade dos indivíduos e valores relacionados à sua individualidade (Faria, 2019).

Os pesquisadores Salimon e Siqueira (2013) elaboram estudos relativos ao gerencialismo, e o definem, também, como uma ideologia devido a sua habilidade de fazer incorporar crenças e valores associados a um grupo operacional de condutas, do mesmo modo que oculta um projeto maior, de dominação. É apontado que essa ideologia é criada e disseminada nos mais diversos tipos de organizações e nos espaços institucionais, forjando o comportamento humano, influenciando as aspirações, propiciando uma servidão espontânea dos indivíduos a lógica empresarial.

Além de mudanças no que tange a organização do Estado e serviços públicos, o gerencialismo traz consigo mudanças nas relações sociais e na subjetividade das pessoas. Assim como o Estado, os sujeitos também se colocam

como uma “empresa”, tornando-se mais flexível, mais individualista e mudando sua forma de agir. Dessa forma, os sujeitos passam a se submeter física e psicologicamente às atividades organizacionais.

No caso da ideologia gerencialista contemporânea, em uma perspectiva psicossocial, a individualidade do sujeito entra em cena de modo imperativo, inclusive em termos da submissão dos interesses individuais aos organizacionais. O jogo, apesar de ser menos perceptível, é mais duro, mais opressor e tende a subjugar os sujeitos, de modo mais integral. (Morais, 2019, p. 189)

Nesse contexto de mudanças que afetam amplamente a sociedade e o Estado, ocorre a individualização dos direitos humanos, no qual o sistema se fundamenta na exploração e na opressão, acarretando na objetificação das relações sociais. É demandado aos sujeitos uma organização em torno de bens e renda, como exemplificado por Dardot e Laval em “ou seja, a relação que tem com sua propriedade privada, sua família, seu cônjuge, seus seguros e sua aposentadoria, de modo que essa vida faça dele ‘uma espécie de empresa permanente e múltipla’ (2016 p. 131)”.

Observa-se, portanto, que nesse cenário as relações sociais são permeadas por interesses e concorrência, no qual visa “criar situações de concorrência que supostamente privilegiam os mais “aptos” e os mais fortes e a adaptar os indivíduos à competição, considerada a fonte de todos os benefícios” (2016, p. 282). Essa ideologia presente no estado neoliberal implica em mudanças na subjetividade dos indivíduos, cuja ideia de cada trabalhador deve se tornar uma “empresa de si mesmo” constitui um modo de autogovernar de acordo com valores e princípios empresariais e de competitividade. Espera-se que o indivíduo seja competitivo e competente, que se mantenha incessantemente em busca de melhorar seu desempenho a fim de obter melhores resultados a qualquer custo. Os mesmos autores apontam que:

Para alguns neoliberais contemporâneos, tanto a relação consigo mesmo como a relação com os bens exteriores devem tomar como modelo a lógica da empresa como unidade de produção em concorrência com os outros. Em outras palavras, não é o resultado do trabalho que é anexado à pessoa, como um prolongamento dela, mas é o governo que o indivíduo tem de si que deve interiorizar as regras de funcionamento da empresa; não é o exterior (ou seja, o resultado do trabalho) que é levado para o interior, mas é o exterior (ou seja, a empresa) que fornece à interioridade da relação consigo mesmo a norma de sua própria reorganização. (2016, p. 132)

A partir do entendimento do gerencialismo como instrumento de poder e controle da gestão do trabalho na esfera pública sob influência do capital, observa-se um intenso processo de ampliação da competitividade e do processo de individualização, tendo isolamento e distanciamento entre os sujeitos como consequência. Assim, de forma estratégica e determinante para manutenção do modo de gestão, o que se pode observar é que as suas práticas levam a retirada dos conflitos a níveis coletivos para caracterizá-los como problemas individuais (Morais, 2019) acarretando a desmobilização dos coletivos organizados pela classe trabalhadora e no enfraquecimento dos laços de solidariedade.

### **1.3. O avanço da racionalidade neoliberal nas políticas sociais brasileiras**

A discussão acerca do neoliberalismo no Brasil requer reconhecer as especificidades da sua formação social-política levando em conta o entendimento de Florestan Fernandes sobre a história, no qual é afirmado que a história é obra dos homens. Numa sociedade de classes a história é feita a partir das condições concretas que os homens se encontram, sendo seu agir um agir de classe.

É falsa a ideia de que a história se faz, que ela se determina automaticamente. A história é feita coletivamente pelos homens e, sob o capitalismo, através de conflitos de classe de alcance local, regional, nacional e mundial. (RRBB, p. 62, *grifado no original*)

Florestan Fernandes (1975) argumenta que, ao contrário do modelo clássico de revolução burguesa, no qual a burguesia desempenha um papel ativo na transformação social, no Brasil, essa revolução não aconteceu de maneira tradicional. A classe burguesa brasileira não liderou um movimento revolucionário para destruir as estruturas feudais, tendo se aliado às elites agrárias para consolidar o seu poder de forma conservadora. Pode-se, a partir das suas reflexões, empreender o projeto burguês no Brasil como autocrático, ou seja, caracterizado por um controle centralizado do poder, muitas vezes exercido por uma elite. Além disso, ele destaca a heteronomia desse projeto, indicando que a burguesia brasileira não desenvolveu

uma autonomia completa em relação às estruturas sociais existentes, mantendo vínculos estreitos com as classes dominantes tradicionais. O autor também sinaliza coexistência e a interação constante entre elementos arcaicos e modernos na sociedade brasileira. Em vez de uma ruptura clara entre o antigo e o novo, o Brasil experimentou uma articulação contínua desses elementos ao longo do tempo. Isso contribui para a complexidade da formação social e econômica do país.

O referido autor formula o conceito de capitalismo dependente baseando-se no conceito de heteronomia, definindo-o enquanto “forma periférica e dependente do capitalismo monopolista (o que associa inexorável e inextricavelmente as formas ‘nacionais’ e ‘estrangeiras’ do capital financeiro.” (1985, p. 50). Esse conceito é ao mesmo tempo histórico e estrutural, definindo-se como elemento de um sistema de produção específico - capitalismo.

As sociedades capitalistas subdesenvolvidas não contaram com uma acumulação originária suficientemente forte para sustentar um desenvolvimento econômico autossuficiente, de longa duração, e para desencadear ou fomentar a implantação do capitalismo como sistema econômico irreversível. [...] Na verdade, a transição inicial se fez, nos países subdesenvolvidos, sob o impulso da inclusão no mercado mundial, a qual envolveu extensa e contínua transferência de capitais, técnicas e instituições econômicas, agentes humanos treinados das nações europeias, que controlavam aqueles mercados para as nações emergentes (Fernandes, 1975, p. 43)

Este dado seria uma consequência da estruturação do processo de produção dessas sociedades, uma vez que uma pequena parcela da força de trabalho estaria empregada em atividades industriais em regime assalariado enquanto a sua maioria se encontraria imersa em outras modalidades de relações de produção.

Uma situação específica, que só pode ser caracterizada através de uma economia de mercado capitalista duplamente polarizada, destituída de autossuficiência e possuidora, no máximo, de uma autonomia limitada. Nos planos da estrutura, funcionamento e diferenciação do sistema econômico, a dupla polarização do mercado suscita uma realidade nova e inconfundível. Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas. (Fernandes, 1968, p. 36-37)

No Brasil, considera-se que o neoliberalismo começou a ganhar espaço por meio da contrarreforma do Estado na década de 1990. Embora algumas iniciativas

tenham sido adotadas já no governo Fernando Collor de Mello, em decorrência de interferências externas que demandaram ao país o ajuste à nova dinâmica, foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que elas se tornaram mais estruturantes e coesas ao alinhamento dos organismos internacionais (Behring, E. R; Boschetti, 2003). Contudo, em comparação aos outros países, como exposto no primeiro tópico do presente capítulo, a adoção do ideário neoliberal no país ocorre tardiamente. Enquanto outras nações já passavam por mudanças significativas, o Brasil ainda alinhava um arcabouço constitucional sintonizado às lutas sociais pela redemocratização que atravessaram a década de 1980. No pós-ditadura militar, a sociedade encontrava-se em avançada organização política mediante a mobilização de inúmeros movimentos sociais e sindicais, com aspirações democráticas. A crise econômica vivenciada nos anos finais da ditadura militar, provocou o acirramento da luta de classes, ocasionando a urgência da participação política dos movimentos sociais na luta pela democratização. Nessa conjuntura, após o fim da ditadura militar brasileira em 1985, o país passou por um processo de redemocratização que resultou em significativas conquistas legais e uma nova concepção de proteção social (Pereira, 2012).

Apesar de o Brasil ter como referência o neoliberalismo em outros países, como Chile, Inglaterra e EUA e ter, também, as indicações de instituições multilaterais<sup>21</sup>, como FMI e BM, a constituição do projeto neoliberal segue seu próprio processo de construção, a partir de disputas políticas entre as classes sociais. Esse projeto se desenvolve baseado nas particularidades da formação político-econômica do país, como resultado dos embates entre as classes antagônicas. Sobre as características do país, Behring e Boschetti apontam que “[...] o Estado brasileiro nasceu sob o signo de forte ambiguidade entre liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes” (Behring; Boschetti, 2011, p. 75), e destaca, que a história é marcada por características de imperialismo, escravismo e colonialismo.

---

<sup>21</sup> De acordo com a definição de Cortez “os organismos multilaterais constituem-se entidades criadas pelas principais nações do mundo e respectivos blocos econômicos, que estão inseridos na conjuntura das relações internacionais, na lógica da interlocução e desenvolvimento global e local voltado para as múltiplas áreas da atividade humana. O organismo multilateral ou organização internacional, como entidade que tem concepção e abrangência supranacional composta por vários países, têm priorizado apresentar uma visão diagnóstica e diretrizes orientadoras às políticas públicas, além de promover acordos de cooperação entre os países-membros, considerando a adoção conjunta de aspectos normatizadores de comportamento e desenvolvimento comercial, cultural, educacional, oferta e atendimento de saúde, estabelecimento de redes de proteção, entre outros.” (2018, p.15).

Tal compreensão explica o porquê do neoliberalismo se consolidar de diferentes formas em diferentes países, pois, embora, possua mesma concepção doutrinária, ele é produto de determinada disputa de interesses.

A promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988 marca um avanço na constituição dos direitos sociais e na expansão do Estado. Verifica-se nesse período que a classe trabalhadora passou por um processo de socialização da esfera política que resultou em conquistas de novos direitos, ampliação do acesso a serviços públicos. O período da década de 1980 é um marco na conquista de direitos sociais no Brasil, sobretudo, por ser resultado da mobilização social. É nessa época que a seguridade social ganha espaços nos debates, em consequência da homogeneização da consciência da classe trabalhadora em direção a busca por garantia de direitos sociais. É necessário salientar que esse processo de socialização na política não foi equivalente na esfera econômica em decorrência do avanço do neoliberalismo.

Entretanto, o processo que conduziria a institucionalização plena desse modelo, passou a ser negado em meados da década de 1990 pelas correlações de forças sociais existentes, que por atender aos interesses da classe dominante, substituíram gradualmente a proposta original em favor de prescrições neoliberais. Ou seja, a Carta Constitucional não impede a disseminação da doutrina neoliberal no país, porém se apresenta como importante obstáculo para a consolidação do neoliberalismo. Outro fator que auxiliou na expansão desse processo são as consequências do período ditatorial (1964-1985), em que a classe trabalhadora teve seus movimentos sociais e organizações sindicais asfixiados nas décadas anteriores (Montaño; Duriguetto, 2011). Assim, as mobilizações que poderiam frear ou amenizar as imposições desse novo modelo de acumulação capitalista estavam desorganizadas e enfraquecidas.

Luiz Carlos Bresser Pereira, na década de 1990, desempenhou um importante papel como um dos principais ideólogos da “Reforma Gerencial do Estado” sob os princípios do neoliberalismo e do gerencialismo. Os desdobramentos das contrarreformas impactaram no campo das políticas sociais a partir de três pilares: privatização, descentralização e focalização (Behring, 2003). A privatização refere-se a transferir a gestão e propriedade de empresas estatais para o setor privado, sob a justificativa de reduzir a presença direta do Estado na economia, aumentando a

eficiência a partir da competitividade. A descentralização<sup>22</sup> do Estado, buscou transferir a responsabilidade e recursos para esferas subnacionais, como estados e municípios, visando oferecer maior autonomia para as instâncias locais. A focalização refere-se à ideia de direcionar os recursos do Estado para atender especificamente às necessidades dos grupos mais vulneráveis da sociedade, substituindo na prática as políticas de cunho universal por programas sociais direcionados aos segmentos populacionais mais pobres (Behring, 2008; Montañó; Duriguetto, , 2011).

No Governo do FHC (1995-2002) aconteceram uma série de privatizações no país, em diferentes setores da economia, como telecomunicações, energia, mineração e bancos. Alguns exemplos desse processo, foram a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, Telebrás, Banespa e Banerj (Rodrigues; Jurgenfeld, , 2019). O objetivo central era reduzir a presença do Estado na economia a fim de dar maior eficiência à prestação de serviços sob a gestão do setor privado. Ao mesmo tempo há uma crescente descentralização das ações do Estado através da transferência de competências e recursos para estados e municípios.

O governo seguinte, chefiado por Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), apesar de ter sido eleito a partir de críticas ao governo FHC, adotou mudanças de posição importantes nas pautas e bandeiras de luta históricas do Partido dos Trabalhadores, mantendo a continuidade do desenho neoliberal no campo da macropolítica econômica e da gestão gerencialista do Estado. A descentralização iniciada no governo anterior não foi interrompida, porém ocorreu uma tentativa de maior coordenação e integração entre os níveis de governo. Lula ampliou os programas sociais, criando o Bolsa Família, que reuniu diferentes benefícios sociais em um único programa de transferência de renda, mantendo o caráter focalista voltado para famílias de baixa renda.

Os limites que vínhamos sinalizando das políticas sociais nos governos do PT, o que sistematizamos em texto anterior (Cf. Behring, 2008), agora são violentamente estreitados por uma política social ainda mais residual, ultraliberal e neoconservadora. É um processo de ajuste fiscal e corte de recursos, mas também de alteração da concepção e da perda do pouco que se avançou com os leves deslocamentos que o PT, aprisionado que esteve na sua lógica da governabilidade e em uma política de alianças de alto custo. (Behring, 2016)

---

<sup>22</sup> No contexto neoliberal, a descentralização muitas vezes é vista não apenas como uma forma de promover eficiência e inovação, mas também como um meio de reduzir o papel do Estado na provisão de políticas sociais. Isso contrasta com a visão progressista da descentralização, que enfatiza a autonomia local, a participação democrática e a promoção da igualdade.

Durante o governo Dilma (2011-2016), os processos de privatização diminuíram. O Estado retomou um papel mais ativo em alguns setores. Houve a manutenção da descentralização, porém foram levantadas preocupações com a capacidade de gestão e qualidade dos serviços. O Bolsa Família foi mantido e ampliado durante esse período, com ênfase na focalização.

A abordagem do neoliberalismo nas políticas sociais no Brasil reflete uma dinâmica complexa, influenciada por diferentes lideranças e contextos políticos. Enquanto houve continuidades nos pilares da contrarreforma do Estado, cada governo apresentou nuances em sua implementação, refletindo diferentes ênfases e abordagens em relação à privatização, descentralização e focalização. Essa evolução mostra a interação entre a ideologia neoliberal e as demandas e desafios específicos enfrentados por cada administração.

No Brasil, o ideário encontra terreno fértil para a aderência das mudanças ocorridas a nível global, devido às suas características de país de industrialização dependente, construída na superexploração da força de trabalho. O capital estabeleceu uma hiperinflação e atribuiu aos direitos sociais a responsabilidade pelos déficits públicos. O combate à inflação foi a justificativa inicial para a redefinição do processo de acumulação capitalista no Brasil. O gerencialismo permeia as políticas públicas por meio da concepção neoliberal de Estado mínimo, que traz ênfase à descentralização de responsabilidades e que pretende o estabelecimento de mecanismos de garantia de eficácia e eficiência nos serviços públicos (Silva; Silva; Santos, 2016).

Além disso, propaga-se a ideia de o Estado é ineficiente e que a saída para a instabilidade financeira é a adoção do neoliberalismo (Behring; Boschetti, 2011). Tem-se como promessa um local privilegiado no mercado global, estabilidade monetária e avanço tecnológico, que levaria à modernização do país.

No que se refere a discussão sobre as políticas sociais torna-se essencial compreendê-la como produto da correlação de forças entre as classes sociais e sua dinâmica com o Estado, ou seja, faz-se necessário conhecê-la a partir da história (Behring; Boschetti, 2011, p.44). A entrada, nos anos 1990, do receituário neoliberal político-econômico do Brasil significou o aprofundamento das desigualdades sociais que contribuem para a deterioração das condições de trabalho, saúde e segurança no país.

Assim, faz-se importante destacar que no processo de abertura dos países de capitalismo periférico, aqueles subdesenvolvidos, que apresentam grande desigualdade social, dívidas externas e atraso na produção de tecnologias, tiveram interferências dos países centrais e do FMI e BM. Esses agentes impuseram apoio mediante a reformas neoliberais, cujas ações passariam por privatizações e mudanças na administração pública.

Tratou-se como se pôde observar de “reformas” orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 80. (Behring; Boschetti, 2011, p.148).

Behring e Boschetti (2007) apontam que componentes liberais são essenciais para compreender a redução da intervenção do Estado referente às políticas sociais, a partir da naturalização da pobreza e predominância do individualismo, no qual o bem-estar individual se sobrepõe ao coletivo

Atualmente, não só no Brasil, como em outros países, é identificado a crescente onda neofascista em diversas áreas, com propósito de governo de elite para elite, com forte desprezo à democracia e desejo pela preservação da liberdade de mercado. Barroco (2022) traz reflexões acerca da força do neofascista quando grupos de direita questionam e forma incisiva veículos de comunicação quando esses apresentam alguma posição progressista sobre temas relacionados a pautas sociais, tais como descriminalização das drogas e aborto, defesa do meio ambiente, questões de gênero, entre outras.

O nacionalismo e o autoritarismo se expandem com discurso cristão e da defesa da família sustentam o discurso em prol do mercado. Miguel (2016) contribui com o debate acerca das ideias conservadoras no Brasil, sinalizando que é identificado um avanço dessas ideias no debate político

(...) é perceptível uma significativa presença de discursos em que a desigualdade é exaltada como corolário da “meritocracia” e em que tentativas de desfazer hierarquias tradicionais são enquadradas como crime de lesa-natureza. Nestes discursos, também ganha uma nova legitimidade a velha ideia dos direitos humanos como uma fórmula que concede proteção indevida a pessoas com comportamento antissocial. (Miguel, 2016, p. 592).

As concepções neofascistas no Brasil nas últimas décadas vêm adentrando várias esferas, tais como as bancadas políticas, igreja, educação, entre outros. Essa

concepção fornece criação das condições de produção e reprodução do modo de produção capitalista necessita, também, do estabelecimento de consensos, cuja manutenção requer a atuação direta do Estado.

#### **1.4 O sofrimento psíquico em tempos neoliberais**

O capitalismo na sua gênese já apresentava consequências negativas para a saúde física e mental da classe trabalhadora. O crescimento urbano acelerado e sem planejamento devido ao processo de industrialização, acarretou a migração de muitos trabalhadores do campo para a cidade. Esse crescimento repentino levou pessoas e famílias a viverem em condições insalubres e sub-humanas, que associados às péssimas condições de trabalho desencadearam em inúmeros adoecimentos e mortes (Antunes, 2015).

A discussão sobre saúde requer compreendê-la como produto da possibilidade de satisfação de necessidades básicas, a partir do acesso a um conjunto de bens e serviços e no mecanismo de confronto às desigualdades sociais presente na sociedade capitalista. A partir do Movimento de Reforma Sanitária<sup>23</sup>, que eclode na década de 1970, a saúde passa a ser pensada a partir de uma concepção ampliada, que a compreende como dever do Estado e direito de todo cidadão. É preconizado que o processo de saúde-doença é socialmente determinado, de modo que a efetivação da política pública de saúde depende de que os sujeitos tenham acesso a alimentação, habitação, lazer, trabalho, renda, entre outros, que tenha a integralidade como princípio. Esse princípio direciona a política de saúde para perspectiva biopsicossocial, no qual consideram-se os aspectos biológicos, psicológicos e sociais na formulação e implementação dos serviços. Há, também, estrutura organizacional pautada na articulação entre promoção, prevenção e reabilitação a partir do reconhecimento das diferenças regionais e das desigualdades sociais (Bravo, 2004).

A consolidação das reivindicações do Movimento é materializada na lei nº

---

<sup>23</sup> O movimento surge no início da década de 1970 no contexto da luta contra a ditadura militar brasileira. A expressão foi usada para se referir ao conjunto de ideias que se tinha em relação às mudanças e transformações necessárias na área da saúde. As propostas atingiam todo o setor saúde, e buscavam melhoria das condições de vida populacional. O movimento teve como resultado a universalidade do direito à saúde, formalizado a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e na posterior criação do Sistema Único de Saúde.

8.080 de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes aborda o conceito ampliado em saúde quando apresenta o seguinte artigo:

Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais (BRASIL, 1990).

A saúde mental, como já referenciado, é uma área complexa, ampla, plural, objeto transversal do conhecimento e produto de inúmeras correlações entre fatores sociais, psíquicos e biológicos. Refere-se ao processo amplo que tem a ver com a forma com que a pessoa lida com as exigências e mudanças da vida e a maneira que administra suas emoções no cotidiano (Alves *et al*, 2010).

A opção pelo conceito "sofrimento psíquico" se justifica pelo entendimento de que esse está ligado às adversidades do cotidiano e é inerente ao ser humano, sendo reconhecido em sujeitos individuais, mas determinado a partir de fatores sociais. Tal condição pode se manifestar através de sintomas, como: dificuldade na concentração, ansiedade, insônia e cansaço (Andrade *et al.*, 2016). Percebe-se que essas manifestações podem desencadear em transtornos mentais, estes são determinados a partir do momento em que comprometem a funcionalidade da pessoa e podem ser encontrados a partir das definições presentes nas literaturas biomédicas. Ao não optar por transtornos mentais na análise das condições de saúde mental discente tem-se uma forma de afastar termos patologizantes. Evita-se, portanto, o movimento de tratar como doença determinadas formas de viver.

A década de 1990 no Brasil é marcada por inúmeros ajustes e reformas organizacionais advindas do neoliberalismo, onde se identifica o desenvolvimento e reestruturação produtiva, como estratégia de integração econômica à dinâmica capitalista mundial. Nesse contexto, evidencia-se o crescimento da privatização dos serviços públicos, fusões empresariais e a redução de postos de trabalhos, atrelados a um intenso processo de concentração e descentralização de capitais e mudanças nos processos e nas condições de trabalho. O processo de reestruturação produtiva do capital, que ocorre como resposta à crise capitalista dos anos 1970 e 1980 (Mandel, 1990), tem como objetivo recriar as bases de valorização e dominação ideológica do capital. Por conseguinte, há redefinição dos processos de produção de mercadoria,

que tem como efeito alterações no processo e na gestão da força de trabalho. Observa-se mudanças no modo de organização do mundo do trabalho e redução das políticas sociais que trazem tensões e sofrimento para os indivíduos, que se veem cada vez mais cobrados e com menos acesso a direitos sociais (Maia, 2022).

Assim, o gerencialismo enquanto estratégia neoliberal de controle e manipulação dos sujeitos suscita diferentes formas de dominação e manipulação, sobretudo pelo seu caráter ideológico. A adoção de ideias e normas associadas ao gerencialismo, como a crença na eficiência do mercado, na primazia da concorrência e a visão de que o setor privado é mais eficiente do que o setor público, podem influenciar as práticas de gestão de maneiras que favorecem uma abordagem mais voltada para o mercado em detrimento de considerações sociais.

No caso da ideologia gerencialista contemporânea, em uma perspectiva psicossocial, a individualidade do sujeito entra em cena de modo imperativo, inclusive em termos da submissão dos interesses individuais aos organizacionais. O jogo, apesar de ser menos perceptível, é mais duro, mais opressor e tende a subjugar os sujeitos, de modo mais integral.” (Dias; Siqueira; Moraes; Gomes; 2019, p. 189)

A apropriação do fundo público pela esfera privada, acarreta nas políticas sociais a diminuição dos direitos sociais relacionados à proteção social. Tem-se a classe trabalhadora, mas expõe como a imposição de baixos salários associados a longas jornadas de trabalho e ritmos mais intensos de produção e a asfixia dos movimentos sindicais e operários (Antunes, 2015; Harvey, 2013). Essas transformações ocorridas nas últimas décadas acarretam o crescimento do número de acidentes e doenças relacionadas à atividade laborativa.

Na última década, Antunes (2015) vem tratando de discutir a consequência do neoliberalismo para a classe trabalhadora, a partir da relação entre as características do capitalismo contemporâneo e os adoecimentos. Um dos temas centrais do autor é a precarização do trabalho, que envolve a crescente instabilidade no emprego, o uso de formas de contratação flexíveis e a diminuição dos direitos trabalhistas. Ele investiga como esses aspectos impactam as condições de vida e a segurança da classe trabalhadora. A OMS vem relatando desde a virada do século XXI que doenças relacionadas à saúde mental seriam a segunda maior causa de incapacidade e mortes no planeta nos próximos anos. O aumento dos adoecimentos está relacionado à redução do papel do Estado e as condições de vida da sociedade contemporânea,

onde há aumento da pobreza e da violência, da rotina estressante e da piora nas condições de trabalho.

Posto isto, Antunes (2015) denomina o atual estágio da sociedade como “sociedade do adoecimento”, baseado na análise empírica das relações de produção e nas modificações dos processos de trabalho. É sinalizado o aumento no número de doenças e acidentes relacionados à vida laborativa<sup>24</sup> como efeito da flexibilização e consequente precarização do trabalho<sup>25</sup>. Tem-se como exemplo dados disponibilizados pelo Ministério da Previdência Social (2012), no qual é sinalizado que:

De 2008 para 2009, o número de afastamentos do trabalho em decorrência de transtornos mentais e comportamentais subiu de 12.818 para 13.478. Em 2010, esse número teve uma queda, passando para 12.150. No entanto, a concessão de auxílios-doença em função de transtornos mentais e comportamentais voltou a subir em 2011, passando para 12.337 casos. Dentro dos transtornos mentais e comportamentais, as doenças que mais afastaram os trabalhadores em 2011 foram episódios depressivos, outros transtornos ansiosos e reações ao estresse grave e transtornos de adaptação.

O desemprego se torna um importante mecanismo para manutenção de contingente de reserva, gerando uma tensão devido ao receio do não trabalho, assim como a requisição de trabalhadores polivalentes. Segundo o referido autor, essas circunstâncias de precarização e flexibilização são adoecedoras. Antunes descreve a flexibilização a partir dos seus estudos no trecho a seguir:

A flexibilização se expressa na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural. (Antunes, 2015, p. 412)

O ambiente de trabalho e as formas de contratação mais precárias somadas ao intenso trabalho, cobranças por produtividade, intensificação do assédio, se constituem, segundo o Dejours (1992) e Antunes (2015) como espaço de adoecimento da classe trabalhadora. Esses autores pesquisam, em momentos

---

<sup>24</sup> Considera-se doenças com nexo laboral àquelas em que a atividade exercida expõe o trabalhador a condições danosas à sua saúde, que podem acarretar adoecimentos mentais e/ou físicos.

<sup>25</sup> “Segundo Antunes (2015) apud Federação Única dos Petroleiros (FUP), “Dados apresentados pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), filiada à CUT, mostram que de 1995 até 2010 foram registradas 283 mortes por acidentes de trabalho, das quais 228 ocorreram com trabalhadores terceirizados. O crescimento dos trabalhadores terceirizados na empresa de energia elétrica Eletrobras também é alarmante: em 2011 havia 8.248 terceirizados e no ano seguinte esse contingente de trabalhadores subiu para 12.815, significando um aumento de 55%, ao mesmo tempo em que o número de empregados cresceu apenas 13%.”

distintos, sobre como a atividade laboral no sistema capitalista implica nas condições de saúde da classe trabalhadora. Dejours (1992) é pioneiro na discussão sobre psicodinâmica do trabalho, cuja teoria busca a compreensão sobre os fatores psíquicos e subjetivos sensibilizados diante da organização do trabalho e das suas relações.

No que se refere ao assédio como estratégia de gestão, Antunes (2015) sinaliza que essa característica é própria de uma organização que busca alcançar altos índices de desempenho e produtividade. Essas práticas são ferramentas que, por meio da “pressão institucionalizada” busca o aumento da produtividade e desencadeia no isolamento e exclusão daqueles que se tornam obstáculos para o êxito.

Segundo a OMS (2004), o assédio moral é toda conduta que caracteriza comportamento abusivo, de forma frequente e intencional, por meio de gestos, atitudes e palavras que possam ferir a integridade física ou psíquica de um indivíduo. O autor destaca que essas cobranças excedem a capacidade física e mental dos indivíduos e esclarece que, apesar do assédio ser dirigido a um sujeito específico, ele vai reverberar no coletivo. A pesquisadora Barreto foi uma das pioneiras em pesquisas sobre identificação e definição de assédio moral no Brasil, definindo-o como:

Uma forma sutil de violência que envolve e abrange múltiplos danos, tanto de bens materiais como moral, no âmbito das relações laborais. O que se verifica no assédio é a repetição do ato que viola intencionalmente os direitos do outro, atingindo sua integridade biológica e causando transtornos à saúde psíquica e física. Compreende um conjunto de sinais em que se estabelece um cerco ao outro sem lhe dar tréguas. Sua intencionalidade é exercer o domínio, quebrar a vontade do outro, impondo termo ao conflito quer pela via da demissão ou sujeição. (Barreto, 2005, p. 49)

Em complemento, a autora afirma que o discurso neoliberal justifica que as exigências, muitas vezes caracterizadas como assédio moral, são necessárias para o desenvolvimento do país, tem-se o individualismo e competitividade como fatores de crescimento profissional e individual. Entretanto, o que se observa é o isolamento e o enfraquecimento dos laços de solidariedade da entre as pessoas, já que todos passam a ser concorrentes e precisam provar diariamente sua competência para os demais. Assim, torna-se uma imposição que os sujeitos consigam produzir mais em menos tempo.

Sendo assim, o processo de adoecimento na sociedade neoliberal é

marcado pela retirada de direitos básicos pelo Estado, acirramento da desigualdade social, na exigência por desempenho crescente e na exploração da classe trabalhadora. Maia (2022) em recente obra sinaliza como o neoliberalismo coloca o sujeito como responsável pela sua prosperidade e fracasso:

A consequência é um processo violento de ultra responsabilização individual do sujeito ou de privatização do sofrimento, onde “os indivíduos efetivamente ficam entregues a si mesmos, podendo recorrer apenas à sua própria capacidade”. Esse circuito de afetos é constituído pelo medo do fracasso sob a forma de culpa. O imperativo de acumulação incessante do capital humano decorre de uma “crise de gratificação”, já que o novo espírito do capitalismo dá de ombros para todo fim, pausa ou parada, pois não há condições sociais para tal quando a pausa pode levar o sujeito à derrota na disputa incessante do mercado - um exemplo disso é a má forma como hoje se lida com ócio, que fica explícita na culpa pela procrastinação. A contraface do mérito do “você tem potencial” é o “eu fracassei”. (Maia, 2022, p. 86)

O sucesso e o fracasso são atribuídos ao indivíduo, sem levar em conta a desigualdade de condições, como Dardot e Laval explicam: "justiça nada mais é do que a justa recompensa do mérito e da habilidade na luta. Os que fracassam devem isso apenas a sua fraqueza e a seu vício" (2016, p. 54). É almejado que o trabalhador se torne empreendedor da sua vida, que seja incorporado *ethos* de empresa. Além da busca incessante por melhor performance e desempenho, essa racionalidade agudiza o individualismo e a concorrência entre os indivíduos. Os autores versam sobre a lógica empresarial adentrar a subjetividade humana de tal maneira que configure seu modo de existir.

Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. (Dardot; Laval, 2016, p. 15)

Posto isto, a sobrecarga emocional vivenciada pelos sujeitos apresenta um importante caráter cultural, que não pode ser reduzido à condição biológica, pois as formas de sentir e expressar variam de acordo com o momento histórico. O discurso ideológico por detrás reforça a existência de privilégios, pois a meritocracia fortalece a ideia de justiça, já que o sucesso é atribuído ao mérito individual. O fracasso é visto como falta de esforço ou de competência. A pesquisadora Behring também aponta o

impacto dessa racionalidade na subjetividade dos indivíduos, onde tudo se submete à lógica mercantil:

Junto à ofensiva sobre as condições objetivas de oferta da força de trabalho, há impactos na subjetividade da classe trabalhadora que pavimentaram a hegemonia neoliberal e a configuração de um marco defensivo e até reacionário das condições das lutas de classe, a exemplo do Brasil recente. Precisamos refletir sobre quão profundamente a ideia thatcheriana de que “não há alternativa” à lógica da mercantilização de tudo, e de que “não existe sociedade, mas apenas indivíduos e famílias”, derruiu a consciência de classe, aliada à precarização, ao desemprego e ao culto do empreendedorismo. (Behring, 2023, p. 30)

Outra consequência desse discurso é o individualismo e o isolamento que os sujeitos começam a experimentar, o que vem a ocasionar o sentimento de não pertencimento ou adequação à sociedade.

O neoliberalismo exprime um aumento na intensidade do trabalho, que ocorre mediante a apropriação da subjetividade do trabalho vivo, associando-o à lógica de mercado. Alves (2007) aponta que tais características acarretam na “redução do tempo de vida ao tempo de trabalho e ao aumento da ansiedade e estresse da força de trabalho.” Dejours (1993 e 1998) em sua obra aborda a compreensão do sofrimento produzido nos sujeitos a partir da sua relação com trabalho e as suas formas de gerenciamento:

A organização do trabalho exerce sobre o homem uma ação específica, cujo impacto é o aparelho psíquico. Em certas condições emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e de desejos e uma organização do trabalho que os ignora. (Dejours, 1998, p. 56)

O autor aponta que, por exemplo, o trabalhador, por várias vezes, precisa desenvolver novas competências e habilidades para atender às expectativas da organização em que está inserido, o que pode provocar em sua subjetividade uma sensação de incompetência e insegurança. Maia em seus estudos alerta para os efeitos do neoliberalismo nas relações interpessoais:

Agora é a lógica neoliberal, baseada na concorrência absoluta, que rege as normas e assujeitamento e reconhecimento. Com isso, as pessoas passaram a agir, em todos os campos da sua vida, como uma gestão de capital pessoal, concorrência e *networking* que visa sempre os melhores contatos, investimentos e retiradas para se capitalizar remetendo a um cálculo frio de custo e benefício constante (Maia, 2022, p. 85).

Desse ponto de vista é preocupante reconhecer que as cobranças que incidem sobre os sujeitos se mostram cada vez mais intensas, quando observadas as constantes e aceleradas mudanças incorporadas pelas tecnologias da informação e pela precarização do trabalho na sociedade neoliberal. O ritmo de mudança e necessidade de adaptação não condiz com a capacidade humana, tornando excessiva e danosa a cobrança por constante aprimoramento.

Diante desta situação, o trabalho na sua forma alienada e intensificada torna-se elemento perigoso para saúde mental dos sujeitos, por representar fonte de sofrimento, angústia e insatisfação, podendo desencadear ao trabalhador transtornos mentais. Sabe-se que a saúde física e a saúde mental são multifatoriais, pois são resultado de processo social que vai influenciar sobre o corpo e mente. Não é possível considerar que ter saúde é puramente não estar doente, as condições de vida e acesso a bens e serviços são determinantes e condicionantes desse processo. O referido autor, como já mencionado anteriormente, sinaliza a importância de reconhecer e estudar as estratégias defensivas desenvolvidas pelos sujeitos, nesse caso, especificamente, as coletivas, diante das situações de sofrimento psíquico.

Ainda que a pandemia tenha agravado a realidade da população, o Brasil já era, anteriormente a esse evento, o país com maior prevalência de ansiedade, de acordo com a OMS. Em 2017, a organização indicou que 18 milhões de brasileiros sofriam com transtornos relacionados à ansiedade, o equivalente a 9,3% da população, enquanto a depressão afetava 12 milhões, sendo a maior ocorrência dos casos na América Latina.

O Relatório Mundial de Saúde Mental publicado pela OMS esse ano, indicou que em 2019 quase um bilhão de pessoas viviam com um transtorno mental, sendo que 15% dos adultos em idade ativa são afetados. O documento trouxe, também, dados referentes a suicídio, cujos números mostram que essa foi responsável por mais de uma em cada 100 mortes e que 58% dos suicídios ocorreram em pessoas com menos de 50 anos. Tal realidade é agravada em decorrência da pandemia de COVID-19, que intensificou o sofrimento psíquico da população a nível global e desencadeou o aumento dos números relacionados a transtornos mentais, conforme relatório, houve aumento de 25% dos casos de ansiedade e depressão geral em todo o mundo. Fatores relacionados ao luto, incertezas, distanciamento social, morte, crise financeira acirraram questões de saúde já presentes na sociedade.

Os dados apresentados apontam para um aumento nos casos de saúde mental pelo mundo em decorrência da pandemia de COVID-19. Entretanto, entende-se, conforme abordado anteriormente, que a sociedade se encontra adoecida devido a sua organização estar pautada nos princípios do ideário neoliberal.

Outro componente importante para identificação dos fatores que acentuam os adoecimentos psíquicos é o reconhecimento de como o assédio moral organizacional, conforme Alves (2007) descreveu, possui características de “exercício abusivo do poder diretivo”, cuja ação busca aumento na intensidade do trabalho que acarreta no aumento das condições de estresse e ansiedade. O assédio moral organizacional se caracteriza por práticas abusivas, exercidas de forma sistêmica por determinado tempo, cujas metas e a políticas da organização buscam imprimir maior ritmo de trabalho, o que acarreta o ferimento de direitos fundamentais. Isso evidencia como a academia reproduz a racionalidade neoliberal na sua organização, na qual enxergamos as consequências de uma sociedade marcada pelo individualismo, decorrente do que Antunes (2015) sinaliza como rompimento dos laços de solidariedade, cuja ausência reduz a capacidade de articulação de estratégias coletivas de defesa e enfrentamento. Os autores aqui abordados tratam do individualismo constante e crescente que a sociedade capitalista vivencia no seu estágio neoliberal e do quanto esse traço impacta as relações sociais e a saúde mental dos sujeitos. Mancebo (2000) também discorre sobre:

[...] uma vez que se perdeu o sentido do pertencimento, de participação, de um “nós” –, para a maioria das pessoas, a tradução subjetiva da significação da autonomia individual e da realidade que a sustenta é de um profundo individualismo, em que cada um se volta egoisticamente para seus desejos e expectativas e não reconhece no outro um semelhante. O resultado desse processo não é senão o crescimento contínuo do consumo e do lazer, tornados fins em si mesmos, a fragmentação da vida em um conjunto de atos sem sentido e a extrema solidão que persegue as pessoas, ainda que vivam em sociedade. (Mancebo, 2000, p. 60)

Nota-se que as transformações oriundas do neoliberalismo desencadeiam na intensificação do sofrimento humano, tanto físico quanto mental, dado que são culpabilizadas por não desenvolverem capacidades de atingir um ideal inatingível. É evidente a partir dos dados apresentados que o fenômeno é identificado antes da crise de saúde vivenciada a partir de 2020 e, conforme a própria OMS, houve uma acentuação no período pandêmico. A sociedade contemporânea distancia as pessoas que passam a agir cada um por si e que o melhor vença, sendo esvaziado qualquer

laço de coletividade e solidariedade. Todo esse funcionamento afeta a psique dos sujeitos, no qual não se pode demonstrar fraqueza, tampouco pedir ajuda. O indivíduo permanece sozinho tendo que lidar com a culpa pelo seu insucesso numa sociedade que tem como marca a desigualdade social, cujo sucesso financeiro e de ascensão não é possível para todos (Maia, 2022).

## **2. MERCANTILIZAÇÃO E PRODUTIVISMO ACADÊMICO NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA EM TEMPO DE OFENSIVA NEOLIBERAL**

### **2.1 - A educação brasileira no cenário neoliberal**

A partir da discussão apresentada por Lukács (2013), entende-se que a educação é um complexo constitutivo da vida social, que possui uma função fundamental na reprodução da sociedade. Enquanto uma dimensão da vida social, ela vai se integrar a outras práticas sociais necessárias à manutenção de um modo de ser. Essa dimensão da vida social possui um caráter ontológico, que constitui modos de existência humana e da organização da vida em sociedade. Ou seja, a educação é um dos complexos da vida social que forma o ser social, que nunca está concluída, é um processo contínuo que se estende por toda a existência dos indivíduos. A educação é influenciada pelo contexto histórico e social, pois em cada momento é influenciada pela estrutura social, necessidades, valores e tecnologias que vão moldar a forma com que ela será concebida e concretizada. Isso significa que a educação não é uma esfera isolada, mas está profundamente entrelaçada com as estruturas sociais, econômicas e políticas de uma sociedade, no qual por meio de suas instituições e práticas, reproduz a ideologia dominante da sociedade.

Ao compreender a vida inserida em determinado contexto político, econômico e social, cada sociedade exigirá uma estipulada habilidade, forma de pensar e se comportar, quantidade de conhecimento, conformando, assim, os humanos para viverem em sociedade (Fernandes, 1975). Saviani (1995) também discute a especificidade da educação se aproximando de tal entendimento:

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (1995, p. 17)

No sentido geral, é fundamental compreender que a educação possui uma função política, pois a educação vai capacitar os sujeitos para se comportarem de forma adequada a determinada na sociedade capitalista, cuja conformação encontra-se alicerçada na contradição entre classes antagônicas, são elas: aquela que produz a riqueza e aquela que explora os trabalhadores e se apropriam da produção.

E de maneira geral, a dependência (ou heteronomia) nunca é só econômica: ela é, simultaneamente, social e cultural. Sob esse aspecto, a escola superior, estrutural e dinamicamente vinculada à organização econômica, social e política de uma sociedade dependente, concorria para estabelecer e para expandir os nexos de dependência ao nível da educação e da cultura (Fernandes, 1975, p. 84)

Posto isto, reconhecendo a educação no seu sentido político, observa-se que no estágio atual do capitalismo, a partir da intensificação das relações mercantis, a educação se submete a lógica da mercadoria, assim como outras dimensões da vida social (Mészáros, 2002). Faz-se importante destacar que nem toda educação se mercantiliza, já que a resistência política, social e cultural, assim como a defesa da educação como um direito fundamental e mecanismo de emancipação, inibe que toda educação se torne mercadoria. Tais resistências são fundamentais para a manutenção da educação como um bem público e direito social (Fernandes, 1975).

Destarte, observa-se que a educação vem ocupando um importante lugar no processo de dilatação da sociedade capitalista, pois essa dimensão é estratégica no campo de disputas ideológicas polarizadas e na esfera política. Essas disputas demonstram a importância da educação na constituição da democracia, já que essa instância da vida social é complexa e permeada por questões políticas que envolvem o Estado e a sociedade civil. Para Florestan Fernandes (1996), a educação, juntamente com o avanço da ciência e tecnologia, impulsionaria essa nova postura para toda a população e, conseqüentemente, seria um fator indispensável para a promoção de transformações culturais. Para ele, não há possibilidade de avançar a uma sociedade socialista sem a experiência e concretização da democracia, sendo essa a viabilidade de incitar o socialismo. (Fernandes, 1966).

No capitalismo, é também através da educação que os indivíduos internalizam os valores e ideologias da classe dominante. A educação hegemônica promove a formação de indivíduos subordinados ao mercado e a manutenção da sociedade do capital. Assim, reconhece-se a centralidade da educação como campo de disputa no

âmbito das lutas sociais, cujos objetivos são voltados para a superação da ordem capitalista.

Mészáros (2005) aponta que a educação não é força ideológica de consolidação do sistema capitalista, assim como afirmar que ela sozinha é incapaz de viabilizar alternativas emancipatórias. No entanto, essa dimensão da vida social tem uma relevante função no processo de internalização, o que torna inviável criar expectativas de que no interior do capitalismo, ocorram ações que viabilizem o rompimento com essa lógica em prol do fim de qualquer forma de exploração. Aqui, entende-se que a internalização é esforço do capital em fazer com que os sujeitos absorvam as formas, meios de vida, de reprodução do sistema como suas, ratificando seu local na estrutura social e direcionando seu comportamento ao que é determinado pela ordem estabelecida. Para o autor, a educação abrange todas as atividades que envolvem a internalização, por parte dos sujeitos, dos valores e das condições existentes na dinâmica sócio-histórica em que estão inseridos.

Desta forma, nota-se que a internalização se refere a determinadas formas de realização das atividades e de produção de subjetividades, orientadas a partir de valores e interesses decorrentes dos mecanismos de controle dominante do sistema metabólico do capital<sup>26</sup>. O autor supracitado esclarece: "educação, trata-se de uma questão de 'internalização' pelos indivíduos, da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas 'adequadas' e as formas de conduta 'certas', mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno" (2005, p. 44).

A discussão acerca da educação como direito ou serviço também perpassa compreender como o Estado é um espaço de disputas de classes sociais antagônicas que buscam o estabelecimento de consensos. Gramsci (2000) apresenta sua teoria ampliada de Estado, pressupondo a existência de dois grupos, são eles: a sociedade política, no qual se localiza o poder repressivo e coercitivo dos dominantes; e a sociedade civil, cuja constituição abarca as associações (igrejas, escolas), esfera do estabelecimento de consensos, onde o controle se configura como hegemonia. O autor conceitua hegemonia como o exercício de poder por um conjunto de indivíduos

---

<sup>26</sup> Marx (2003) entende o metabolismo como o processo pelo qual o homem transforma a natureza externa e, fazendo-o, transforma a si mesmo. Essa ação transformadora constitui o processo de trabalho e sua consequência sobre a natureza interna do indivíduo vai se manifestar na forma com que se estabelecem as relações sociais.

de uma classe determinada, tanto no controle, quanto na orientação intelectual e moral. A disputa entre as classes sociais é decisiva, pois a partir dos interesses políticos e econômicos distintos que vão se estabelecidos consensos, por meios de lideranças e direções políticas. Essa relação de hegemonia se refere a uma relação pedagógica e educativa, no qual condutas, ideologias e pensamentos disputam o domínio do poder.

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (Gramsci, 2002, p.48).

No decorrer da formação do Estado, os setores com o compõe são estabelecidos a partir de tais disputas. Com isso, alguns setores são definidos como não exclusivos do Estado, como, por exemplo, a educação. Marx (1998) destacou que as diferentes dimensões assumidas pela educação na sociedade capitalista foi sua vinculação com as atividades reguladas pelo Estado, pois marcou a subordinação dessa esfera às inclinações da classe burguesa. O fato de a educação estar regulada pelo Estado não exclui seu caráter ontológico e nem se limita ao ambiente escolar.

Posto isso, registra-se a diferença entre projetos antagônicos que disputam a educação a partir de dois projetos distintos: o primeiro que entende a educação como direito social, devendo ser pública e gratuita; e o segundo que considera a educação uma mercadoria, que, logo, pode ser comercializada com objetivo de atender o desenvolvimento do capital. (Pinto, 2020). Identifica-se que há uma significativa primazia e inclinação para os projetos ligados aos interesses do capital, difundindo uma concepção de educação como mercadoria.

No modo de produção capitalista, há um empuxo irresistível na conversão de todos os objetos e atividades úteis ao homem [...] em mercadoria. O que, na prática, significa que todos os objetos (ou atividades) tenderão a ser produzidos (ou desempenhadas) para serem mercadorias. [...] Em outras palavras, em nossa sociedade, as coisas, as pessoas, e o conhecimento científico sofrem um empuxo à mercantilização, ou seja, a subsunção de seu valor de uso ao valor de troca. O conhecimento científico, nessa perspectiva, só tem valor se tem valor de troca, se é conversível em outra mercadoria, se pode ser mercantilizado, enfim. (Trein e Rodrigues, 2011, p. 775 apud Mancebo, 2015, p. 46)

No Brasil, esses projetos muitas vezes entram em conflito no debate político e educacional, influenciando a formulação de políticas públicas, a gestão escolar, os currículos educacionais e outros aspectos do sistema educacional brasileiro. A disputa entre esses projetos reflete diferentes visões sobre o papel da educação na sociedade e os meios para promover o desenvolvimento humano e social. A educação é percebida como produto de um processo de disputas entre projetos distintos de sociedade em torno desse direito, de acordo com Ciavatta E Ramos, (2011) “[...] função formativa da Educação esteve sempre, historicamente, subsumida ao caráter economicista da Educação, que se tornou hegemônico na modernidade” (p. 31). Desta forma, ocorre, portanto, disputa pela hegemonia em torno do projeto educacional.

De fato, parece desnecessário dizer que a defesa da educação pública não poderia ser mais importante. Pois ela é o espaço onde a pressão para tornar universalmente dominante o ethos de não se questionar a subserviência às necessidades da “iniciativa privada” pode encontrar resistência. Nada seria mais adequado às exigências do total conformismo ao horizonte geral do sistema capitalista do que a internalização consensual feita pelos indivíduos que podem não ter nenhuma alternativa à sociedade de commodity. Isto é, uma internalização que acaba levando à aceitação do ethos alienante por eles desde bem cedo na vida, de acordo com o qual tudo deve ser pago mediante meios privados (se você puder sustentá-los e se você não puder: dane-se); e tudo deve ser convertido em produtos vendáveis, incluindo seu próprio desenvolvimento cultural e humano. (Mészáros, 2009, p.536)

O avanço do setor empresarial no país é antigo, identificado ainda no período ditatorial militar (1964-1985), porém, nesse período, ainda não havia aparato legal que permitisse o lucro sobre a comercialização da educação. A relação entre a educação e mercado é intensificada na década de 1990, pois é o período em que o país está passando por mudanças na modalidade de acumulação do capital e, por consequência, acarreta numa nova configuração do papel do Estado. Essa nova configuração faz com que o Estado atenda as perspectivas impostas pelo mercado econômico, vinculado aos interesses do neoliberalismo que se expandia pelo país naquele momento (Newman; Clarke, 2012). Conforme explicitado no primeiro capítulo do presente trabalho, o neoliberalismo traz inúmeras mudanças para vida das pessoas, assim como para a forma como o Estado se organiza. Tem-se a redução dos gastos com políticas sociais e se preconiza a mínima intervenção do Estado na economia.

Assim, a reforma da educação no Brasil, alicerçada pelos ideários neoliberais, foi introduzida no governo de Fernando Collor (1989 a 1992), tendo Itamar Franco (1992 a 1994) dando continuidade às ações do governo anterior, e já no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003), observamos a intensificação desse processo, cujo resultado foi a promulgação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)<sup>27</sup> publicada em 1996, que tem como objetivo estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxe a possibilidade da criação de escolas com fins lucrativos, que foram, posteriormente, regulamentadas pela LDB na década de 1990, no qual se regulamentou e deliberou maior autonomia para o setor privado, no qual as escolas e instituições de ensino superior foram transformadas em empresas prestadoras de serviços.

Nos anos FHC, por exemplo, pudemos testemunhar esses princípios e transmutar em novas políticas públicas de educação superior brasileira. Políticas construídas pela redefinição da função de formação universitária a partir da ideia de habilidades e competências e pelo incentivo fiscal às instituições privadas. (Junior Silva, 2021, p. 269).

Para Silva, Silva e Santos (2016, p. 535), as mudanças advindas da contrarreforma do Estado brasileiro na década de 1990 viabilizaram a criação de mecanismos legais em favor da produtividade, sob a lógica da eficácia e eficiência, em consonância com pressuposto da nova gestão gerencialista. Em todas as esferas as novas formas de controle e organização são justificadas por uma suposta necessidade de modernização e alcance de maiores resultados, colocando fim ao que era visto como burocrático (Newman; Clarke, 2012)

Notadamente, o modelo de gestão gerencial permeou todas as políticas sociais e interferiu na forma com que os serviços públicos se organizam. Na educação, o gerencialismo balizou-se de legislações que determinam gestão descentralizada, com a justificativa de garantir mais agilidade e participação da sociedade, porém, na prática, a consequência é observada na responsabilização das unidades escolares pelos resultados (Cabral Neto; Castro, 2011).

Esses aparatos legais no âmbito brasileiro se dão em consonância com órgãos internacionais, por exemplo, em 1995, a Organização Mundial do Comércio (OMC) estabeleceu uma relação de áreas que poderiam ser comercializadas, na qual a

---

<sup>27</sup> Lei Nº 9.394, De 20 De Dezembro de 1996.

educação foi incluída, ao lado de outras áreas que tradicionalmente eram administradas pelo Estado, por se tratar de direitos sociais. O Banco Mundial também reforçou a concepção em torno da Educação como “bem econômico” e “novo capital”. Leher (1999) aponta que essa instituição tem como proposição apropriar-se dos bens materiais e intelectuais, dos países em desenvolvimento, a partir do adestramento da mão de obra necessária para atender ao projeto econômico mundial.

[...] quanto no cerne da ideologia da globalização, conforme veiculada pelo Banco Mundial e pelos teóricos da sociedade do conhecimento. Ao considerar apenas a dimensão estritamente instrumental da educação (habilidades e qualificação requeridas) face à dinâmica do capital, o pensamento crítico não rompe os marcos do economicismo, contribuindo para a hipertrofia da crença no determinismo tecnológico, com significativas consequências desmobilizadoras (Leher, 1999, p.19-20).

É nesse contexto de mundialização do capital e internacionalização, que os marcos legais evoluem na direção de redução de investimentos na área da educação pública e consolidação da educação como atividade comercial. Sobre esse período, o autor Neves salienta que:

Os anos de 1990 do século XX e os anos iniciais deste século no Brasil vêm sendo palco de um conjunto de reformas na educação escolar que buscam adaptar a escola aos objetivos econômicos e político-ideológicos do projeto da burguesia mundial para a periferia do capitalismo nesta nova etapa do capitalismo monopolista. Em linhas gerais, a inserção submissa do Brasil ao capitalismo internacional, a implementação de um padrão de desenvolvimento econômico voltado para fora, privilegiando a entrada do capital internacional financeiro e produtivo, em detrimento da expansão do mercado interno, o desenvolvimento de políticas que regulamentam o aumento da superexploração da força de trabalho, a transferência da ciência e da tecnologia produzidas pelos países de capitalismo avançado, o desenvolvimento de um modelo de democracia baseada em estratégias de estímulo à conciliação de classes e ao desmonte das formas de organização social que se pautaram historicamente pelo combate à exploração e à dominação burguesas. (Neves, 2006, p. 81-82)

A política de educação superior no Brasil é muitas vezes entendida como dependente de influências externas, moldada por um padrão dependente e heteronômico, particularmente das dinâmicas globais e das orientações econômicas internacionais. O país historicamente importou modelos educacionais e estratégias de outros países, sob a pressão de organizações internacionais e acordos econômicos (Florestan, 1975). No contexto da educação superior, isso pode se manifestar na influência de organizações internacionais, como o BM e o FMI, que frequentemente impõem políticas de ajuste estrutural que afetam a educação.

O governo seguinte, de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), assim como de FHC, defendeu a autonomia das universidades baseada na lógica mercantil, onde se verificou autonomia para captação de recursos privados, baseados no gerencialismo, com avaliações quantitativas para alcance de financiamentos e critérios de qualidade.

Posto isto, verifica-se que a direção da educação deve ser organizada para capacitar e treinar mão de obra para o mercado de trabalho e não para educar e compartilhar saberes obtidos pela sociedade. O interesse consiste em que a educação assegure a existência de mão-de-obra que possa ser comercializada, logo, sendo submetida à lógica do mercado, ela passa a garantir e expandir o lucro para o capital. Isso significa que a educação deve estar profundamente integrada com a realidade social, econômica e política do país. É essencial que a educação promova uma reflexão crítica sobre as estruturas sociais existentes e prepare os indivíduos para transformar a realidade em que vivem (Fernandes, 1975).

## **2.2 - O processo de mercantilização da educação superior brasileira**

A transformação da educação superior em mercadoria abrange inúmeras disputas e embates que demonstram interesses e concepções distintas sobre o papel da educação na sociedade. Ao passo que interesses econômicos promovem a transformação da educação em mercadoria, há resistência importante que defende a educação como direito social universal e bem público fundamental para democracia e promoção da justiça social (Fernandes, 1975).

A mercantilização da educação vem sendo analisada por Sguissardi (2008), no que diz respeito a uma tendência presente na educação privada, em que para a compreensão do fenômeno recorre a dois conceitos: a educação-mercadoria, como objeto de exploração de mais-valia ou de valorização pelos empresários da educação, mas até certo ponto também para os interesses privado no aparelho do Estado; e a mercadoria-educação, dada pela expansão rápida de profissionais graduados que

favorece o capital industrial, já que cria um exército de reserva que tende a rebaixar os salários dessa categoria profissional (Rodrigues, 2007 Apud Sguissardi, 2008).

Chauí (2003) chama atenção para a forma com que a educação é utilizada no contexto neoliberal:

A transformação do capital e da ciência, a que nos referimos acima, articulada às mudanças tecnológicas referentes à circulação da informação, produziram a ideia de sociedade do conhecimento, na qual o fator mais importante é o uso intensivo e competitivo dos conhecimentos. (Chauí, 2003, p.5)

O Estado neoliberal promove a redução dos investimentos na política de educação, redirecionamento do fundo público para o financiamento de programas educacionais em instituições privadas e a perda de sua autonomia administrativa e a consequente privatização e pauperização dos serviços de formação, conforme aponta Leher (2022, p. 89-90):

O fundo público foi largamente apropriado pelas corporações. Como os recursos destinados à educação são limitados, os repasses para o setor mercantil implicaram em forte compressão dos gastos públicos com as universidades federais – o contingenciamento das verbas de custeio foi da ordem de 15% e dos recursos de investimento de 70% entre 2014 e 2016, anos de maior expansão dos gastos do FIES

Ou seja, essa política atinge as condições de trabalho, a qualidade e as perspectivas de ensino, uma vez que as IES refletem o estágio do modelo econômico vigente. Diante disso, contextualiza-se que esse período da história é compreendido como processo de reestruturação produtiva, com destaque para as mudanças advindas das novas tecnologias e sua expansão nas esferas de produção e nas formas de gestão do processo de trabalho.

[...] pressionadas no âmbito dessa correlação de forças representada pelos interesses econômico-políticos dominantes e os das classes sociais dominadas, especialmente em país que se destaca pelo altíssimo grau de desigualdade social. (Sguissardi, 2014, p. 21)

No que se refere às IES, essas acompanham as transformações da sociedade, assim sendo, elas refletem a racionalidade mercantil própria do neoliberalismo. Há, portanto, uma redefinição do papel do Estado como agente econômico direto e uma maior confiança no funcionamento do mercado para determinar preços e alocação de recursos.

Assim, compreende-se que as IES expressam projetos antagônicos em disputas. Contudo, a ampliação da agenda neoliberal no Brasil, na década de 1990, sobretudo a partir das reformas gerenciais ocorridas, fez com que essas instituições tivessem que se adequar a lógica do mercado, com referência à economia nacional e internacional. A educação superior possui papel de maior relevância para o desenvolvimento científico, social e econômico do país, pois é motivador de transformações no modo de produzir e expandir conhecimento e espaço fértil para diálogos e construções de ideias (Coelho, 1996).

Leher discute como a mercadorização pode acentuar as desigualdades educacionais, favorecendo aqueles que têm recursos para acessar instituições privadas e marginalizando grupos mais vulneráveis.

As IES que teriam, também, como papel produzir e reproduzir o conhecimento humano acabam por atender as demandas do setor empresarial. Sguissardi aponta críticas quanto essa forma de organização das instituições, cuja função é esvaziada pelo mercado:

A universidade – não sem a contraposição de movimentos sociais, políticos e sindicais e de intelectuais que ainda resistem – está sendo transformada em uma instituição tutelada pelo capital e pelo Estado, tendo o mercado como mediador. A racionalidade mercantil tornou-se o núcleo da política, com severas consequências para o governo popular democrático – que se distancia cada vez mais de sua origem –, para o pensamento intelectual mais crítico, para a esquerda partidária, para a pesquisa sobre as políticas públicas de educação superior, mas, sobretudo, para as atividades e formação do professor-pesquisador das universidades estatais públicas. (Sguissardi, 2009, p. 61-62).

Por efeito dessa nova lógica, as IES são chamadas a funcionar como prestadoras e/ou executoras de projetos voltados para o interesse do capital, sob a parceria com setores empresariais. O sentido social da educação é reduzido, há um empobrecimento do conceito e sentido da educação. Segundo Mancebo, Maués e Chaves (2006):

O sentido de todas essas mudanças é claro: de um modo geral, as políticas de educação superior da quase totalidade dos países estão levando a universidade a adotar um modelo, também chamado “anglo-saxônico”, que a configura não mais como uma instituição social, em moldes clássicos, mas como uma organização social neoprofissional, heterônoma, operacional e empresarial/competitiva. (2006, p. 43).

Marilena Chauí (2003) discorre sobre a diferença entre organização social e instituição social. Para ela, a organização social, ao contrário da instituição social, é definida como uma prática social estabelecida a partir da sua gerência, no qual não se discute sua função social. Outro ponto que a autora sinaliza é que as instituições sociais visam a universalidade, tendo a sociedade como base, já a organização social tem como referência seu próprio funcionamento e gestão.

É exatamente por ser uma instituição social diferenciada e definida por sua autonomia intelectual que a universidade pode relacionar-se com o todo da sociedade e com o Estado de maneira conflituosa, dividindo-se internamente entre os que são favoráveis e os que são contrários à maneira como a sociedade de classes e o Estado reforçam a divisão e a exclusão sociais, impedem a concretização republicana da instituição universitária e suas possibilidades democráticas. (Chauí, 2003, p. 2)

Os dados referentes a expansão do setor privado na área da educação superior são discutidos no estudo de Lima (2020), no qual é indicada três necessidade que o capital possui em relação ao oferecimento da educação, são elas:

(i) A subordinação da ciência à lógica mercantil. (ii) A constituição de novos campos de lucratividade. O aumento do número de instituições de ensino superior (IES) privadas articulado à privatização interna das universidades públicas reafirma a concepção da educação como um lucrativo negócio para as frações internacionais e locais da nova burguesia de serviços educacionais. (iii) A construção de estratégias de obtenção de consenso em torno do projeto burguês de sociabilidade em tempos de intensa ofensiva do capital ao trabalho. (Lima, 2020, p. 45)

A política de educação superior sofre numa dupla dimensão: com a subordinação dos interesses do capital, que descaracterizam o papel da educação como processo de formação, que proporciona o desenvolvimento social e a emancipação dos alunos, e na precarização do trabalho.

A presença de posições e projetos conflitantes que expressam uma sociedade permeada de contradições é uma característica inerente à universidade. É essa significativa relação entre universidade e sociedade que explica o fato de que, desde o seu surgimento, a universidade pública tem sido uma instituição social que manifesta, de maneira determinada, a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo, e cujas mudanças acompanham as transformações sociais, econômicas e políticas (Barboza; Pereira; Vale, 2020, p.2)

Observa-se, como já reportado anteriormente, que as IES são cobradas a se subordinar a uma lógica gerencial, cuja organização se baseia na produtividade, como indica Chauí:

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro-organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. (Chauí, 2003, p.7).

Verifica-se, portanto, que as IES vivem sob uma lógica que é própria da esfera de produção, uma vez que busca produzir incessantemente valor de uso. Os dados com relação ao crescimento das IES de ensino superior no Brasil evidenciados pelo Censo da Educação Superior de 2010 e de 2020 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)<sup>28</sup> demonstram a hegemonia do entendimento e da condução da educação como mercadoria comercializada. A educação foi levada a um intenso processo de privatização, com aumento significativo da educação superior na esfera privada. Apesar da privatização da educação não ser um fenômeno novo, a intensificação ocorreu na década de 1990, que é o marco do aprofundamento do ideário neoliberal no Brasil.

O Censo da Educação Superior<sup>29</sup> de 2000 indicava que existiam no país 1180 instituições de ensino superior, 176 públicas e 1004 privadas. Após vinte anos, o censo de 2020 mostra que o Brasil possui 304 instituições públicas e 2153 privadas, comparando os dois censos é possível constatar que o crescimento das IES públicas foi de 72.72%, enquanto nas privadas foi maior, tendo aumentado em 114.44% o número de instituições<sup>30</sup>. O gráfico a seguir demonstra a diferença entre o crescimento das IES públicas e privadas no Brasil, no período compreendido entre 2000 e 2020.

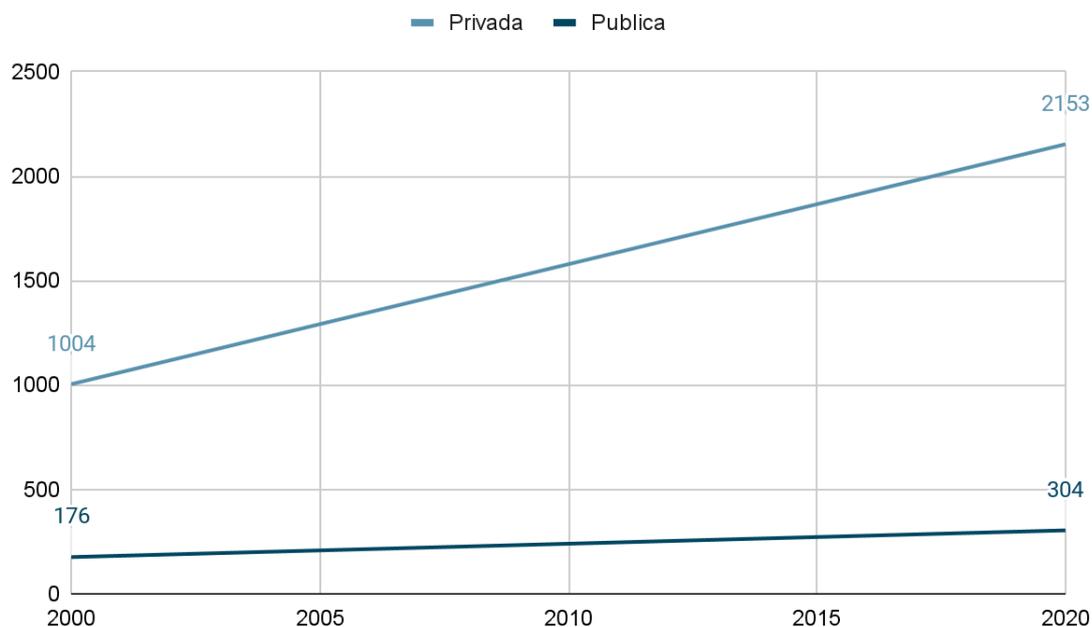
---

<sup>28</sup> O INEP é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), que tem como objetivo promover estudos, pesquisas e avaliações sobre a educação no Brasil a fim de subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas.

<sup>29</sup> Trata-se de pesquisa realizada anualmente pelo INEP, cujo objetivo é coletar dados referentes à educação superior. O censo apresenta informações sobre cursos, candidatos, matrículas, vagas oferecidas, ingressantes, concluintes e docentes.

<sup>30</sup> Os dados apresentados foram coletados pela autora utilizando como base os Censos da Educação Superior de 2000 e 2020.

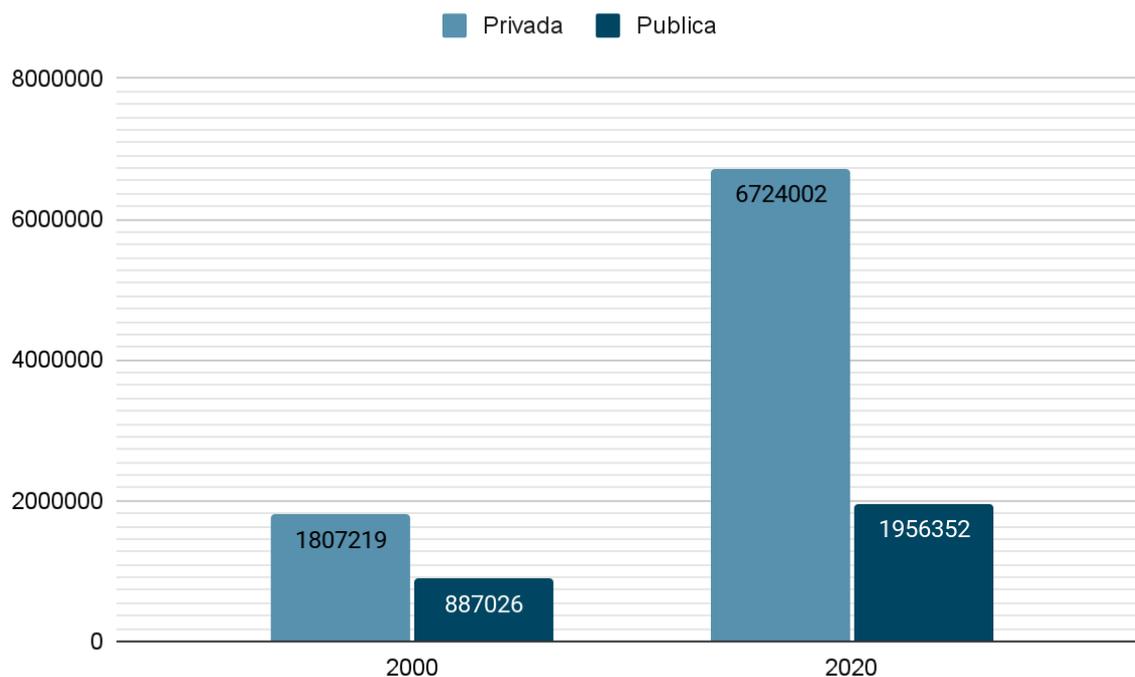
**Gráfico I** - Evolução do número de instituições de ensino superior no Brasil com base no Censo da Educação Superior 2000 - 2020.



Fonte: Gráfico elaborado pela própria autora com base nos dados disponíveis no Censo da Educação Superior de 2000 e 2020 do INEP (2024)

Outro dado relevante extraído dos censos, que nos auxiliam na identificação do crescimento das instituições privadas no Brasil, é o número comparativo de matrículas em IES públicas e privadas. O Censo de 2000 indicou 2.694.245 matrículas em IES. Já em 2020, o número mais que dobrou, subindo para 8.680.354 matrículas. No entanto, identifica-se que o crescimento de matrículas nas instituições privada é muito superior às públicas, conforme o gráfico a seguir:

**Gráfico II** - Número de matrículas em instituições de ensino superior no Brasil com base no Censo da Educação Superior 2000 - 2020.



Fonte: Gráfico elaborado pela própria autora com base nos dados disponíveis no Censo da Educação Superior de 2000 e 2020 do INEP (2024)

Cabe destacar que no Censo de 2000 não havia cursos ministrados a distância, somente cursos presenciais. Desta forma, o número mais recente leva em consideração o advento da nova modalidade de ensino, que notadamente é mais lucrativa para os grupos empresariais. A discussão a respeito do formato EAD não é objeto de estudo da presente pesquisa, porém, mais a frente o assunto será retomado para abordar o individualismo e isolamento presente nas IES e como tal modalidade não aproxima alunos e professores.

Os dados coletados nos referidos Censos demonstram a expansão do setor privado na educação em comparação ao setor público, os números deixam explícitos que o crescimento é desigual.

Durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, é possível observar que o acesso à educação superior não é universal, sendo influenciado pela via de mercado incentivada pelo Estado, com destaque na financeirização e na transferência de fundos públicos. Nesse período foram implementadas políticas que visavam ampliar o acesso à educação. Entretanto, esse processo de ampliação do setor privado ocorre, principalmente, pela criação de programas de governo que

fortalecem o setor empresarial do país. A criação dos programas Programa Universidade para Todos (PROUNI)<sup>31</sup> e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)<sup>32</sup> direcionou recursos públicos para instituições privadas e reduziu impostos para as instituições, ao mesmo tempo em que reduz investimentos na educação pública. O PROUNI tem como objetivo ofertar bolsas de estudos para estudantes pobres em instituições privadas com ou sem fins lucrativos, a partir de isenções tributárias oferecidas pelo Estado. Já o FIES tem como proposta o financiamento de matrículas em IES privadas. O FIES demonstra a relação entre a atividade de mercado com o Estado, pois evidencia como são vinculados por meio da transferência de capital do Estado para capitais privados. Segundo Mancebo e Vale tal fato justifica a crescimento empresarial na área a educação:

Exatamente por essas razões, defende-se aqui a ideia de as IES empresariais puderam crescer, para além do financiamento recebido das mensalidades, especialmente, a partir de isenções fiscais e tributárias bastante generosas e percebidas, apontando para a clara presença do fundo público na reprodução ampliada do setor. (Mancebo; Vale, 2013, p. 87)

Após anos dessas políticas focais de ampliação da educação superior via programas o que se observa é a expansão numérica de IES privada, com a compra e venda de serviço, sem a noção da educação como direito. Outro ponto que chama atenção com relação a essa proliferação é a pouca preocupação com a qualidade do ensino, que se justifica pelo fato de que são pessoas mais pobres que acessam. No entanto, em paradoxo, para muitas pessoas os programas foram a possibilidade de ter acesso, mesmo que de forma mercantil, à educação superior.

A discussão sobre a mercantilização da educação superior pressupõe o entendimento do fenômeno da “financeirização da educação”, que é compreendido levando em conta a transformação da educação em mercadoria, no qual observa-se o surgimento e crescimento de conglomerados financeiros que possuem o lucro como finalidade (Sguissardi, 2009). Algumas IES privadas aumentam seu lucro e passam a comprar instituições menores, passando a formar grandes grupos empresariais. Pereira (2020) sinaliza tal movimento:

---

<sup>31</sup> Criado a partir da Medida Provisória no 213, de 10 de setembro de 2004.

<sup>32</sup> Criado pela Lei Federal 10.260/2001, estando ligado ao Ministério da Educação.

O padrão de expansão do ensino superior, via setor privado mercantil, com crescentes fusões, concentração e centralização do capital no mercado educacional, relaciona-se fundamentalmente com a posição do país, de capitalismo dependente, e sob a dominância do capital financeiro. Isto é, de forma crescente, ocorrem aquisições de IES, aumentando a concentração de capital no ensino superior brasileiro [...] (Pereira, 2020, p. 91)

A partir de mecanismos globais, tais como marcos legais e incentivos à privatização, os grupos financeiros se apropriam de direitos sociais que eram responsabilidades do Estado. Harvey (2008), afirma que esse processo penetra diversos espaços:

Cada vez mais liberta das restrições e barreiras regulatórias que até então limitavam seu campo de ação, a atividade financeira pôde florescer como nunca antes, chegando a ocupar todos os espaços. (Harvey, 2008, p. 41)

Notadamente, o aumento dos repasses oriundos do fundo público para as corporações foi significativo, sobretudo pela flexibilização do FIES a partir de 2010. Os recursos dedicados à educação implicaram na diminuição de gastos com as universidades públicas. Leher (2022) aponta que

[...] fundo custeava 6% das matrículas das instituições privadas, em 2016 correspondia a 39% das matrículas do segmento privado; no mesmo período, os gastos subiram de aproximadamente R\$2 bilhões para R\$34,4 bilhões. O fundo público foi largamente apropriado pelas corporações. (2022, p. 89)

Em suas análises, o referido autor aponta críticas às políticas neoliberais que buscam reduzir o papel do Estado na oferta de educação, promovendo parcerias público-privadas e transferindo a responsabilidade para o setor privado. Outro aspecto importante das mudanças no sistema universitário durante o período de expansão nos governos do PT, especificamente por meio do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) é que tal iniciativa buscou aumentar o número de vagas nas instituições públicas, promovendo maior inclusão de segmentos sociais historicamente excluídos da educação superior. No entanto, observa-se a falta de correspondência entre a expansão quantitativa e a melhoria das condições de trabalho na universidade. A expansão muitas vezes ocorreu em meio a condições precárias, incluindo sobrecarga de trabalho para professores e funcionários, instalações inadequadas e desafios estruturais.

A partir de 2007, por exemplo, com a aprovação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni, Decreto Presidencial nº 6.096 de 24 de abril de 2007), até o custeio de atividades básicas dependerá de contratos de gestão com o Estado. Com este Programa – operacionalização, na prática, dos contratos de gestão, ensaiados desde o governo de FHC –, recursos somente serão disponibilizados se a universidade alcançar metas de expansão. (Mancebo, 2010, p. 78-81)

A pressão por números e resultados pode levar a práticas que comprometem a qualidade do ensino e a pesquisa, além de afetar negativamente o bem-estar dos profissionais envolvidos (Maia, 2022). A educação vivenciou mudanças que podem ser vistas nos currículos, nas formas de avaliação, que privilegiam a produtividade e consequente resultados, esvaziando a academia do seu sentido amplo para torná-la em prestadores de serviços para alunos clientes (Silva; Carvalho, 2014). A lógica produtivista foi intensificada nesse contexto. A mercantilização da educação se expande reforçado pelo processo de financeirização, transferência do fundo público para esfera privada, reduzindo direitos e tornando as esferas sociais em ambientes de competição, cuja alternativa dos sujeitos é sobreviver em um sistema sem laços de solidariedade e cooperação. A ênfase em métricas quantitativas pode levar a uma visão limitada do sucesso acadêmico, desconsiderando aspectos qualitativos e a natureza multidimensional do ensino superior (Lemos, 2007; Lima, 2020).

### **2.3 - Produtivismo acadêmico como consequência do gerencialismo na universidade**

Fundamentado no neoliberalismo, a Contrarreforma do Estado trouxe transformações para a educação, no qual se altera as relações e condições de trabalho, assim como a finalidade das instituições educacionais. A educação passa a ter como direção formar indivíduos para o mercado, assumindo princípios da competitividade, individualismo e eficiência, a partir de modelos de gestão voltadas para resultados. Em Gramsci (2011) apreendemos a educação como espaço em que é possível a perpetuação de um discurso hegemônico, já que a educação no capitalismo é acrítica e subordinada aos interesses da burguesia.

A análise do comportamento da classe hegemônica no século passado, nos permite verificar que não somente a força coercitiva era capaz de validar e perpetuar

fundamentos políticos, fazia-se necessário também aparelhos habilitados a levar tais conteúdos ao maior número de pessoas possíveis. Era de suma importância para o capital se apropriar da educação como forma de perpetuar suas ideias e princípios.

Na conjuntura de implementação da reestruturação produtiva do capital no Brasil, ocorrida na década de 90, foram introduzidas inúmeras mudanças no conceito e na operacionalização da educação. A educação é esvaziada do seu sentido de local privilegiado de construção da cidadania, sendo reforçado como espaço de hegemonia burguesa, que reproduz a lógica do capital, colocando-a a serviço do mercado (Saviani, 1995).

Dentre as mudanças que o neoliberalismo impõe, temos o gerencialismo como importante processo de alteração na condução da prática do Estado. O gerencialismo consiste em um novo paradigma para a gestão, em que se incorpora ao setor público o ethos de negócios próprio do setor privado, sob a justificativa de modernizar os serviços do Estado. Esse modelo tem o foco no resultado e se apresenta como uma política de descentralização da gestão, com suposto objetivo de trazer melhoria na qualidade do serviço, reforçando processos fundados no mercado, que buscam o acúmulo de capital (Newman; Clarke, 2012).

A entrada da lógica gerencial nas academias se dá essencialmente nos anos 1990, sob o governo Fernando Henrique Cardoso, no qual foram implementadas diversas mudanças nas instituições de ensino superior, através do processo de Reforma Administrativa, que objetivava alcançar um desempenho mais produtivo em setores públicos (Oliveira, A. S. D., et al, 2017). Em 1995, o então ministro Bresser Pereira dirigiu a criação e implementação do Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRAE), que trazia como propósito:

Reforçar a governança, mediante transição programada, de um tipo de administração pública burocrática, rígida e ineficiente, voltada para si própria e para o controle interno, para uma administração pública gerencial, flexível e eficiente, voltada para o atendimento do cidadão (Brasil, PDRAE, 1995).

O plano buscava modernizar o Estado para alcançar a eficiência, a partir da redução de cursos e suposta melhoria da qualidade dos serviços. Nesse percurso o Estado estabelece mecanismos de controle e avaliação das IES, no qual são criados parâmetros de comparação e relação por desempenho, que demonstram a eficiência da instituição. Esse movimento faz com que o Estado se desresponsabilize com a

educação, mediante a diminuição de investimentos e abertura para o setor privado assumir a operacionalização da educação, o que acarreta o empresariamento do ensino superior, favorecendo, desta forma, o setor privado. Deste modo, a reestruturação da educação superior faz com que as instituições passem a viver tensionadas em razão de assumir características operacionais presentes em organizações capitalistas, que buscam aumentar os índices de produtividades (Chauí, 2003).

A essência das mudanças baseava-se nos métodos gerenciais influenciados pela gestão das organizações privadas, conduzindo o ensino e a pesquisa para o mercado, intensificando assim as relações de competição e o individualismo nesses espaços. A política de avaliação dos cursos e universidades foi o método empregado para disseminar esse modo de gestão voltado para produtividade. Lima alerta para as consequências dessa política:

Trata-se de uma competitividade entre instituições, entre programas de pós-graduação e entre docentes, reconfigurando o trabalho docente, representando a perda da autonomia e a subsunção do trabalho intelectual à lógica do capital. (Lima, 2020, p. 56)

O gerencialismo permeia a educação superior de diversas formas. Encontra-se, por exemplo, difuso a cultura da competitividade, baseada na aferição por desempenho. O fomento de um ambiente concorrencial nas IES incentiva a competição entre instituições e sujeitos, exemplo disso é a estratégia de premiação aos servidores por produtividade, cuja cobrança incide em atingir melhores resultados. A LDB, não só proporcionou abertura do mercado privado na educação, como também, introduziu mecanismos de avaliação na educação brasileira, a partir de então, outros aparatos foram desenvolvidos para atender ao modelo gerencialista.

De acordo com Hypolito (2008), o Estado controla a política de educação a partir da implementação de avaliações em larga escala sob a lógica da gerencialista de produtividade, realizando ranking das escolas, por meio de indicadores que vão subsidiar os financiamentos destinados aos setores da educação. Tais avaliações são encontradas em todos os níveis da educação, porém, destaca-se as que estão diretamente relacionadas à educação superior.

Na graduação, tem-se a avaliação das instituições e dos cursos, por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)<sup>33</sup>, que foi institucionalizado tendo como instrumento de avaliação a autoavaliação das IES, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), cuja proposta é a construção de rankings dos cursos que são gerados a partir de provas que os estudantes realizam no início e final do curso.

Já na pós-graduação a avaliação ocorre pelas notas atribuídas aos programas pela CAPES, que se trata de avaliação técnica cujo objetivo é conferir aos cursos selos de qualidade às por meio de seu ranking. Tal formato chama atenção para o impacto das avaliações dos programas e pesquisas ocorrerem apartadas da instituição, através da qualificação por órgãos de fomento à produção científica, tais como a CAPES, CNPq<sup>34</sup> e fundações estaduais, dado que isso impacta a autonomia das instituições e dita a definição dos objetos e a condução das pesquisas desenvolvidas. Além disso, os cursos de pós-graduação têm verbas e bolsas disponibilizadas mediante avaliações meritocráticas.

A captação do setor educacional pelo mercado é compreensível visto a sua importância na construção de determinados tipos de homens, pois é espaço de produção e reprodução de visões de mundo. A racionalidade neoliberal altera a forma de sociabilidade, os sujeitos são estimulados e formados para uma nova ordem mundial, que obriga as pessoas a se adaptarem às mudanças, sempre produzindo mais e mais, tornando-se competitivo no mercado. É nesse contexto que se tem a Pedagogia do Capital, que se estabelece por meio das competências, onde o sujeito é individualmente responsável por aprender e se adaptar à dinâmica do mercado. Assim como as instituições são pressionadas a se submeterem ao modelo gerencial, os indivíduos sofrem o reflexo dessa cobrança, uma vez que precisam se adaptar ao ambiente de competição e cobranças exacerbadas. ratificando com tal compreensão, Silva Júnior (2022, p.36) afirma que:

---

<sup>33</sup> Segundo site institucional do Ministério da Educação, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. O processo de avaliação leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente. O Sinaes reúne informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes e das avaliações institucionais e dos cursos.”

<sup>34</sup> O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico é uma entidade ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para incentivar a pesquisa no Brasil.

A esfera educacional torna-se um “quase-mercado”: a escola assemelha-se a um empório e o individualismo possessivo articulado à competitividade tornam-se os valores máximos de nossa educação subordinada ao mercado. Uma sociedade cujo conteúdo histórico da cidadania consiste na forma de ser, cujos valores centrais são a produtividade, a utilidade, o individualismo e a competitividade, num contexto de ausência de reivindicação.

Na perspectiva neoliberal, a educação tem como direção formar indivíduos empreendedores, preparando o capital humano a apresentar competências e valor que acompanhem a demanda do mercado, formando sujeitos para o mercado e pronto para fazer negócios. Neves aponta a interlocução desse modelo na educação superior:

A educação superior, por sua vez, passa a ter como prioridades, a partir de então, capacitar a força de trabalho para adaptar a tecnologia produzida no exterior e conformar este novo trabalhador qualificado às novas exigências da cultura empresarial, especialmente no que tange à aceitação, como naturais, das desigualdades sociais, da competição acirrada entre indivíduos, grupos e classes e da perda dos seus direitos, conquistados ao longo da história (Neves, 2002, p.26).

Mancebo (1998) aponta alguns aspectos acerca do progresso do neoliberalismo no ensino superior brasileiro e suas consequências na organização das universidades. Dentre os pontos de discussão da autora, destacamos a “construção da lógica do mercado” nas academias, onde a concepção de relações mercantis se prolifera, fazendo com que as instituições recebam clientes e não mais cidadãos. Há, também a “exacerbação do individualismo”, no qual

o indivíduo é levado a encontrar o sentido do mundo a partir de si próprio, volta-se para a elaboração cada vez mais elaborada de sua própria individualidade, fecha-se em sua particularidade, considerando a liberdade, principalmente, como a possibilidade de cultivar seus interesses privados (Mancebo, 1998)

Outrossim, a autora sinaliza o “fim da cultura pública” nesse ambiente, em que

O comum não é mais a meta para a qual convergem as atividades individuais, na busca de um ideal coletivo superior às limitações de cada pessoa. Ao contrário, o pressuposto que embasa a participação pública passa pela expectativa de se encontrar e afirmar as identidades individuais e privadas. (Mancebo, 1998)

O neoliberalismo e o modelo gerencial transferem para os indivíduos a responsabilidade pelo desenvolvimento de habilidades e competências profissionais impostas pelo mercado volátil e inconstante da sociedade capitalista. É forjado a ideia

de que cada um deve criar estratégias para melhoria contínua do seu próprio desempenho. As relações sociais de troca e colaboração são esvaziadas, o ambiente de competição imposto pelo sistema afasta as pessoas, colocando-as cada vez mais isoladas. Por fim, é apontado a existência de uma “competição e darwinismo social” que decorre do modelo competitivo imposto pelo neoliberalismo, onde as pessoas são chamadas a produzir mais, com base no princípio da competição e fundamenta-se na recompensa por mérito. Lemos (2007, p.77) indica que há uma produção de trabalhos com pequenas alterações, praticamente repetidos, que são produzidos em série, sem qualquer preocupação com qualidade ou processo reflexivo.

Numa sociedade baseada nesses princípios, a concorrência é essencial para o aumento da produtividade e a desigualdade é sua inevitável sequela. Já que a desigualdade é a marca do modelo capitalista, responsabilizar o indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso é estratégia fundamental para manutenção da ordem vigente, uma vez que cada pessoa deve buscar por si só driblar problemas estruturais do capitalismo (Maia, 2022). Nas IES isso pode ser observado na forma como a concessão de bolsas e auxílios para permanência são ofertados, pois para o acesso e manutenção são exigidas notas, produções e participação em atividades. Os estudantes são orientados a produzir como forma de garantir meios para se manter na academia. Há cobranças por produtividade que incidem sobre os alunos para que os órgãos, como a CAPES, concedem verbas e disponibilizem bolsas para os cursos.

Através do financiamento individual externo e do sistema meritocrático, gera o esgarçamento do vínculo social e conflitos interpessoais, criando, muitas vezes, um clima de trabalho desfavorável à integração do conhecimento. (Lemos, 2011, p. 118)

Esses mecanismos de controle da produtividade nas IES são resultado do processo de mudança no interior do Estado brasileiro que ocorreu na década de 1990 em decorrência da racionalidade neoliberal, sobretudo com o estabelecimento do modelo gerencial na gestão e organização dos serviços. É notório que tais mudanças promovem novas formas de relacionamento na sociedade, que vão impactar a forma como o indivíduo se comporta e alterar a forma com que as pessoas estabelecem relações, tendo como consequência o isolamento, e acentuação do individualismo e competição.

### 3. SOFRIMENTO PSÍQUICO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

#### 3.1 - As relações entre a universidade pública e o sofrimento psíquico discente

Nos capítulos anteriores, discutiu-se o neoliberalismo e seu reflexo na organização da sociedade, apresentando o impacto dessa racionalidade na vida dos indivíduos. Dessa maneira, evidenciou-se que a sociedade vive em constante transformação, na qual, no neoliberalismo, o processo de subjetivação e individualização é intensificado por meio da competição exacerbada própria de modelos de gestão gerencialistas (Dardot; Laval, 2016; Newman; Clarke, 2012).

A expansão da mercantilização e privatização do conhecimento evoca uma mudança na função social da universidade pública. O neoliberalismo adentra as universidades submetendo-as a lógica do mercado, fazendo com que a qualidade do ensino e da produção seja substituída pela produção em massa. A educação se torna uma mercadoria, deixando de ser concebida como direito e passa a ser tratada como fonte de lucro para o capital, como aponta Lemos (2007, p. 75):

A Universidade hoje não consegue nem cumprir totalmente a sua finalidade política, de exercer o pensamento crítico criativo, nem consegue ser plenamente uma instituição direcionada para formar habilidades práticas requeridas pelo mercado. Situa-se aparentemente numa “terra de ninguém”, mas altamente cobiçada pelo poder econômico dominante, uma vez que representa cada vez mais num negócio de alta lucratividade.

A reforma neoliberal no Estado iniciada na década de 1990 captou as instituições de ensino superior no Brasil, que ao longo dos anos, passaram por inúmeras mudanças que envolveram os recursos disponibilizados, as relações entre os sujeitos inseridos na academia e a adoção de avaliações por produção científica. Desta forma, infere-se que as IES passam a ser configuradas como organizações heterônomas, empresariais, competitivas, operacionais e neoprofissionais, ou seja, verifica-se expansão do modelo de gestão gerencialista (Oliveira; Paschoalino; Rocha, 2011). Constitui-se, portanto, uma lógica voltada para o produtivismo acadêmico.

Assim, a tensão entre a centralização das instâncias de regulação e autoria e a suposta autonomia dos serviços submetidos à concorrência acarreta efeitos perversos e significativos, levando os serviços a centra-se

obsessivamente nos indicadores de desempenho, sem se preocupar com o conteúdo real da sua missão (Dardot; Laval, 2016, p. 218)

Nessa conjuntura de redefinição do papel do Estado, da mercantilização da educação e do individualismo, os alunos são afetados pelas adversidades apresentadas por um contexto desfavorável à produção do conhecimento, pois as IES refletem de certa maneira as contradições presentes no modo de produção capitalista. Nas instituições é observado como a razão neoliberal permeia o discurso e a organização, no qual pode-se verificar a sucessiva precarização do trabalho docente (Máximo, 2021), a pressão por resultados imposta para alunos e professores e o crescente isolamento e individualismo, que enfraquece laços de solidariedade (Lima, 2013). A educação sob a lógica neoliberal se torna um meio de controle social de uma nova subjetividade, na qual o indivíduo seja capaz de se autogerir dentro do sistema, tornando o discente capaz de administrar o seu próprio valor (Maia, 2022). As ações dos discentes são conduzidas ao cálculo de como potencializar suas habilidades em busca de melhores resultados.

A racionalidade neoliberal favorece a ampliação dos processos de sofrimento psíquico ao estabelecer parâmetros de organização do trabalho nas IES sob a perspectiva da produtividade, dos prazos restritos e das métricas a serem alcançadas, sobrepondo o processo de gestão do trabalho de cunho empresarial ao das instituições de educação superior cuja função social requer tempo e ritmo de trabalho distinto. Todos esses excessos trazem sofrimento aos discentes, uma vez que há uma sensação de não pertencimento, de insegurança e poucos recursos para lidar com tais situações, num momento em que o estudante passa por tantas mudanças advindas do ingresso na educação superior. Os discentes passam a enfrentar uma série de desafios, situações relacionadas a mudança de residência e de rede de apoio, cobrança por maior independência e pressão por alto padrão acadêmico são exemplos que podem ser fontes de estresse para os alunos (Soares; Baldez; Mello, 2011).

Observa-se que a saúde mental é impactada, onde é verificado “aumento substantivo no número de estudantes que sofrem com problemas mentais e emocionais durante a graduação” (Maia, 2022). Isso ocorre uma vez que a produção se sobrepõe ao pensamento crítico e reflexivo, com uma cobrança maior dos alunos para produção de artigos, maior rigidez na concessão de bolsas e nos exames de

avaliação, tudo isso com um tempo comprimido pela política. Alcadipani aponta como a orientação voltada para o produtivismo impacta as a comunidade acadêmica:

O produtivismo acadêmico impera. Viramos gestores de projetos, burocratas de papers. A formação vem sendo cada vez mais esquecida, o objetivo é produzir, ainda que sem formação ou conteúdo. Muitos estão adoecendo com este sistema. Mede-se, apenas, quantidade de produção acadêmica. A qualidade ficou de lado. Há dez anos o problema está claramente diagnosticado. As explicações também estão dadas: invasão do gerencialismo na produção científica, cópia malfeita de modelos estrangeiros, sem falar da Capes [...] (Alcadipani, 2011, p. 1176).

As questões que dizem respeito à vida dos alunos, somadas ao modelo acadêmico produtivista, cuja produção se sobrepõe ao aprendizado saudável, fomenta em adoecimentos psíquicos que acabam por se manifestar nos espaços da academia. De acordo com Maia (2022), os alunos do ensino superior vivenciam uma solidão no espaço acadêmico, pois se trata de um universo sem relações sociais concretas, como um reflexo da ênfase na individualidade, na competição e na maximização do interesse próprio em detrimento do bem comum, se tornando um espaço isento de pertencimento, solidariedade e acolhimento. Os alunos são responsabilizados individualmente por fracassos e as redes de proteção e solidariedade são fragilizadas em um ambiente de constante rivalidade, onde todos devem buscar sozinhos lidar com suas dificuldades.

[...] coage os atores envolvidos a desenvolverem suas atividades sob uma dinâmica de 'competição administrada', na qual considera-se conveniente que institutos e departamentos concorram entre si pelas verbas e pelo sucesso, que "equipes" rivalizem umas contra as outras, o que inclui professores e estudantes ao disputarem as bolsas, as migalhas e as vagas nas salas das instituições públicas. Na competição está o móvel do desempenho coletivo e, de certo modo, convém ao conjunto do sistema que todos sejam mal aquinhoados, para sentirem, na devida medida, a importância da disputa, para acumpliciar a todos nesse novo espírito de racionalidade. (Mancebo e Franco, 2003, p. 195).

Maia (2022) aponta que as repercussões desse ambiente competitivo e de distanciamento das relações ocasionam no "esgotamento afetivo, sentimento de inadequação e coisificação das relações pessoais", que podem se manifestar em sintomas patológicos como insônia, apatia, síndrome do pânico, ansiedade, depressão e esgotamento.

O produtivismo da universidade [*publishorperish*/publica ou perece' epidêmico entre professores-pesquisadores] e o individualismo narcisista universitário vêm contagiando os alunos, gerando neles alta ansiedade, estresse, desencadeando transtornos psíquicos, pânico de não dar conta dos trabalhos e provas, pavor de ser julgado como intelectualmente incapaz pelos colegas e professores, *bullying* etc. (*'Não deixe que essa universidade, ou algumas pessoas que nela estão te contaminem assim como fizeram comigo'* disse Luiz Carlos de Oliveira, 20 anos, estudante de Filosofia da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, antes de se enforcar). (Lima, 2013, p. 81).

As IES podem, então, representar para os alunos tanto um espaço de acesso às informações relacionadas à promoção e prevenção em saúde, quanto espaço de adoecimento e/ou intensificação de quadro de transtorno mental já existente. O espaço por ser um local em que os discentes passam boa parte do tempo, por muitos anos, tendo que se relacionar com inúmeras pessoas diferentes, de locais e com hábitos diferentes, ele se torna um local que demanda dos sujeitos um esforço para criar estratégias de adaptação, que nem sempre são suficiente e podem terminar, por exemplo, com a evasão. Maia critica esse modelo sinalizando que:

Vive-se em uma sociedade onde a concorrência não se localiza, mas do “lado de fora”, e não havendo mais exterioridade possível a racionalidade econômica, tudo é submetido à linguagem do capital. Cada erro, cada desvio da única conduta possível ou do produzir-se constantemente como sujeito da performance, são debitados automaticamente no sistema contábil que se tornou nosso psiquismo. (Maia, 2022, p. 97)

Em 2019, a ANDIFES publicou importante pesquisa realizada com estudantes de universidades públicas federais, na qual foram revelados dados importantes sobre a saúde mental discente. A pesquisa evidenciou que 83,5% dos alunos já manifestaram alguma alteração relacionada à saúde mental, como depressão, ansiedade e fobia social. A publicação aponta que a “ansiedade afeta 6 a cada 10 estudantes. Ideia de morte afeta 10,8% da população alvo” (ANDIFES, 2019) Nota-se que fatores psicossociais são os que mais influenciam para ocorrência desses transtornos na vida acadêmica, tais como falta de autonomia, questões familiares e de renda (Rocha, 2018). Além disso, trata-se de índice preocupante visto que questões de saúde se tem apresentado como um dos principais fatores de afastamento e incapacidade para realização de atividades laborativas (OMS, 2022).

Destarte, nesta pesquisa ora apresentada trabalhou-se com a ideia de que as universidades públicas federais, em suas atividades e projetos voltados para saúde mental discente, não se reconhecem como produtora de adoecimentos, no qual não

levam em conta que sua gestão gerencialista impacta em malefícios para os estudantes. Nota-se que ao incorporarem a racionalidade produtivista e gerencialista na vida acadêmica, as universidades se tornaram terreno fértil para produzir e intensificar o sofrimento psíquico. Entretanto, essas instituições não pautam suas atividades na discussão sobre sua responsabilidade frente à realidade dos discentes e, na maior parte delas, atribuem as manifestações de transtornos mentais ao período pandêmico, mesmo que pesquisas anteriores a pandemia já demonstram alto índice de transtornos mentais em alunos da educação superior<sup>35</sup>.

Nesse cenário, pesquisas apontam que os estudantes mais atingidos são de minorias raciais, sexuais e de gênero e os que se encontram em condições socioeconômicas desfavoráveis. O crescimento referente a esses dados se dá em decorrência dessas minorias começarem a acessar a universidade em maior quantidade a partir da Lei nº 12.711 de 2012, chamada Lei de Cotas<sup>36</sup>. Esses alunos enfrentam maiores dificuldades para se inserir e se adaptar à vida acadêmica.

Outro ponto significativo apontado no estudo é que antes da pesquisa desenvolvida, outros trabalhos já registravam que problemas de saúde mental eram mais frequentes em alunos universitários do que na população em geral, conforme aponta revisão realizada por Cerchiari, Caetano e Faccenda (2005) e pesquisa realizada pela FIOCRUZ e pela UFF e publicada no Journal of Educational Research Open em 2022. Tais dados corroboram com a hipótese da presente pesquisa, em que é sugerido que os adoecimentos relacionados à saúde mental são produtos de um modelo de gestão produtivista que permeia a vida acadêmica, e que é organizado com o objetivo de intensificar a produção.

Fica evidente a partir dos dados apresentados que a saúde mental discente é assunto que já traz preocupação aos pesquisadores, já que inúmeros estudos buscam discutir tal tema. Todavia, a maioria dessas pesquisas busca apresentar os sintomas apresentados pelos alunos e alguns apontamentos sobre como as mudanças advindas do ingresso na universidade provoca sofrimento. Da mesma forma, nota-se que pouco se discute sobre as estratégias de enfrentamento a essa

---

<sup>35</sup> É o que indica a pesquisa realizada pela (IOC/FIOCRUZ) em conjunto com a Universidade Federal Fluminense (UFF), que foi publicada em 2022 no em artigo na revista científica International Journal of Educational Research Open.

<sup>36</sup> A referida lei é um marco na ampliação do acesso das minorias à educação superior. A Lei garante a reserva de 50% das matrículas por curso a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos.

lógica adoecedora, fala-se sobre mudanças e características próprias do período da fase adulta, sem apresentar proposta para melhoria ou enfrentamento de fatores estressores presentes na vida acadêmica. Portanto, faz-se necessário refletir se as universidades, num processo de autoavaliação, se percebem como local de sofrimento para esses estudantes (Chauí, 2003). E se, ao perceberem, criam estratégias para aviltar e contornar as situações advindas de uma estrutura adversa.

### **3.2 - O impacto da pandemia de COVID-19 na saúde mental discente**

Em 2020, a OMS reconheceu e decretou que a doença da COVID-19 em nível pandêmico. Devido ao alto grau de contaminação rapidamente o vírus se espalhou pelo mundo. Só no Brasil foram registradas 703.964 mortes<sup>37</sup> até o momento. Diante da rápida proliferação do vírus e do rápido nível de infecção, as instituições de saúde indicaram que para controlar e diminuir o número de infectados seria necessário promover o isolamento social de grande parte da população. O isolamento e o caos instaurado pelo elevado número de mortes, incertezas e desemprego afetaram a rotina, o emocional e o comportamento das pessoas, em decorrência houve aumento dos transtornos mentais. Em março de 2022, a OMS divulgou resumo científico declarando que a prevalência de depressão e ansiedade aumentou 25% em decorrência da pandemia.

O Instituto Oswaldo Cruz (IOC/FIOCRUZ) em conjunto com a Universidade Federal Fluminense (UFF), publicaram artigo<sup>38</sup> na revista científica *International Journal of Educational Research Open* em 2022, com resultado de pesquisa realizada com aproximadamente seis mil estudantes de pós-graduação brasileiros de diferentes áreas de conhecimento, de todas as regiões do país. O estudo aponta a situação de estresse em decorrência das mudanças advindas da pandemia de COVID-19 na saúde mental discente, destacando as alterações que foram necessárias na rotina da pós-graduação no que se refere ao modelo de aula e na própria pesquisa

---

<sup>37</sup> Informação coletada no Painel Coronavírus, em 04/07/2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

<sup>38</sup> Ver imagem ilustrativa produzida pela instituição no Apêndice B acerca de alguns resultados encontrados no estudo.

desenvolvida pelos alunos. Os dados mostram que os alunos buscaram atendimento profissional para quadros de transtornos mentais, no qual 45% deles foram diagnosticados com ansiedade generalizada e 17% com depressão. Outros apontaram a presença de sofrimento psíquico mais intenso, onde 60% dos alunos relataram crises de ansiedade e dificuldades para dormir e 80% apontaram falta de motivação e problemas relacionados à concentração. Um terço dos estudantes participantes sinalizou que procurou atendimento psicológico para lidar com as situações vivenciadas, enquanto 17% fizeram uso de medicamentos ansiolíticos ou antidepressivos sem prescrição médica.

No que se refere às mudanças impostas aos estudantes em consequência da pandemia, tem-se a Portaria nº 345/2020 publicada pelo ME, que autorizou a substituição temporária de disciplinas presenciais por aulas que utilizassem meios e tecnologias da informação, consentindo que as IES adotassem o ensino remoto como alternativa momentânea. Entende-se que a instituição desse modelo de ensino foi a saída viável diante da impossibilidade de contato entre as pessoas e necessidade de isolamento para evitar a proliferação do vírus. Contudo, essas mudanças na rotina e organização agravam a realidade dos estudantes, uma vez que os sentimentos de solidão já presentes na sociedade neoliberal são acentuados, o distanciamento dos outros alunos e professores prejudicam o processo educacional, pois há uma redução dos espaços coletivos.

Os dados apresentados apontam para um aumento nos casos de saúde mental pelo mundo em decorrência da pandemia de COVID-19. Entretanto, entende-se, conforme abordado anteriormente, que a sociedade já se encontrava adoecida devido a sua organização ser pautada nos princípios do ideário neoliberal. Desta forma, não é possível atribuir que os casos de alunos em sofrimento psíquico intenso estejam somente ligados à pandemia, pois é evidente a partir dos dados apresentados que o fenômeno é identificado antes mesmo da crise de saúde vivenciada a partir de 2020.

Para melhor ilustrar a situação de saúde dos discentes, faz-se necessário apresentar dados sobre os cidadãos jovens do Brasil, já que esse é o maior público das universidades públicas brasileiras. A população total do país foi estimada em 212,7 milhões de pessoas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> O IBGE é um instituto público da administração federal brasileira, considerado o principal provedor de informações geográficas e estatísticas do Brasil.

em 2021. O último censo realizado pelo instituto, em 2020, aponta que os jovens entre 15 e 29 anos correspondem a 23% da população brasileira, somando mais de 47 milhões de pessoas. Os jovens ocupam, hoje, um quarto da população brasileira. Além disso, o levantamento retrata dados relacionados à situação ocupacional desse público, em que 53,5% dos jovens dessa faixa etária trabalham, 36% estudam e 22,8% trabalham e estudam simultaneamente. A V Pesquisa do perfil socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES de 2019, publicada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (ANDIFES)<sup>40</sup> mostra que 85,2% dos alunos matriculados nas instituições são jovens, possuindo entre 18 e 30 anos.

Os efeitos da pandemia são identificados no Censo da Educação superior de 2020, cujos resultados evidenciam que as universidades públicas anunciaram diminuição de 18,8% no número de alunos que concluíram o curso, em consequência da evasão ou pelo atraso nos períodos letivos, assim como o número de matrículas reduziu em 5,8% naquele ano. Essa redução no ingresso também pode estar relacionada a dificuldade na conclusão do ensino médio e consequente adversidades na preparação para o processo seletivos universitários e ENEM (Palhares, 2022).

A pandemia tanto agravou quanto acarretou adoecimentos associadas à saúde mental, o jornal BBC News Brasil publicou em 2021 uma reportagem apresentando pesquisa realizada acerca do tema, cujos resultados apontam para um agravamento do quadro de transtornos mentais na população brasileira, assim como em outros países, após pandemia.<sup>41</sup> Em 17 de junho de 2022, após três anos do início da pandemia, a OMS divulgou Relatório Mundial de Saúde Mental, alarmando a necessidade de investimentos em saúde mental pelas nações, levando em conta os efeitos da pandemia de covid-19, anunciando que os quadros de depressão e ansiedade aumentaram mais de 25% na população em geral apenas no primeiro ano da pandemia. Os dados disponíveis no documento demonstram que a pandemia desencadeou no aumento expressivo de questões relacionadas à saúde mental, porém também destaca que mesmo antes da pandemia, pessoas que precisavam de cuidados em saúde mental não estavam recebendo tratamento eficaz e de qualidade.

---

<sup>40</sup> Segundo o site oficial, a instituição se apresenta como representante oficial das universidades federais na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral.

<sup>41</sup> Disponível em: Covid: saúde mental piorou para 53% dos brasileiros sob pandemia, aponta pesquisa - BBC News Brasil.

A acentuação refere a transtornos mentais no período pandêmico está relacionada a muitos fatores que incidem nas condições objetivas e subjetivas de vida da população. Como consequência da pandemia, o desemprego, que já é um aspecto inerente ao capitalismo, aumentou e os profissionais do mercado informal se viram sem recursos financeiros para manterem a subsistência. Ou seja, instaurou-se uma crise econômica com consequências graves para a classe trabalhadora. O comércio e as empresas paralisaram suas atividades, o sistema educacional suspendeu as atividades presenciais e, quando possível, migraram para a modalidade de educação a distância (EAD). Os trabalhadores e os estudantes se viram obrigados a atuar sob uma lógica virtual que nem sempre foi frequente ou possível. A pandemia acirrou a desigualdade presente, tal realidade se expressa na pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI)<sup>42</sup> em 2018, na qual apontava que 58% dos domicílios no Brasil não tinham acesso a computador e 33% não possuíam internet. Ou seja, a necessidade de adaptação às mudanças acerca das novas modalidades de ensino reflete a desigualdade no acesso a renda e serviços no país.

Os estudantes mais pobres passaram por maiores dificuldades nesse período, sobretudo os que não possuíam internet e computadores do domicílio para acompanhar o ensino remoto, assim como aqueles que precisavam cuidar dos filhos no mesmo período em que estavam em aula (France Presse, 2022; Mello, 2021). Há também percepções acerca da qualidade do ensino no período de aulas remotas, no qual as condições em que os alunos assistem às aulas em casa, e na precarização do trabalho docente, indicariam uma apreensão negativa do processo educativo nesse período (Máximo, 2021). A realidade desses estudantes somadas às mudanças oriundas da necessidade de isolamento social fez com que as universidades precisassem estabelecer novas estratégias de atendimento vinculados aos serviços de assistência estudantil para atender, sobretudo, a demandas de adaptação ao ensino à distância.

Em síntese, percebe-se a partir dos dados coletados em pesquisas recentes que a pandemia de COVID-19 impactou negativamente a saúde mental discente, visto que o país passou por uma recessão econômica, cujos efeitos índice no acesso a

---

<sup>42</sup> O Comitê Gestor da Internet no Brasil tem a atribuição de estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil e diretrizes para a execução do registro de Nomes de Domínio, alocação de Endereço IP. Promove também estudos e recomenda procedimentos para a segurança da Internet e propõe programas de pesquisa e desenvolvimento que permitam a manutenção do nível de qualidade técnica e inovação no uso da Internet.

renda, no aumento do desemprego, além do isolamento social imposto pela necessidade sanitária de distanciamento para contenção da propagação do vírus. Além de questões macros que afetam a realidade dos alunos, a pandemia trouxe inúmeras mudanças na rotina dos alunos da educação superior, principalmente no que diz respeito à vida acadêmica, com adaptação a novos modelos de aula, alteração dos objetos de pesquisa, atrasos na conclusão do curso devido a paralisações, entre outros. Todo esse momento de incertezas, preocupações e privações acentuam o estresse e repercutem na subjetividade dos discentes.

#### **4. AS ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS DESENVOLVIDAS PELAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS FRENTE AO SOFRIMENTO PSÍQUICO DOS DISCENTES**

#### 4.1 Descrição das atividades institucionais voltadas para saúde mental discentes

A proposta da pesquisa ora apresentada era, a partir da análise das estratégias institucionais de identificação e enfrentamento às condições que interferem na saúde mental dos alunos das universidades públicas brasileiras, compreender se essas reconhecem que sua organização impacta e qual seu papel diante das demandas relacionadas à saúde mental vivenciadas pelos alunos. Como discutido, a universidade pública é atravessada por princípios da gestão gerencial que permeia o setor público sob a justificativa de tornar os serviços mais eficientes (Chauí, 2003; Newman; Clarke, 2012). No entanto, o que se observa é a criação de inúmeros instrumentos e legislações que buscam controlar e intensificar a produção, o que vai acarretar a sobrecarga de atividade, no produtivismo acadêmico, na competição e no rompimento de redes de solidariedade (Lima, 2020; Maia, 2022).

No contexto da educação superior, o funcionamento e a organização já podem ser considerados como importante fator estressor, uma vez que os alunos precisam desenvolver novas habilidades e adequação a um ambiente, o que pode gerar dificuldades e necessidade de apoio. A isso soma-se o fato de o ingresso na universidade trazer inúmeras mudanças na rotina, no afastamento do ambiente familiar, incertezas sobre futuro (Maia, 2022).

[...] a universidade em ritmo de barbárie produtivista seja o melhor lugar para transformar ideias de autodestruição em ato efetivo, porque nela reinam competição, individualismo, inveja, fogueira das vaidades, violência simbólica etc. [...] entre professores-pesquisadores narcisicamente constituídos enquanto grupo de 'capitalistas científicos' (*sic*), cuja posição de dominantes visa reproduzir alunos em série, dominados e crentes no sistema teórico. Ou seja, neste ambiente não sobra muito espaço para o aluno ou professor independente. (Lima, 2013, p. 82).

Partindo da discussão sobre saúde mental dos discentes apresentada ao longo deste estudo, foi realizada uma análise abrangente das 113 (cento e treze) universidades públicas brasileiras<sup>43</sup>. O objetivo era identificar quais dessas

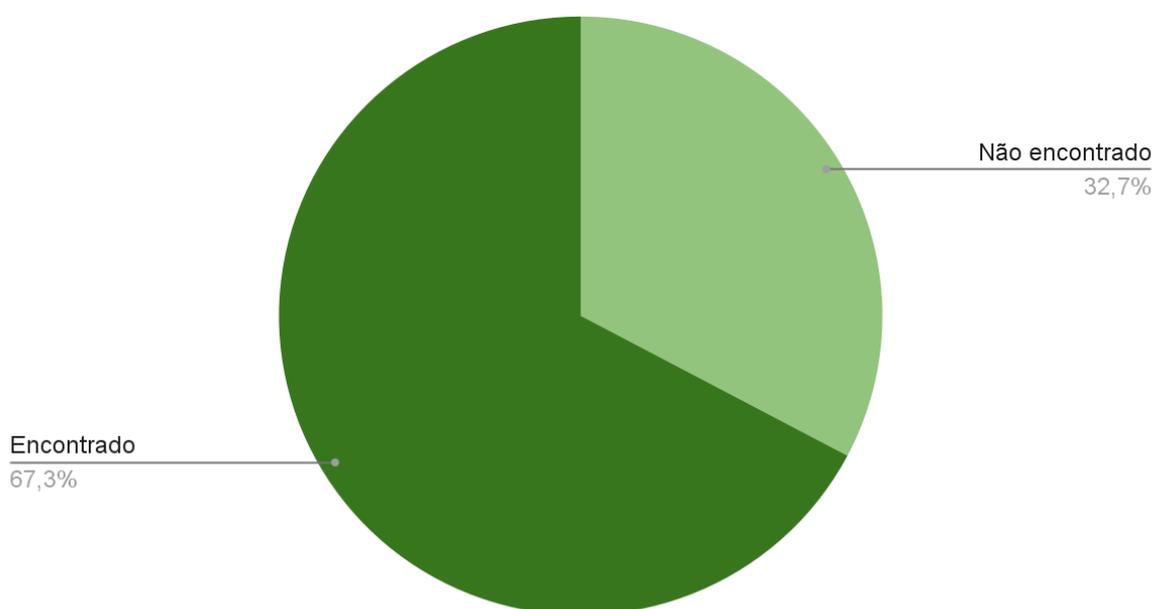
---

<sup>43</sup> Informações sobre o quantitativo de instituições de educação superior foram retiradas do Painel de Estatísticas do Censo da Educação Superior de 2021. <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-da-educacao-superior>

instituições desenvolviam atividades voltadas para saúde mental dos estudantes, por meio de consulta realizada nos sítios institucionais. Na análise dos sítios institucionais das universidades, conforme evidenciado no Quadro 2, foi possível identificar que, das 113 (cento e treze) universidades públicas investigadas, 76 (setenta e seis) apresentavam atividades voltadas para saúde mental dos discentes, enquanto 37 (trinta e sete) não apresentavam tais atividades. Isso significa que 67,3% das universidades investigadas desenvolvem ações continuadas voltadas para a promoção da saúde mental dos seus alunos.

**Gráfico III** - Dados comparativos entre as universidades públicas que apresentam atividades voltadas para saúde mental discente.

### Universidades



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados levantados na pesquisa (2024)

Das 113 (cento e treze) universidades públicas analisadas, somente 2 (duas) sinalizam o papel e responsabilidade da instituição no bem-estar dos alunos em seu site eletrônico, o que representa somente 1.77% das instituições.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) apontam que o ambiente da academia pode não ser confortável para os discentes e que, desta forma, se faz necessário intervenções na organização

institucional para melhoria das condições de permanência. A UFMG apresentou-se avançada na temática, visto que reconhece as limitações e dificuldades que os discentes podem encontrar após o ingresso na universidade e com isso justifica a criação de uma Comissão de Saúde Mental permanente para garantia de melhoria na qualidade do ambiente da academia. O website<sup>44</sup> da instituição apresenta explicações e orientações acerca da saúde mental, como também disponibiliza serviços para atendimento, tendo como proposta ações educativas e inclusivas, além de atendimentos individuais.

Pode ser desafiador entrar numa Universidade do tamanho da UFMG, seja como estudante, seja como servidor docente ou técnico-administrativo. Por ter diferentes campi em três cidades de Minas Gerais, com uma área total de quase 9 milhões de metros quadrados, é fácil sentir-se perdido e solitário nesse universo. (UFMG)

Além disso, a instituição também chama atenção para a importância de existir ambientes de troca entre os sujeitos na academia, sugerindo que espaços de diálogos podem fortalecer laços de solidariedade e bem-estar, com vista a mitigar o sofrimento psíquico da comunidade acadêmica:

[...] pouco nos conhecemos e os espaços para falar do nosso sofrimento e compartilhar essa experiência com os outros são insuficientes. Situação que pode se refletir, por exemplo, no índice de evasão de estudantes em alguns cursos de graduação, no afastamento de servidores por casos de sofrimento psíquico e nas dificuldades que um pós-graduando encontra no árduo caminho da pesquisa acadêmica. Aos poucos, estamos iniciando o enfrentamento dessa lógica e transformando a Universidade num espaço acolhedor e aberto aos diferentes modos de pensar e entender o próprio cotidiano. (UFMG)

Nota-se nessa passagem que mesmo que não explicitamente a universidade aponta para processos que hoje revelam como que o individualismo permeia as relações sociais e são visíveis no ambiente acadêmico, mas sem referências às tendências apontadas nos estudos de Laval e Dardot (2016) ou mesmo de Maia (2020). Apesar de apontarem a necessidade da criação de espaços compartilhados para fortalecimento de vínculos de solidariedade, os textos não fazem menção aos laços rompidos como decorrência da racionalidade neoliberal (Antunes, 2015), que coloca a concorrência no centro das relações sociais.

---

<sup>44</sup> O endereço eletrônico é <https://www.fump.ufmg.br/conteudo.aspx?pagina=253>

Já a UNIFEI<sup>45</sup> aponta que o modus operandi da universidade precisa de intervenções a fim de garantir a constante melhoria do ambiente, a partir da construção de estratégias individuais e coletivas:

Reconhece e analisa o espaço educacional propondo intervenções pertinentes à dinâmica institucional. Prioriza estratégias de promoção de saúde, construindo espaços de explicitação, reflexão e elaboração de aspectos que afetam o bem-estar dos indivíduos e grupos presentes na universidade, a partir de abordagens individuais e coletivas (UNIFE).

A Universidade Federal de Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB) além de possuir um Centro de Atenção Integral à Saúde (CAIS), que atende demanda de saúde mental discente, criou um Observatório da Vida Estudantil (OBSERVE/UNILAB) que busca conhecer e acompanhar o perfil dos estudantes da instituição, a fim de propor ações no interior da academia que melhorem a experiência do estudante com a vida acadêmica. Essa iniciativa nos sugere que a organização busca compreender a realidade dos estudantes a fim de pensar ações mais assertivas (Araújo e Bezerra, 2007).

Um dos aspectos que motivou sua criação foi a escassez literária sobre a condição estudantil na contemporaneidade. Assim, o Observe/Unilab, no âmbito da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAE), objetiva conhecer a Vida Estudantil para fomentar a implementação de ações tanto favoráveis à produção do conhecimento, do ponto de vista sociológico, como também técnico-científico para fins de aperfeiçoamento da Política de Assistência Estudantil e dos processos de trabalho que a cercam no sentido da gestão, avaliação, monitoramento e do controle social. (UNILAB)

Na Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), embora não tenha sido identificado atividades voltadas para saúde mental discente no momento da pesquisa, foi encontrada chamada recente<sup>46</sup>, de 12 de abril de 2023, para elaboração da resolução do programa de atenção à saúde mental estudantil. A chamada convida toda a comunidade acadêmica a discutir e enviar propostas para consolidação de resolução voltada para o estabelecimento de cuidado psicossocial na universidade. Há, portanto, movimento institucional para que se construa atividades voltadas para o atendimento psicossocial de forma democrática, já que está sendo construída de

---

<sup>45</sup> O endereço eletrônico para consulta é <https://prgp.unifei.edu.br/servicos/servico-de-psicologia/>

<sup>46</sup> Disponível em: <https://ufr.edu.br/noticia/reuniao-para-discussao-da-resolucao-do-programa-de-atencao-a-saude-mental-estudantil/>

forma coletiva. Dejours (1991) destaca a importância das estratégias coletivas como meio de enfrentamento às situações adversas. O trecho abaixo sinaliza esse significativo movimento da instituição no reconhecimento da necessidade de intervenções na área da saúde mental:

O programa de atenção à saúde mental estudantil tem por finalidade apoiar a promoção da saúde, prevenção em saúde mental e qualidade de vida no ambiente acadêmico. Todos podem participar da discussão e fazer parte deste importante momento para a consolidação do programa de atenção à saúde. (UFR)

A Universidade Federal do Rio Grande (FURG) aponta que a atividade desenvolvida busca amenizar os níveis de estresse e ansiedade dos alunos, porém não refere quais motivos poderiam ser relacionados a tais manifestações de sofrimento psíquico. A instituição revela a existência dos problemas sem levantar os fatores que proporcionam.

Promover atenção à saúde mental do corpo discente, por meio da atuação da Psicologia Escolar, com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos estudantes, diminuindo níveis de ansiedade e estresse e fomentando o melhor aproveitamento das oportunidades e aprendizados proporcionados pela Universidade. Assim, busca favorecer uma educação efetiva, inclusiva e não patologizante para todas e todos. (FURG)

Assim como a FURG, a Universidade Federal de Goiás (UFG)<sup>47</sup> também sinaliza que o serviço ofertado visa intervir nos transtornos vivenciados pelos alunos, mesmo sem trazer dados quantitativos e qualitativos que justifiquem tais ações:

Gerenciamento do tempo com ênfase no presente, orientado para metas de curto, médio e longo prazo, - Redução da sensação de incapacidade, ansiedade e depressão, - Ganho em saúde mental e qualidade de vida. (UFG)

A Universidade de Rio Verde (UNIRV)<sup>48</sup> destaca a preocupação da instituição com a formação profissional dos alunos apresentando um olhar ampliado sobre as questões que envolvem esse processo de aprendizagem. A UNIRV reconhece que o processo educacional é atravessado por questões que vão além da sala de aula e que essas podem afetar o desempenho discente:

---

<sup>47</sup> O endereço eletrônico é <https://prae.ufg.br/p/programa-saudavelmente>

<sup>48</sup> O endereço eletrônico do website é <https://www.unirv.edu.br/paginas.php?id=753>

A concepção desse programa parte do pressuposto da preocupação enquanto universidade com as questões relacionadas com a formação profissional que vão muito além do ensino, perpassando por variáveis sociais e mentais. (UNIRV)

A análise dos projetos evidencia que as universidades já desenvolviam ações voltadas para saúde mental antes mesmo da pandemia de COVID-19 em 2020. Isso se deve ao fato de que, como discutido no presente trabalho, os estudantes apresentavam sinais de sofrimento antes desse evento catastrófico. É incontestável que a pandemia exacerbou problemas sociais preexistentes e introduziu novas problemáticas em decorrência do isolamento social, do elevado número de mortes e das consequências negativas na economia (Silva; Oliveira, 2023). No entanto, no geral, as instituições desenvolvem ações sem considerar a organização da academia no processo de adoecimento dos estudantes.

Sob a ótica do neoliberalismo, que enfatiza a eficiência, a competitividade e a mercantilização de todos os aspectos da vida (Dardot; Laval, 2016), é crucial entender como essas forças moldam o ambiente acadêmico. Não há questionamentos profundos sobre como a entrada na universidade e os fatores relacionados ao produtivismo acadêmico podem impactar negativamente os discentes.

Nos projetos analisados, não foram encontradas questões relacionadas ao produtivismo acadêmico e à sobrecarga de atividades como fatores de adoecimento dos estudantes. Apenas duas universidades identificaram a própria instituição como um fator que impacta na saúde mental dos alunos.

O adoecimento mental que hoje explode é sintoma de uma sociedade imersa em uma guerra de todos contra todos, em que cada vacilo é vivenciado sob a perspectiva da punição e da exclusão social, sem direito à solidariedade ou a qualquer espaço de comunhão e acolhimento, fazendo com que os sujeitos ignorem, sem questionamento crítico e político, a realidade em que vivem. (Maia, 2022, p.105)

Esse dado corrobora a discussão de Chauí (2003) sobre a função social e política das universidades públicas, no qual essas deveriam ser espaço de formação crítica, de construção do conhecimento e da promoção da democracia e justiça social. De acordo com a perspectiva neoliberal, a academia está cada vez mais voltada para uma produção incessante, submetendo-se à lógica do capital. Isso impede uma reflexão crítica sobre sua função e seu papel diante da realidade social. As

justificativas, em geral, abordam apenas fatores de adaptação à instituição e à vida acadêmica, individualizando o problema de saúde mental e ocultando os verdadeiros motivos.

O reconhecimento social passa a se resumir em uma lógica quantitativa, baseada em dados empíricos que traduzam a capacidade de acúmulo de capital pessoal de cada indivíduo, submetendo tudo o que escape a essa lógica em uma linguagem puramente racional, numérica, calculada e instrumental da existência. (Maia, 2022, p. 123)

A racionalidade neoliberal, ao enfatizar a eficiência e a produtividade, ignora como a organização da academia contribui para uma sociedade adoecida. As universidades, ao não refletirem criticamente sobre seu papel e sobre a pressão produtivista que impõem, perpetuam um sistema que prioriza a lógica de mercado em detrimento do bem-estar dos estudantes.

#### **4.2 - A unidade de execução e o público-alvo das atividades institucionais**

No levantamento de dados realizado a partir da visita aos sítios institucionais das universidades públicas brasileiras, foi possível identificar que das 113 (cento e treze) universidades públicas investigadas, 76 (setenta e seis) universidades apresentam atividades voltadas para saúde mental discente, enquanto em 37 (trinta e sete) não foram encontradas tais atividades.

A análise demonstra que a maior parte das atividades não estão vinculadas à Assistência Estudantil, o que é abordado detalhadamente no item 4.5 da pesquisa. Das atividades não vinculadas a este setor, 6 (seis) estão ligadas ao Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), ou à organização dos próprios alunos que criam ligas de saúde mental, ou ao setor de gestão de pessoas que busca atender funcionários e expandir o serviço para alunos. Essa organização e resistência por parte dos alunos em torno de uma demanda comum é uma forma de autopreservação e autoproteção diante de condições adversas, conforme indicado por Dejours (1998).

A solidariedade desaparece. No fim, cada um se encontra só no meio da multidão, num ambiente humano e social repleto de hostilidade. A solidão abate-se sobre o mundo do trabalho e isso muda radicalmente os dados no

que diz respeito à relação subjetiva com o trabalho e à saúde mental” (Dejours, 2013, p. 21)

A fragmentação do atendimento refere-se à divisão dos alunos em grupos ou categorias distintas, muitas vezes com base em fatores como renda, raça e/ou etnia, entre outros, para focalizar o atendimento. Esta fragmentação do coletivo pode ter implicações políticas significativas, tornando desafiador e dificultando a capacidade da classe trabalhadora de se organizar coletivamente (Mandel, 1982).

A análise desse cenário deve ser contextualizada dentro da lógica do individualismo próprio da sociedade neoliberal (Dardot; Laval, 2016). O individualismo neoliberal reforça a responsabilidade individual e autossuficiência constantemente em detrimento da solidariedade e do suporte institucional. Nas IES, essa lógica pode refletir a forma como os serviços de saúde mental são ofertados.

Em vez de uma abordagem coletiva e institucionalizada sobre a saúde mental, o apoio a essa demanda é direcionada para soluções individualizadas. Desta forma, os alunos são incentivados a buscar suas próprias soluções para questões relacionadas a sofrimento psíquico, seja por meio de atividades organizadas por eles mesmos e/ou serviços pagos. No entanto, alunos com menos recursos financeiros ou menos acesso a redes de apoio podem encontrar obstáculos para alcançar o suporte necessário.

#### **4.3 - O período das atividades desenvolvidas pelas universidades**

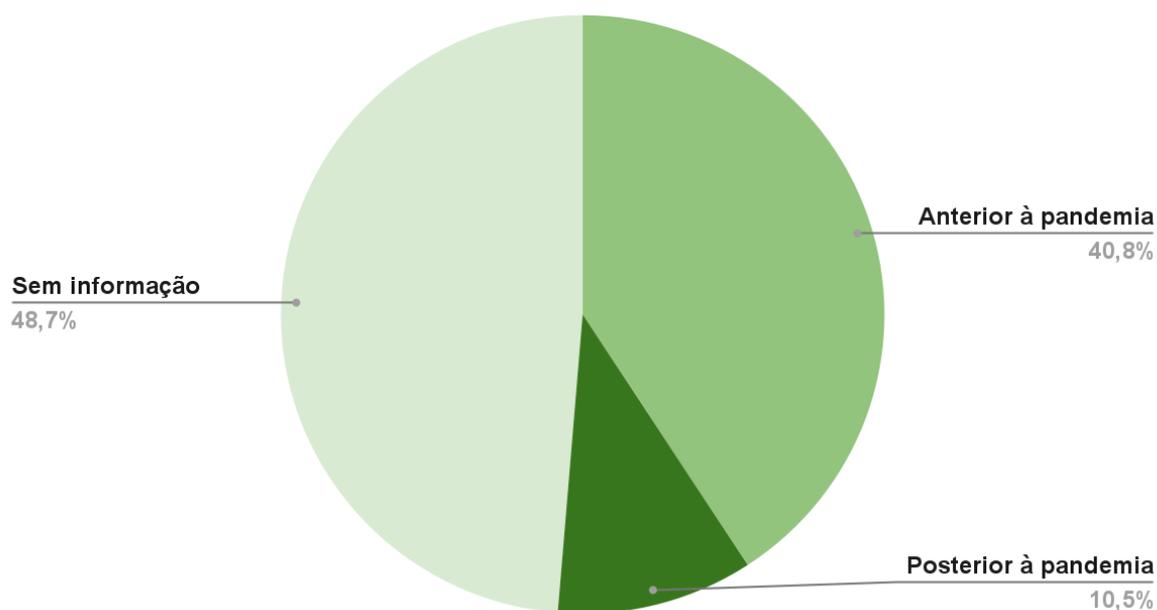
O presente eixo de análise buscou compreender em qual período a atividade foi instituída, para compreender a partir de qual marco temporal se reconhece a necessidade de intervenção em demandas relacionadas à saúde mental, baseando-se nas informações disponibilizadas pela pesquisa realizada pela IOC/FIOCRUZ de 2022 com alunos da educação superior, que apresentou resultado destacando o impacto negativo da pandemia na saúde mental discente.

A coleta de dados mostrou que das 76 (setenta e seis) universidades que foram encontradas atividades voltadas para saúde mental discente, no qual 31 (trinta e um) já aconteciam antes do início da pandemia de COVID-19. Destas, 8 (oito) foram criadas a partir da pandemia e 37 (trinta e sete) não informaram o período em que

foram iniciadas as atividades.

**Gráfico IV - Dados sobre o início das atividades a partir da pandemia de COVID-19.**

### Início das atividades



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados levantados na pesquisa (2024)

A pandemia de COVID-19 teve um impacto profundo na saúde mental global, incluindo a comunidade acadêmica. Este efeito se reflete na implementação e ampliação de atividades voltadas para a saúde mental discente nas universidades. A análise dos dados apresentados oferece uma visão sobre como as universidades têm respondido a essas necessidades durante e após a pandemia.

[...] Situamos os estudantes universitários que também tiveram o seu cotidiano impactado, abruptamente, pelas mudanças relacionadas à pandemia. Em grande parte do mundo, estudantes e docentes se viram às voltas com a necessidade de reorganização das atividades acadêmicas, que, de forma inesperada, passaram a ser ofertadas de forma remota, com auxílio das tecnologias digitais e informacionais. Além dos desafios da vida universitária, os quais já comprometam a saúde e o bem-estar desses sujeitos, os estudantes se defrontaram com a necessidade de conciliar os estudos com as preocupações com a sua saúde e de sua família, com as dificuldades de acesso a computadores e internet de qualidade, com os

desafios de conviver no espaço doméstico com outros estudantes e/ou trabalhadores, entre muitos outros fatores que vêm contribuindo para o aumento de sintomas psicológicos nesse grupo. (Torres, 2021. p.185)

As 31 universidades que já desenvolviam atividades voltadas para a saúde mental discente antes da pandemia indicam uma consciência pré-existente sobre a importância do apoio psicológico no ambiente acadêmico. Isso pode ter facilitado a adaptação às novas circunstâncias impostas pela pandemia, oferecendo uma rede de suporte já estabelecida e confiável para seus estudantes.

A criação de atividades voltadas para a saúde mental em 8 universidades durante a pandemia reflete uma resposta direta às novas necessidades que surgiram no período. Este dado sugere que essas universidades reconheceram a urgência de expandir seus serviços de saúde mental em resposta aos efeitos negativos da pandemia. A implementação de tais atividades pode incluir a introdução de serviços de teleatendimento, programas de suporte emocional online, e iniciativas para reduzir o isolamento social.

Como mencionado, em 37 (trinta e sete) universidades não foi possível identificar o início das atividades pela falta de informação disponibilizada nos sites institucionais. Esse dado representa uma lacuna significativa na análise dos dados. Sem essa informação, é difícil determinar se essas universidades estavam respondendo prontamente às necessidades emergentes da pandemia ou se já tinham estabelecido tais atividades anteriormente. Esta falta de transparência pode indicar uma necessidade de melhor documentação e comunicação sobre as iniciativas de saúde mental nas universidades.

A ausência de dados prejudica, principalmente, os alunos que podem vir a buscar informações sobre atendimentos e esbarrar nessa ausência, inviabilizando o acesso aos serviços, pois aparentemente se trata de atividade desenvolvida exclusivamente no período em que as atividades presenciais estavam suspensas.

No geral, as atividades examinadas são desenvolvidas de forma regular, não apresentando informações referentes à data de término. É possível identificar que os serviços e projetos desenvolvidos pelas instituições de ensino superior intensificaram as ações já existentes, levando em conta os efeitos da pandemia na saúde mental dos alunos (IOC/FIOCRUZ, 2022).

A exemplo disso, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) disponibiliza

em sua página oficial o serviço de Acolhimento e Orientação Psicológica Online<sup>49</sup>. Os dados analisados apresentam justificativa para o desenvolvimento das ações baseando-se na Pandemia de Covid-19, porém não traz dados referentes à saúde mental discente anteriores ou posteriores a tal evento. Apresenta-se somente como suporte para os que vivenciaram dificuldades advindas do isolamento social no período. Desta forma, não há clareza se a atividade ainda está sendo desenvolvida, visto o retorno das aulas presenciais e o fim do isolamento social no país, conforme passagem “no contexto do isolamento social, faz-se necessário a criação de estratégias para ofertar cuidados psicológicos aos estudantes, especialmente, aos estudantes da Assistência Estudantil” (UFMT).

As 8 universidades que criaram atividades durante a pandemia ilustram uma adaptação às circunstâncias extraordinárias. No entanto, a existência prévia de atividades em 31 universidades também sublinha a continuidade da importância da saúde mental no ambiente acadêmico, independentemente da pandemia. Além disso, foi constatado que as instituições criaram outras atividades estratégicas em decorrência do momento de emergência sanitária vivenciado, sobretudo com ênfase em atividades online, em face do risco de contaminação pelo contato direto.

**Quadro 4 - Dados sobre o período em que as universidades iniciaram atividades voltadas para saúde mental discente**

Universidade	Período de criação
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	Posterior à Pandemia
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)	Posterior à Pandemia
Universidade De São Paulo (USP)	Posterior à Pandemia
Universidade Federal de Lavras (UFLA)	Posterior à Pandemia
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)	Posterior à Pandemia
Universidade de Taubaté (UNITAU)	Posterior à Pandemia
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	Posterior à Pandemia
Universidade Federal de Rondonópolis (UFR)	Posterior à Pandemia

<sup>49</sup> Disponível em: [https://www.ufmt.br/pro-reitoria/prae/pagina/saude/172#top\\_page](https://www.ufmt.br/pro-reitoria/prae/pagina/saude/172#top_page)

Universidade de Brasília (UNB)	Anterior à Pandemia
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	Anterior à Pandemia
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)	Anterior à Pandemia
Universidade Federal Fluminense (UFF)	Anterior à Pandemia
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Anterior à Pandemia
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	Anterior à Pandemia
Universidade Federal De São Paulo (Unifesp)	Anterior à Pandemia
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Anterior à Pandemia
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Anterior à Pandemia
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	Anterior à Pandemia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	Anterior à Pandemia
Universidade Federal do Sergipe (UFS)	Anterior à Pandemia
Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)	Anterior à Pandemia
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Anterior à Pandemia
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Anterior à Pandemia
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	Anterior à Pandemia
Universidade Federal do Pará (UFPA)	Anterior à Pandemia
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	Anterior à Pandemia
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Anterior à Pandemia
Universidade do Tocantins (UNITINS)	Anterior à Pandemia
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Anterior à Pandemia
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	Anterior à Pandemia
Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Anterior à Pandemia
Universidade do Amazonas (UFAM)	Anterior à Pandemia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Anterior à Pandemia
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Anterior à Pandemia
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)	Anterior à Pandemia
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)	Anterior à Pandemia

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	Anterior à Pandemia
Universidade Federal de Catalão (UFCAT)	Anterior à Pandemia
Universidade Federal do Cariri (UFCA)	Anterior à Pandemia

Fonte: produzido pela autora para fins de pesquisa (2024)

No contexto da pandemia, as ações desenvolvidas pelas universidades públicas voltadas para o enfrentamento de questões relacionadas à saúde mental são essenciais, especialmente à luz das características próprias do neoliberalismo que moldam políticas e práticas sociais (Laval; Dardot, 2006). A racionalidade neoliberal promove uma série de transformações na estrutura social que contribuem para o aumento dos problemas de saúde mental, e é dilatada durante a pandemia.

Uma das características do neoliberalismo é a ênfase no individualismo e na responsabilidade pessoal. O neoliberalismo promove uma lógica de competitividade e produtividade, que afeta as relações pessoais, assim como a organização do ensino superior. Pressões por desempenho, precarização do trabalho e incerteza econômica são comuns em sociedades onde políticas neoliberais são predominantes. Esses fatores foram intensificados pela crise pandêmica, aumentando o estresse e a vulnerabilidade emocional das pessoas.

As respostas dadas pelas universidades corroboram com a lógica individualizadora neoliberal que trata problemas sociais como questões individuais, responsabilizando o sujeito por sua condição.

#### **4.4 – Desenvolvimento das ações e realização de pesquisa a partir das atividades institucionais**

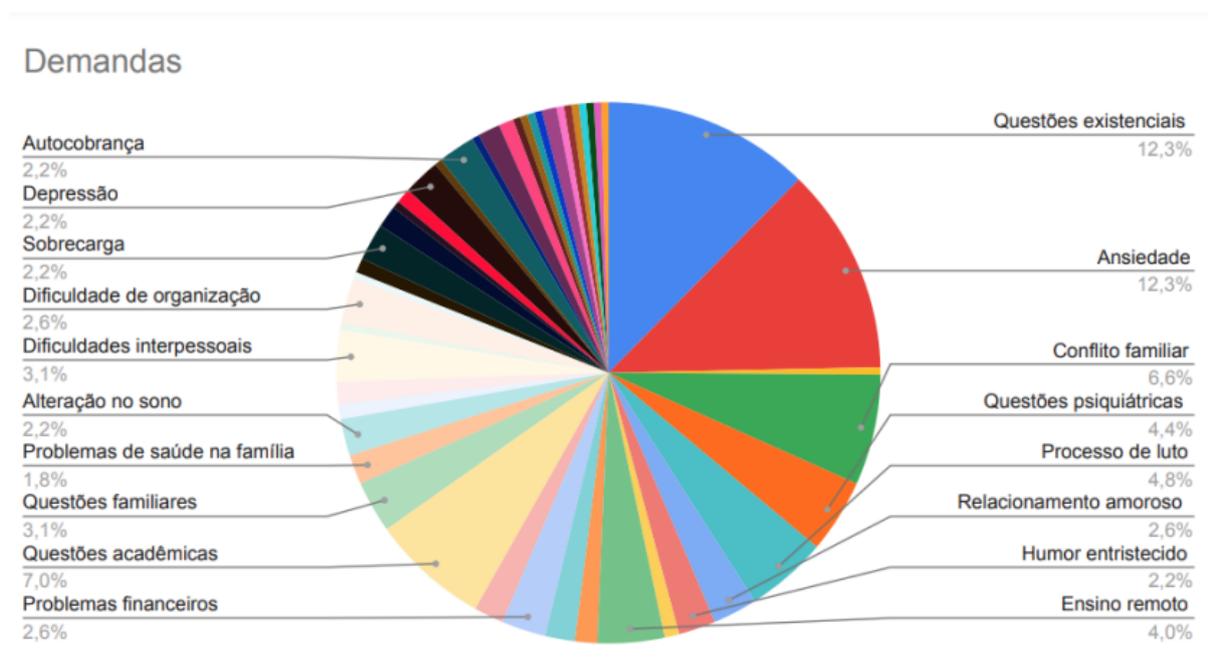
A partir das reflexões apresentadas por Minayo (1998), define-se o eixo III - Desenvolvimento e pesquisa a partir das atividades desenvolvidas, com objetivo de compreender de que forma as instituições desenvolvem pesquisas baseadas nas informações coletadas nos atendimentos voltados para saúde mental realizados aos estudantes.

Na análise realizada ao longo do processo de pesquisa, verificou-se que apesar do número significativo de universidades apresentarem atividades que busquem atender os discentes no que se refere ao aspecto psíquico, nenhuma instituição socializou em seus sites dados sistematizados sobre a saúde mental dos alunos. Destarte, não se pode afirmar que a maior parte se restringe a oferecer serviço de apoio psicológico pontual e focado no aluno, sem traçar nenhum diagnóstico e dados referentes à realidade dos estudantes ou se esses dados existem, mas não foram socializados. Assim como, não foram encontrados resultados de pesquisas relacionados às atividades que apresentassem dados quantitativos ou qualitativos relativos aos atendimentos realizados.

Os registros oportunizam a identificação de necessidades, possibilitando a criação de fluxos, a identificação do processo histórico, análises dos resultados e impactos da ação. Assim, o registro possibilita o processo de avaliação para ajustes e melhoria da atividade desenvolvida, servindo de subsídio para construção, execução e avaliação de novas propostas de intervenção (Minayo, 1998).

A pesquisa identificou que somente a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) disponibiliza um gráfico com números referentes às demandas que chegam ao setor, nele constam: o município de moradia do aluno, curso em que está matriculado e turno de estudo na instituição. Cabe aqui apresentar o gráfico que retrata as principais demandas dos alunos atendidos no serviço.

**Gráfico V** - Demandas identificadas nos atendimentos realizados pelo Setor de Apoio Psicológico (SEPSI) da UNIRIO



Fonte: Gráfico elaborado e disponibilizado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, consta no Relatórios de atendimento - SEPSI - 2022.

Nota-se que o gráfico traz demandas diretamente ligadas a sofrimento psíquico e outros já relacionados a transtornos mentais, como depressão (2,2%), ansiedade (12,3%), sobrecarga (2,2%), alteração no sono (2,2%), autocobrança (2,2%), questões psiquiátricas (4,4%), humor entristecido (2,2%), que representam aproximadamente 30% da demanda total. É claro que as outras demandas também incidem na saúde mental, porém destacou-se as que já estão diretamente associadas. A elaboração de gráficos como esse apresentado são de suma importância para compreender a realidade vivenciada pelos estudantes e para auxiliar na elaboração de ações futuras.

Outro ponto com necessidade de destaque encontrado nas pesquisas é a dificuldade na localização de informações nos sítios institucionais. Em alguns sítios fazia-se necessário utilizar mais de um descritor para encontrar links que direcionassem para os serviços e atividades destinadas à saúde mental. Constata-se que alguns links estavam desatualizados, por exemplo, alguns possuíam informações

referentes ao isolamento social, sem qualquer atualização no pós pandemia que teve retomada das atividades presenciais.

Essa dificuldade de encontrar informações, devido à ausência de atualização dos conteúdos, sugere a falta de planejamento e investimentos na temática da comunicação institucional, pois tal dificuldade compromete a participação e conhecimento sobre os serviços disponíveis na instituição para estudantes que necessitem de algum apoio. Desta forma, faz-se necessário maior dedicação das universidades no tocante a comunicação entre a instituição e os alunos, realizando atualizações periódicas de seus websites, pois a comunicação, a educação e a divulgação de informações são instrumentos essenciais para a democratização do acesso e desenvolvimento de práticas em saúde.

No que se refere aos tipos de documentos que instituem o funcionamento das atividades, foram encontrados na pesquisa 65 (sessenta e cinco) atividade que contam com comunicados, 23 (vinte e três) apresentam portarias publicadas, 6 (seis) possuem resoluções e 1 (um) disponibiliza edital de seleção. Sobre o comunicado, foram considerados aqueles que possuem página online referente à atividade desenvolvida pela universidade. Nota-se que a maioria das instituições se restringem a criar e manter o website, sem apresentar documentos institucionais que normatizam o funcionamento do serviço.

A exemplo da ausência de dados, a Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)<sup>50</sup> apresenta indicadores sociais que implicam no tempo maior que os alunos levam para concluir os cursos na universidade, porém não os apresenta com clareza e nem traz referências sobre tais dados. Ainda que esses indicadores justifiquem a intervenção nas questões que levam à permanência dos alunos por mais tempo na universidade do que o previsto, a instituição não divulga dados sobre a realidade dos estudantes matriculados.

Considerando que os indicadores sociais de Alagoas são altamente desfavoráveis e permanecem assim por um longo período de tempo, há uma necessidade real de intervenção. Dessa forma, a UNEAL em sua política preza pelo atendimento às expressões da questão social que produzem impactos negativos na subjetividade dos estudantes e que comprometem seu desempenho acadêmico. (UNEAL)

---

<sup>50</sup> O website referido está disponível em <https://uneal.edu.br/pro-reitorias7/proine/nucleo-de-apoio-psicossocial>

Conclui-se que a pesquisa é indispensável para avaliação da efetividade, pois o processo investigativo traz questionamentos acerca dos objetivos, das ações desenvolvidas, de modo a avaliar sua capacidade de dar respostas às demandas que emergem da realidade, que é dinâmica (Baptista, 2000, p. 32).

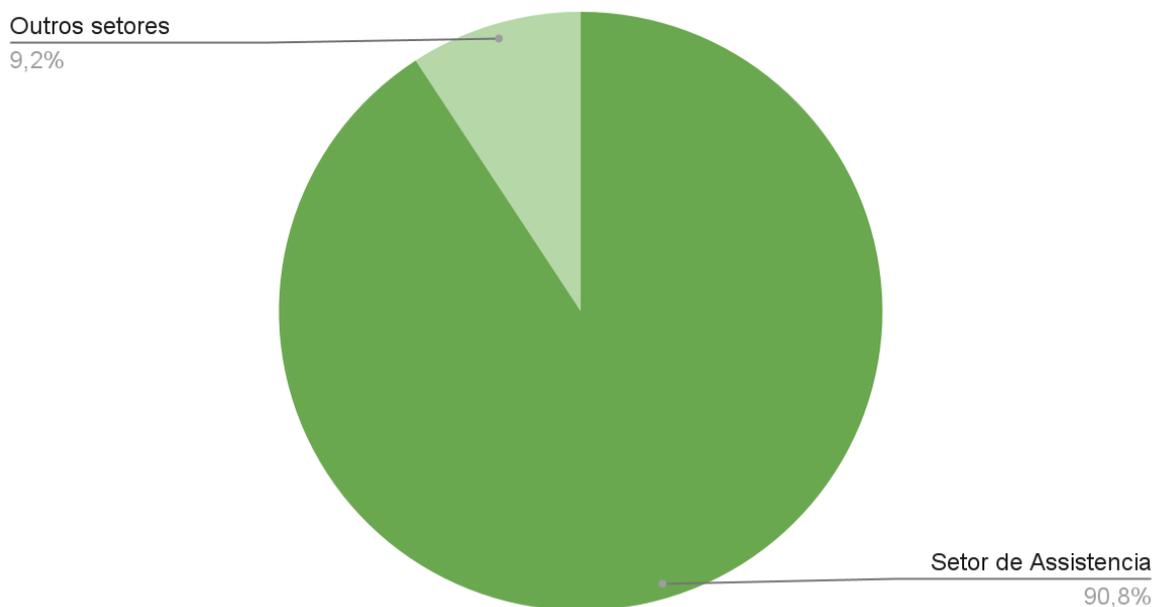
A ausência de referências aos dados nos sites pode ser somente uma opção de socialização de informações relativas aos projetos e ações realizadas, sem necessariamente configurar que as atividades não se apoiem em estatísticas e pesquisas. Mas cabe sinalizar que para além desta possível limitação de acesso à informação, qualquer que seja a justificativa a sua ausência compõem, a partir do quadro analítico desta pesquisa uma tendência de não consideração da dinâmica socioinstitucional da vida universitária como um fator determinante das condições de sofrimento e adoecimento do corpo discente.

#### **4.5 - A vinculação entre os projetos analisados e a Política de Assistência Estudantil**

Outro ponto de análise diz respeito ao eixo IV - A vinculação entre os projetos analisados e a Política de Assistência Estudantil, no qual foi identificado que a maior parte dessas atividades estão vinculadas ao serviço de assistência estudantil, no qual das 76 (setenta e seis) universidades que desenvolvem atividade direcionada para atendimento em saúde mental aos alunos, 70 (setenta) estão vinculadas a setores de Assistência Estudantil.

**Gráfico VI** - Relação de universidades que apresentam atividades voltadas para saúde mental discente ligados ao setor de Assistência Estudantil

76 atividades encontradas



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados levantados na pesquisa (2024)

A PNAES tem como objetivo promover a igualdade de oportunidades no acesso e na permanência dos estudantes na educação superior, buscando mitigar as desigualdades socioeconômicas e proporcionar condições para que todos os estudantes possam desenvolver seu potencial acadêmico (Araújo; Bezerra, 2007).

O PNAES se efetiva por meio de ações de assistência estudantil vinculados ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão destinadas aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Universidades Federais, tendo como finalidade a ampliação das condições de permanência e conclusão de curso dos jovens na educação superior (ANDIFES, 2011, p. 10).

Sabe-se que o PNAES é criado após a reforma administrativa, executada no Brasil a partir da década de 90, que vem marcada pela racionalidade neoliberal, que também se reflete no campo da educação superior, com aspectos inerentes a essa racionalidade: a competitividade, a individualização, a mercantilização de todas as esferas da vida, a flexibilização das relações trabalhistas e a desresponsabilização do Estado com as políticas sociais.

A condução da Política de Assistência ao Estudante Universitário e as mudanças por que passam na atualidade, imbricadas na reforma do ensino superior, derivam desse processo sob a influência da tendência neoliberal, em seus reflexos nas reformas do Brasil atual (Araújo; Bezerra, 2007, p. 1).

A combinação de assistência estudantil e serviços de saúde colabora para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes, proporcionando-lhes o apoio necessário para lidar com os desafios durante o período acadêmico.

A reflexão apresentada no presente eixo, nos sugere que as instituições reconhecem que demandas de saúde precisam ser compreendidas e acolhidas com objetivo de amenizar os efeitos e garantir a manutenção dos alunos no ambiente acadêmico, conforme previsto pela PNAES no seu artigo 3º, cujo texto versa sobre as ações de assistência estudantil colocando a saúde como área de intervenção.

[...] há que se preocupar ainda com outros fatores que perpassam a vida deste público que angaria os serviços sociais da instituição, quais sejam: acesso à saúde, ações que promovam e/ou propiciem acesso à cultura, ao lazer, ao acompanhamento pedagógico, não desconsiderando as demais orientações contidas no Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES) (Oliveira; Vargas, 2012, p. 128).

No geral, os serviços se apresentam como suporte para os alunos a fim de promover a igualdade de oportunidades entre os estudantes, dar suporte a adaptação e colaborar para a melhoria do desempenho acadêmico. A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)<sup>51</sup> e a Universidade de São Paulo (USP)<sup>52</sup> sinalizam tais

---

<sup>51</sup> O endereço eletrônico do website é <https://www.ufrb.edu.br/propaae/component/chronoforms5/?chronoform=ver-servico&id=15&Itemid=893>

<sup>52</sup> O endereço eletrônico referente ao programa está disponível em <https://prip.usp.br/apresentacao-saude-mental/>

objetivos na descrição das suas atividades:

promovendo ações de cuidado com foco na saúde mental do estudante universitário com a finalidade de auxiliá-lo em seu processo de adaptação ao contexto universitário e permanência com qualidade de vida (UFRB)

e

objetivo desenvolver ações relacionadas à convivência, ao bem-estar social e à saúde mental no campus [...] políticas incluem em seu escopo a saúde integral, com especial atenção à saúde mental, as questões socioeconômicas, étnico-raciais, culturais e de gênero, assim como de acessibilidade para pessoas com deficiências, garantindo a consolidação do pertencimento, respeitadas as suas singularidades. (USP)

Desse modo, evidencia-se que a PNAES é de suma importância para o estabelecimento e manutenção das atividades voltadas para saúde mental discente. Nota-se que majoritariamente essas atividades ocorrem e são mantidas em decorrência dessa política.

Contudo, cabe destacar que nem todos os estudantes são abrangidos pela assistência estudantil, uma vez que se trata de uma política focalizada. Isso reforça a preocupação de que casos de sofrimento e adoecimento psíquicos possam ser identificados apenas entre os estudantes que utilizam os serviços de saúde das universidades, mediados pelas ações da PNAES.

#### **4.6 - A forma organização dos atendimentos aos discentes**

No tocante ao eixo V - A organização dos atendimentos aos discentes, nos chama atenção o fato das atividades desenvolvidas pelas universidades serem focadas nos indivíduos, com atendimentos individuais, e não no coletivo. Tal formato não trata a questão de saúde mental como um problema comum nas instituições e na sociedade. Há, portanto, uma tendência de as universidades tratarem de forma isolada as questões apresentadas pelos discentes (Maia, 2022).

**Quadro 5** - Levantamento das ações desenvolvidas pelas universidades públicas focadas em atendimentos individuais.

Universidade	Trecho retirado do website institucional
Universidade de Brasília (UNB)	“consiste no atendimento psicológico individual do estudante, servidor técnico ou docente a fim de evitar seu agravamento ou cronificação, priorizando os que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica”
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	“Consiste em uma abordagem de acompanhamento psicológico breve que se dá em encontros semanais e tem por objetivo proporcionar suporte psicológico aos estudantes que apresentam perda de qualidade na vida acadêmica em decorrência de sofrimento ou conflito psicológico.”
Universidade de Rio Verde ((UNIRV)	“[...] será realizado mediante modalidade de intervenção psicológica emergencial, individual, breve e de procura espontânea pelo discente.”
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	“O atendimento individual em psicologia escolar/educacional ocorre na forma de acolhimento, em um processo breve e focal.”
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)	"O objetivo é acolher o aluno, em uma determinada situação, auxiliando-o a ter uma visão mais clara de si mesmo e de sua perspectiva ante a experiência vivida que gerou o pedido de ajuda.”
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	“A UFOP oferece o acolhimento psicológico individual com caráter pontual e breve.”

Fonte: dados levantados pela autora para fins de pesquisa (2024)

Os autores Montaño e Duriguetto apresentam passagem referente a texto produzido por Hayek, precursor do pensamento neoliberal, onde é afirmado a necessidade de redução do Estado diante das desigualdades sociais e o estímulo à concorrência como motor para prosperidade:

É importante que, na ordem de mercado (enganosamente chamada de “capitalismo”) os indivíduos acreditem que seu bem-estar depende, em essência, de seus próprios esforços e decisões [e não do esforço do Estado]. De fato, poucas coisas infundirão mais vigor e eficiência a uma pessoa que a

crença de que a consecução das metas por ela mesma fixadas depende sobretudo dela própria. (Hayek, 1985, p. 93 apud Montanõ; Duriguetto, 2011, p.63).

A disciplina pautada pela racionalidade neoliberal somente se mostra possível através de uma pauta, que se constitui ao longo dos anos, fundamentada no individualismo acentuado e na fragilidade econômica dos indivíduos (Paulani, 2016). O neoliberalismo faz com que a manifestação do sofrimento individual não seja correlacionada pela crise vivenciada pela sociedade, o que acaba culpabilizando os indivíduos por sua situação, ignorando que tais sofrimentos são multifatoriais e consequências de uma lógica de competição, meritocracia e individualismo (Laval; Dardot, 2016). Num ambiente competitivo, o sofrimento psíquico entre estudantes se torna solitário. Sua condição é conferida a circunstâncias relacionadas exclusivamente à sua condição de estudantes (Venturini, 2016).

A exemplo disso, a Universidade Federal Fluminense (UFF)<sup>53</sup> tem suas ações focadas no acolhimento individual aos estudantes e com quantidade de atendimentos pré-definidas:

O atendimento de escuta psicológica é realizado pelos psicólogos da Divisão de Atenção à Saúde do Estudante (DASE) na modalidade de escuta pontual (de 1 a 3 atendimentos) aos alunos, regularmente matriculados nos cursos presenciais da universidade (UFF)

Ao contrário do que as universidades vêm propondo e realizando, Santos (2006, 2010) destaca a importância de privilegiar atividades grupais nas atividades de prevenção e promoção em saúde, destacando que esses espaços se constituem em instrumento de intervenção coletiva e interdisciplinar, que tem como objetivo construir relações sociais de cooperação, a fim de estabelecer vínculos<sup>54</sup> e desenvolver a autonomia dos sujeitos.

O trabalho com grupos pode trazer resultados mais consistentes, a possibilidade de se vivenciar a cooperação, fortalecendo vínculos entre os membros; pode ser também um caminho para a participação na defesa e conquista de direitos. Para tanto é fundamental que dentre vários outros aspectos, o profissional conheça e domine como se dá o processo grupal e não somente discuta temas de interesse do grupo (Siqueira, 2008, p.2)

---

<sup>53</sup> O endereço eletrônico referente ao serviço disponibilizado pode ser encontrado em <https://www.uff.br/?q=apoio-escuta-psicologica>

<sup>54</sup> Segundo a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), o vínculo significa a construção de relações de afeto e confiança entre os sujeitos envolvidos, que se constitui ao longo do tempo, possibilitando o processo de corresponsabilização pela saúde.

Segundo Ferreira Neto (2018), um dos efeitos de trabalhos em grupo é a criação de espaços de sociabilidade, no qual é possível encontrar maneiras de estabelecer laços de amizade e solidariedade. Nota-se que essas práticas vão de encontro aos efeitos do neoliberalismo, que afasta os sujeitos, colocando-os em relações de disputa e de isolamento.

Posto isto, observa-se que a forma de prestar apoio aos estudantes segue a racionalidade neoliberal, focada na individualização de problemas sociais. Na universidade, o modelo de gestão gerencialista coloca estudantes, institutos, cursos em constante competição (Mancebo; Franco, 2003).

#### **4.7 - Análise das ações desenvolvidas pelas universidades públicas**

O crescimento global do número de indivíduos diagnosticados com transtornos mentais (OMS, 2017) é um sintoma patológico nos indivíduos de uma nova razão, uma razão fomentada pelo neoliberalismo (Maia, 2022). O crescimento do fenômeno relacionado aos adoecimentos psíquicos pode ser compreendido como reflexo das condições socioeconômicas decorrentes do neoliberalismo, que promove a precarização do trabalho, incentiva a competitividade exacerbada, fomenta a excessiva produtividade individual em detrimento do bem-estar coletivo (Dardot; Laval, 2016). O neoliberalismo reorienta todas as esferas da vida social, alavancando uma cultura de auto responsabilização, no qual problemas estruturais, próprios de uma sociedade fundada na desigualdade, são reiteradamente tratadas como falhas individuais.

O neoliberalismo, ao enfraquecer a seguridade social, reduzir os investimentos em políticas públicas e desvalorizar as redes de apoio e solidariedade, coopera para uma conjuntura onde o sofrimento psíquico é potencializado (Lima, 2013). A cobrança em torno de alcançar metas, a instabilidade financeira e no emprego são fatores que colocam os indivíduos em vulnerabilidade. Nesse cenário, os transtornos mentais emergem não como uma manifestação individual, mas, sim, como reflexo das contradições intrínsecas ao neoliberalismo. Esse processo de individualização é

percebido na forma com que as instituições desenvolvem atividades e organizam o atendimento aos discentes, no qual privilegiam atendimentos individuais, por tempo pré-estabelecido.

Observa-se a partir dos elementos reunidos na pesquisa que as universidades operam sob princípios neoliberais, priorizando eficiência e competição em detrimento das necessidades dos sujeitos (Paulani, 2016). Nesse ambiente de tensão, a saúde mental dos estudantes pode ser impactada de várias maneiras, incluindo aumento da pressão por desempenho, necessidade de adaptação rápida e sensação de inadequação (Maia, 2022).

A Universidade regida pelo logos do desempenho produtivista sequestra a subjetividade de seus sujeitos, usando seus controles mais sutis para continuar transformando subjetivamente os sujeitos que a compõem, criando uma subjetividade adequada para o culto do desempenho propagado pela ideologia produtivista. (Maia, 2022, p. 128)

Com base nos eixos de análise da pesquisa, verifica-se que as atividades institucionais voltadas para a saúde mental dos discentes, a partir da razão neoliberal, refletem um esforço para mitigar os sintomas que se apresentam no ambiente acadêmico. No entanto, essas ações no geral não abordam as causas estruturais do sofrimento mental dos discentes, que estão profundamente enraizadas na lógica neoliberal que conduz a organização das universidades. Não se trata de negar a importância da emergência dos projetos e de suas ações, visto que expressam o reconhecimento do problema, mas de sinalizar a necessidade de que avancem na direção de ampliação da compreensão de outras determinações sociais.

Observa-se que, embora a maior parte das universidades públicas brasileiras ofereçam atendimentos voltados para saúde mental dos estudantes, esse apoio segue a lógica individualizadora caudatária de um tipo de organização dos serviços de apoio psicológico das universidades e que podem ser potencializados pela racionalidade neoliberal, que trata problemas sociais estruturais como problemas individuais, sem desenvolver de forma abrangente e coletiva a raiz do adoecimento mental dos alunos.

Embora tenha sido possível levantar dados significativos para análise, destaca-se a dificuldade de obter informações sobre as atividades desenvolvidas pela universidade nos sítios institucionais. Tal situação revela o pouco compromisso na divulgação e acesso dos alunos aos serviços ofertados. A pesquisa demonstrou número relevante de websites desatualizados ou com poucas informações sobre as

atividades em curso. Sobre a ausência de dados, destaca-se que os registros desempenham papel substancial no planejamento de ações futuras e no processo de avaliação das ações, tornando-se essencial a sistematização dos dados para traçar diagnósticos e na avaliação de resultados.

Outro ponto importante identificado é que a maioria das universidades tem suas atividades de saúde mental vinculadas ao setor de Assistência Estudantil. Assim, nota-se que a PNAES desempenha papel fundamental na atenção à saúde mental dos discentes, embora não expresse um caráter universal no cotidiano da vida universitária. Os serviços vinculados a PNAES fornecem suporte aos alunos, dando apoio para que possam lidar com as dificuldades econômicas, sociais, assim como, assistência também nos desafios que advém do ingresso no ensino superior.

Em síntese, é possível perceber a partir da análise realizada que as atividades desenvolvidas pelas universidades públicas ainda que não sejam explicitamente fundadas com base nos princípios neoliberais, muitas de ações reproduzem a forma de organização pautada na responsabilização individual para problemas estruturais, do mesmo jeito em que não refletem sobre seu papel diante do sofrimento discente. Deste modo, para que as atividades institucionais voltadas para a saúde mental dos estudantes sejam verdadeiramente eficazes, faz-se necessário integrar uma abordagem que questione e busque transformar a realidade, como também as condições estruturais impostas pela racionalidade neoliberal que permeia as instituições de ensino superior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É curioso produzir e pesquisar sobre algo que nos mobiliza, são tantos pensamentos e sentimentos que atravessaram a produção desse estudo, desde a leitura, o levantamento e análise de dados até a escrita dessa pesquisa. O ingresso no mestrado ocorreu quando ainda vivíamos medidas de distanciamento social, o que não permitiu desfrutar de aulas presenciais e nem conhecer todos colegas e professores pessoalmente, somente com o uso de aparelhos eletrônicos, sempre por através de telas. Apesar da inevitável distância física, ainda assim, foi possível estabelecer relações afetivas com outros alunos através das redes sociais e aplicativos de mensagens.

No decorrer desse período, o que mais chama atenção nos contatos com os outros estudantes são as falas sobre cansaço, falta de interesse e, às vezes, até mesmo arrependimento pelo ingresso na pós-graduação. Muitas vezes são levantadas questões como “a universidade não consegue lidar com o aluno-trabalhador”, “não há espaço para expor minha dificuldade, falta diálogo” ou “a pós-graduação não é pra mim”. Além disso, em breves conversas com pessoas que passaram ou que ainda estão cursando pós-graduação, quase sempre o discurso é o mesmo: “período difícil e cansativo, que prejudicou a minha saúde mental”. Mas, o questionamento que fica é: por que tantas queixas e apontamentos sobre saúde mental? Seria impossível que a experiência na universidade, sobretudo na pós-graduação, fosse prazerosa e não penosa? É angustiante estar em contato com tanta insatisfação e sofrimento em um momento que não deveria ser arrependimento, mas, sim, de crescimento, de ampliação de redes afetivas, de construção de conhecimento e, quiçá, autoconhecimento. O acesso à universidade é um marco na vida de qualquer pessoa, ter nesse espaço momentos de acolhida e reconhecimento deveria ser mais rotineiro e estimulado para que qualquer estudante pudesse se sentir pertencente e capaz de alcançar seus objetivos e sonhos.

Como exposto, o interesse pela temática advém de uma experiência profissional prévia em que o contato com alunos em intenso sofrimento psíquico era rotineiro em uma das unidades de saúde mental da UERJ. No entanto, hoje, também escrevo sobre quem experimentou estar no lugar de aluno e do contato mais próximo com pessoas na mesma condição. Acredito que a temática sempre despertará

reflexões sobre como a organização da sociedade prejudica a saúde mental da população, assim como, a necessidade de compreendermos os motivos pelos quais os sujeitos inseridos na dinâmica do ensino superior apresentam índices maiores de adoecimentos mentais se comparados aos que não estão vinculados a alguma IES (Corrêa *et al*, 2022)

Posto isto, o pressuposto do estudo realizado foi a discussão acerca de como as IES públicas brasileiras se organizam frente aos adoecimentos psíquicos apresentados pelos estudantes, tendo como base de reflexão que o modelo de gestão gerencialista reforça e provoca sofrimento psíquico nos alunos da educação superior pública.

Fundado na pesquisa produzida e nas mediações realizadas, aponta-se que no desenvolvimento do presente trabalho houve possibilidade de refutar ou afirmar a hipótese levantada inicialmente, sendo possível atender aos objetivos dos estudos. Nesse estudo foi identificado que o neoliberalismo enquanto estágio corrente hegemônico promove ajustes no modo de produção e organização da sociedade, em um processo de contrarreforma do Estado que cumpre as diversas determinações dos organismos multilaterais e internacionais (Anderson, 1995). Outrossim, constatou-se que esse estágio promove mudanças que vão muito além de uma nova forma de organização da economia e das instituições, no qual a “privatização, desregulamentação e desnacionalização da educação farão parte da pauta política dos organismos internacionais para os países periféricos” (Lima, 2005, p.90). Ele representa uma nova racionalidade dominante, visto que permeia todas as esferas da vida social, provocando mudanças na forma com que as pessoas se relacionam entre si, como também na forma com que os indivíduos se relacionam consigo mesmo (Dardot; Laval, 2016). Nota-se, portanto, uma nova perspectiva de produção das subjetividades, no qual a dinâmica induz os sujeitos a uma lógica de concorrência veloz e de intensa individualização. Da mesma forma, pretende-se manter privilégios, tendo a meritocracia como justificativa para o sucesso e fracassos, há uma ultra responsabilização dos indivíduos, num cenário de precarização e diminuição da proteção social (Maia, 2022). Essas mudanças atreladas às crises cíclicas do capital, a crescente precarização do trabalho, a redução do papel do Estado face à questão social e ao desmonte das políticas sociais incidem negativamente nas condições de saúde mental da classe trabalhadora (Antunes, 2015).

Não obstante, observou-se que essa realidade perversa reflete em índices alarmantes referentes às condições de saúde da população como um todo, porém os

dados demonstram que os indivíduos inseridos no contexto da educação superior vêm apresentando maior incidência de transtornos mentais. Conforme o estudo realizado neste trabalho, sabe-se que a saúde mental é multifatorial, onde se incluem diversos fatores sociais, experiências de vida, características da personalidade, questões culturais, conflitos familiares, entre outros. Todas essas variantes influenciam nas emoções e nas formas como as pessoas sentem e lidam com os acontecimentos da vida cotidiana. Por isso, superar as condições que refletem na saúde requer mediações para compreensão das particularidades e da totalidade que envolvem o fenômeno apresentado.

Torna-se evidente a partir dos dados apresentados, que os índices relacionados à saúde psíquica dos estudantes da educação superior é um problema real e urgente de saúde pública no Brasil. Os alunos, mesmo que com desejo de estar no ambiente universitário, são impactados pelas mudanças em decorrência ao ingresso e pelo modo de funcionamento das IES, que notadamente trazem tensões para os indivíduos. As alterações advindas do ingresso tais como afastamento da família e ou rede de apoio, ambientação ao convívio com grupos sociais diferentes, excesso de atividades, adaptação a uma nova rotina de trabalhos e leitura próprios do ensino superior provocam angústias e inquietações (Almondes; Araújo, 2003). Assim, a organização do ensino superior, devido ao seu modelo de gestão voltado para resultados, à individualização das dificuldades encontradas no percurso da formação pode vir a afastar os alunos da academia, uma vez que há pouco ou nenhum espaço para acolhimento de questões relacionadas à saúde mental.

Embora estudos e pesquisas apontem que os estudantes estão adoecidos, e que fatores acadêmicos podem ter relação com esse adoecimento, observa-se que as universidades desenvolvem atividades centradas no atendimento pontual e individual aos sujeitos, que demonstra clara referência a racionalidade neoliberal que individualiza e distancia cada vez mais as pessoas da coletividade (Venturini, 2016). Nos projetos analisados, em sua maioria, há pouca produção teórica e aprofundamento do papel e responsabilidade da universidade frente a situação desses estudantes. As atividades desenvolvidas pelas universidades públicas brasileiras não fazem uma análise e autocrítica sobre como seu funcionamento pode fomentar diversos estressores que ameaçam a saúde mental dos alunos. A autora Chauí versou sobre como as IES esvaziam sua função social após a Reforma do Estado, tornando-se organizações sociais pautadas no seu próprio funcionamento, no

qual “a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição” (Chauí, 2003, p. 24).

Os dados levantados na pesquisa apontam que as condições de saúde discente já eram preocupantes antes mesmo da pandemia de COVID-19, visto as informações anteriores disponibilizadas em publicações da ANDIFES, no entanto, novas pesquisas indicam que a pandemia exacerbou tal realidade. Faz-se importante salientar que a pesquisa desenvolvida a partir dos sítios institucionais das universidades públicas brasileiras mostrou-se frágil, visto que inúmeros websites se encontram desatualizados e com poucas informações, o que limitou o levantamento de dados. Em decorrência disso, a pesquisa também demonstrou um crescimento nas atividades institucionais voltadas para o sofrimento discente no período pós pandemia, entretanto, apesar de relevantes, são atividades paliativas, já que somente mudanças na estrutura da sociedade podem transformar a realidade social a fim de diminuir o sofrimento decorrente de uma lógica que busca transformar tudo em mercadoria com objetivo de obter lucro a qualquer custo.

Por fim, espera-se que a discussão a partir dos dados apresentados nesta pesquisa sirva para aprofundar o conhecimento acerca das questões referentes a forma com que as universidades identificam e lidam com o sofrimento psíquico dos alunos. Destaca-se a necessidade das IES, sobretudo as universidades, direcionarem os olhares para a realidade dos estudantes frente à organização da academia. É fundamental que as atividades desses serviços não apenas sirvam de subsídios para repensar o modelo de gestão da instituição e da sociedade, mas também promovam atividades coletivas que fomentem a colaboração, o engajamento comunitário e a construção de redes de apoio entre os estudantes e a comunidade acadêmica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCADIPANI, R. Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação acadêmica. **Caderno EBAPE**. BR. Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 1174-1178, dez. 2011
- ALMONDES, K. M.; ARAÚJO, J. F. Padrão do ciclo sono-vigília e sua relação com a ansiedade em estudantes universitários. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 1, p. 37-43, 2003.
- ALVES, A. A. M., & RODRIGUES, N. F. Determinantes sociais e econômicos da saúde mental. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, v. 28, n.2, p. 127-131, 2010.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais Ensino Superior. V **Pesquisa do perfil socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES**, 2018. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf> / . Acesso em 23 de out. de 2022.
- ANDRADE, A. S., TIRABOSCHI, G. A., ANTUNES, N. A., VIANA, P. V. B. A., ZANOTO, P. A., CURILLA, R. T. **Vivências acadêmicas e sofrimento psíquico de estudantes de psicologia**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 36, p. 831-846, 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932016000400831&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000400831&lng=pt&tlng=pt)
- ANTUNES, R., PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, n.123, pp. 407-427, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 11. ed. São Paulo: Boitempo, 2009 e 2013.
- ARAÚJO, F.J.O. L.S.A. de LIMA, P.I.M. CIDADE, C.B. NOBRE, M.L.R. NETO. Impact of sars-Cov-2 and its reverberation in global higher education and mental health. **Psychiatry Research**, v. 288, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165178120307009?via%3Dihub>
- ARAÚJO, F. S. de; BEZERRA, J. C. B. **Tendências da Política de Assistência ao Estudante no contexto da Reforma Universitária Brasileira**. 2007.
- BARBOZA, D., PEREIRA, T., VALE, A. O Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional e a universidade pública. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, vol. 139, pag. 550-560, 2020.

BARRETO, M. L. Por uma epidemiologia de saúde coletiva. **Rev Bras Epidemiol**, 1: 104-30, 1998.

BARRETO, M. M. S. Assédio moral: a violência sutil - análise epidemiológica e psicossocial no trabalho no Brasil. 2005. 236 f. **Tese (Doutorado em Psicologia)** - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARROCO, M. L. S. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade** [online]. n. 143, p. 12-21, 2022.

BAPTISTA, M. V.. **Planejamento social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2000.

BEHRING, E. R.. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_, E; BOSCHETTI, I. **Política Social**: Fundamentos e História. Biblioteca Básica do Serviço Social. v.2. São Paulo: Cortez, 2011

BRASIL. **Decreto no 7.234**, de 19 de julho de 2010. PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília (DF), 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)> Acesso em: 25 de ago. de 2022.

\_\_\_\_\_. **Decreto no 12.711/12**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-normaatualizada-pl.pdf>> Acesso em: 21 de out. de 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 20 de out. de 2022.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2010**: notas estatísticas. Brasil.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Sinopse Estatística da Educação Superior 2020**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>>. Acesso em: 10 out. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília, Imprensa Nacional, 1995.

\_\_\_\_\_, Ministério da Previdência Social, 2012. **Informativo Eletrônico da Previdência Social**, nº 59. fev. 2023. Disponível em: <[http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/4\\_120326-105114-231.pdf](http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/4_120326-105114-231.pdf)>.

Casos de suicídio e depressão deixam universidades em alerta. **Carta Capital**, 23 de set de 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/casos-de-suicidio-e-depressao-deixam-universidades-em-alerta/>> Acesso em: 23 de out. de 2022.

BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C.; FREIRE, S. M. F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BORINE, R. C. C.; WANDERLEY, K. S.; BASSITT, D. P.. Relação entre a qualidade de vida e o estresse em acadêmicos da área da saúde. **Est. Inter. Psicol.** [online]. vol.6, n.1, pp. 100-118, 2015 .

CARVALHO, C. H. A. D. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, RJ, v. 18, n. 54, p. 761-776, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/pQPdZ9QyVRTz6qBym83HNxK/?lang=pt&format=pd>. Acesso em: 15 de out. 2020.

CARVALHO, J. J.; KIDO AILE, M.; CARVALHO, E.N.; COSTA, S.L. Sofrimento psíquico na universidade, psicossociologia e Encontro de saberes In: **Dossiê Saúde mental pela perspectiva das ciências sociais** • Sociedade. estado. vl. 35. Jan-Apr 2020.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. [online]. 2003, n.24, p.5-15.

CLAUDINO, J., CORDEIRO, R. Níveis de ansiedade e depressão nos alunos do curso de licenciatura em enfermagem. O caso particular dos alunos da escola superior de saúde de Portalegre. **Millenium - Journal of Education, Technologies, and Health**, (32), 197–210. 2016.

CERCHIARI, E. A. N.; CAETANO, D.; FACCENDA, O. Prevalência de transtornos mentais menores em estudantes universitários. **Estudos de Psicologia**, v. 10, n. 3, p. 413-420, 2005.

\_\_\_\_\_, E. A. N. Saúde mental e qualidade de vida em estudantes universitários. Campinas, 2004. **[tese de doutorado]**. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2004

CORRÊA, R., CASTRO, H., FERREIRA, R., JORGE, T., STEPHENS, P. The perceptions of Brazilian postgraduate students about the impact of COVID-19 on their well-being and academic performance. In: **International Journal of Educational Research Open**. Vol. 3, 2022.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COELHO, I. M. **Realidade e utopia na construção da universidade**: memorial. Goiânia: UFG, 1996.

CORTE, M. G. D.; SARTURI, R. C.; MOROSINI, M. C. **Apresentação Dossiê Organismos multilaterais e políticas públicas no cenário da educação básica e superior**: diretrizes, desafios e práticas. Roteiro, [S. l.], v. 43, n. 1, p. 15–20, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/16888>. Acesso em: 12 maio. 2023.

COSTA, C. F. ; GOULART, S.. Capitalismo acadêmico e reformas neoliberais no ensino superior brasileiro. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 13, p. 396-409, jul./set. 2018.

COUTINHO, C N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

DAL ROSSO, S. Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços. **Cad. CRH**. Salvador, v. 27, n. 70, p. 75-89.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DEJOURS, C. **Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações**. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1993.

\_\_\_\_\_. **A loucura do trabalho**: estudo de Psicopatologia do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1992.

DIAS, C.A. M, SIQUEIRA. MORAIS, A. GOMES, K. Ideologia gerencialista e adoecimento mental no trabalho: uma análise crítica. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2019, vol. 22, n. 2, p. 185-198.

DUNKER, C. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

ESPERIDIÃO, E.; BARBOSA, J. A.; SILVA, N. D. S. e MUNARI, D. B. A saúde mental do aluno de Enfermagem: revisão integrativa da literatura. SMAD, **Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.** (Ed. port.) [online]. 2013, vol.9, n.3, p.144-153.

ESTEVES, T. J.; SOUZA, J. S. O papel dos organismos internacionais na reforma gerencial da educação brasileira: os sistemas de avaliação educacional em larga escala como instrumentos da pedagogia política do capital. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp. 1, p. 678-692, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13791>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FARIA, J. H. Realidade e seu conceito: comentários sobre a crítica ao "sequestro da subjetividade". *Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, 25(1), 269-282, 2019.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

\_\_\_\_\_, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

\_\_\_\_\_, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. Dominus editora, 1966.

FERREIRA NETO JL, KIND L. Práticas grupais como dispositivo na promoção da saúde. **Physis**. 2010; 20(4):1119-42.

FRASER, N., Jaeggi. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

FRIGOTTO, G. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, P; SILVA, T. T. **Neoliberalismo, qualidade total e educação** – visões críticas. Petrópolis: Vozes, 1994.

GAULEJAC, V. , 1946. **Gestão como Doença Social**: Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 2000a, 200b e 2002. v. 1, 2, 3, 4 e 5.

HARVEY, D. O Estado neoliberal. In: O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008, p. 75-96.

LAMEU, J. N.; SALZAR, T. L.; SOUZA, W. F. **Prevalência de sintomas de stress entre graduandos de uma universidade pública**. *Psic. da Ed.*, v. 42, p. 13-22, 2016.

LEHER, R. Um Novo Senhor da Educação? A Política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, Ed. 03, 1999.

LEMOS, D. V. S. Alienação no trabalho docente? O professor no centro da contradição. 280 f. 2007. **Tese (Doutorado em Sociologia)** - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

LIMA, K. Educação Superior Brasileira Nas Primeiras Décadas Do Novo Século. In: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. de (Orgs.). **Serviço Social e Educação**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

LIMA, R. Suicídios e a universidade produtivista. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ano 13, n. 149, p. 78-86, out. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/22070/11718>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

MAIA, H. **Neoliberalismo e sofrimento psíquico**: o mal-estar nas universidades. Recife, PE. Ed. Ruptura. 2022.

MANCEBO, D. **Políticas para a educação superior e cultura universitária**: o exercício da solidão no ideário neoliberal. 1998. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/21/MANCEBO.htm>>. Acesso em: 06 de nov de 2022.

\_\_\_\_\_, D. Educação superior no brasil: expansão e tendências (1995-2014). In: **37ª Reunião Anual da ANPEd**. 2015. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt11-3726.pdf>> Acesso em: 04 de nov de 2022.

\_\_\_\_\_, D. **Globalização e efeitos de subjetivação**. Logos: Comunicação E Universidade, v. 7, pág. 58-62, 2000. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/14826/11252>>

\_\_\_\_\_, D.; DO VALE, A.; BARBOSA M., T. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010, **Revista Brasileira de Educação**, vol. 20, núm. 60, enero-marzo, 2015, pp. 31-50 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Rio de Janeiro, Brasil

\_\_\_\_\_, D.; FRANCO, M. S. D. P. Trabalho docente: uma análise das práticas intelectuais em tempos de globalização. In: DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. (Org.). **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo, 2003, p. 191-204.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Série Os Economistas).

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo, SP: Boitempo: 1983.

MÁXIMO, M. E. 2021. **No desligar das câmeras**: experiência de estudantes de ensino superior com o ensino remoto no contexto da Covid-19. *Civitas*, 21 (2): 235-247, maio./ago. 2021

MENDES, J., WÜNSCH, D.; COUTO, B. Verbete proteção social. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002 e 2011.

\_\_\_\_\_, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_, I. **Reflexões e perspectivas das relações entre capital e educação**. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 27, n. 2, 533-540, 2009.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOLL, Roberto. **Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo**: duas faces da mesma moeda? [S. l.]: Unesp, 2015a. Disponível em: <<http://unesp.br/semdiplomacia/opiniaio/2015/43>> Acesso em: 15 maio 2023.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. Estado, Classe e Movimento Social. **Biblioteca Básica do Serviço Social**, v. 5. São Paulo, Cortez: 2011.

NEVES, L.W. A reforma da educação superior e a formação de um novo intelectual urbano. In: NEVES, L. M. W. (Org.); SIQUEIRA, A. C. (Org.). **Educação Superior: uma reforma em processo**. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2006.

NEVES, M. C. C.; DALGALARRONDO, P. Transtornos mentais autorreferidos em estudantes universitários. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 56, n. 4, p. 237-244, 2007.

NEWMAN, J.. CLARKE, J. Gerencialismo. **Educação & Realidade**, vol.37, no.2. Porto Alegre, Brasil, maio/ago. 2012.

NETO, A. C.; DUARTE, A. M. A. C. Gestão Escolar em Instituições de Ensino Médio: entre a Gestão Democrática e a Gerencial. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 745-770, jul.-set. 2011

OLIVEIRA, M. A. M.; PASCHOALINO, J. B. de Q.; ROCHA, T. C. Políticas para o ensino superior: profissionalização ou proletarização do trabalho docente? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.20, n.2, p.77-89, mai./ago. 2011.

OLIVEIRA, A. S. D., Pereira, M. S., & Lima, L. M. Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, 21(3), 609-619, 2017.

OLIVEIRA, S. B.; VARGAS, M. W.. A Assistência Estudantil como espaço privilegiado de educação para os direitos. IN: **Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis**. FONAPRACE: Revista Comemorativa 25 anos: história, memórias e múltiplos olhares. Coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX: 2012

Organização Mundial Da Saúde. **Constituição Da Organização Mundial Da Saúde (OMS/WHO) – 1946**. 2017 [cited Mar 21 2017]. Available from: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>> Acesso em: 01 de out. de 2022.

Organização Mundial da Saúde (2020). **Manejo clínico de condições mentais, neurológicas e por uso de substâncias em emergências humanitárias**. Guia de Intervenção Humanitária. Brasília, DF: OPAS

Organización Mundial de la Salud. **Sensibilizando sobre el acoso psicológico en el trabajo** Serie Protección de la Salud de los Trabajadores, n. 4. Ginebra, 2004.

PEREIRA, P.; A, P. **Política social: temas & questões**. Potyara A. P. Pereira. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_, P. A. **Política social contemporânea: concepções e configurações no contexto da crise capitalista**. In: COSTA, L. C., NOGUEIRA, V. M. R., and SILVA, V. R., orgs. A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013, pp. 15-26

\_\_\_\_\_, P. A. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012.

PAULANI, L.M. Neoliberalismo e individualismo, In: **Economia e Sociedade** (UNICAMP), Campinas, vol. 8, n. 2, p. 115–127, 2016.

PEREIRA, L. D. O ensino superior brasileiro privado-mercantil e a expansão via ead no pós-2003: análise das matrículas em cursos de serviço social. In: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. de (Orgs.). **Serviço Social e Educação**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

PINTO, M. Projetos Em Disputa Na Educação: Trabalho Docente Em Tempos De Pandemia. In: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. de (Orgs.). **Serviço Social e Educação**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

RODRIGUES, C. H. L.; JURGENFELD, V. F. Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 2 (66), p. 393-420, maio-agosto, 2019.

SANTOS, L.M., Oliveira E. M., Crepaldi MA, Ros MA. Atuação dos coordenadores de grupos de saúde na rede docente assistencial. **Rev Saúde Pública**. 2010; 44 (1): 177-84. 10.

SANTOS, L.M., Ros MA, Crepaldil MA, Ramos LR. Grupos de promoção à saúde no desenvolvimento da autonomia, condições de vida e saúde. **Rev Saúde Pública**. 2006; 40(2):346-52.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: Primeiras aproximações, 5ª ed. São Paulo, Autores Associados, 1995.

SILVA, M. R. D.; PIRES, G. D. L.; PEREIRA, R. S. A Base Nacional Comum Curricular da educação básica em tempos de neoconservadorismo e de “neoliberalismo que saiu do armário”; mas também de tempos de resistência: Fora Temer!!! **Motrivivência**, v. 28, n. 48, p. 7-14, set. 2016.

SILVA, O. A. A.; MEDEIROS, P. B.; OLIVEIRA, M. R. C. Política Social em Tempos de Capitalismo Pandêmico: Análises frente à Intervenção do Estado na Questão Social. **Revista Perspectivas Sociais**. Pelotas, vol. 09, nº 02, p. 127-146, 2023.

SILVA, G.; SILVA, A. V.; SANTOS, I. M.D. S. Concepções de gestão escolar pós-LDB: o gerencialismo e a gestão democrática. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 533-549, jul./dez. 2016.

SILVA JUNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V.; SILVA, E. P. Trabalho intensificado na universidade pública brasileira. **Universidade e Sociedade**, ano XIX, n. 45, p. 9-25, jan. 2010.

SILVA JUNIOR, N. **O Brasil da Barbárie à desumanização neoliberal**: do “Pacto edípico, pacto social”, de Hélio Pellegrino, ao “E daí?” de Jair Bolsonaro. *In*:Neoliberalismo como Gestão do Sofrimento Psíquico. São Paulo: Editora Grupo Autêntica. 2021. p. (255-283)

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, Campinas: CEDES, v. 29, n. 105, p. 991-1.022, dez. 2008.

\_\_\_\_\_, V. **Estudo Diagnóstico da Política de Expansão da (e Acesso à) Educação Superior no Brasil – 2002-2012**. Brasília: Edital N. 051/2014 SESU; Projeto de Organismo Internacional – OEI; Projeto OEI/BRA/10/002, 2014.

\_\_\_\_\_, V.. **Universidade brasileira no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2009.

SIQUEIRA, M. M. N. T. Famílias: uma experiência de trabalho com grupo. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 1, n. 2, 2008.

SOARES, A. B., BALDEZ, M. O. M., & MELLO, T. V. S. (2011). Vivências

acadêmicas em estudantes universitários do estado do Rio de Janeiro. **Interação em Psicologia**, 15(1), 59-69.

TORRES, Amanda Gonçalves et al. Covid-19 e saúde mental de universitários: revisão integrativa internacional. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 13, n. 4, p. 183-197, dez. 2021.

VENTURINI, E.; GOULART, M. S. B. Universidade, solidão e saúde mental. **Revista de Extensão da UFMG**, v. 4, n. 2, p. 94-115, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18985/15985>> Acesso em: 23 de out. de 2022.

'**Queremos uma cultura do cuidado**', diz professor à frente de grupo de saúde mental na USP. Terra. 25 de ago. de 2022. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/queremos-uma-cultura-do-cuidado-diz-professor-a-frente-de-grupo-de-saude-mental-na-usp,6938a26c0dfbc10e59ba3a64ed2f629a6ry82qk.html>> Acesso em: 23 de out. de 2022.

SEKI, A. K. Determinações do capital financeiro no Ensino Superior: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018). 2020. 437 f. **Tese (Doutorado em Educação)** - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

**World mental health report: transforming mental health for all.** Geneva: World Health Organization; 2022. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.

## APÊNDICE A - ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO  
HUMANA  
PROFESSOR: NEY LUIZ TEIXEIRA DE ALMEIDA.  
ALUNA: LETÍCIA DINIZ CARNEIRO

### ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

Caracterização do documento.

**1- Título:** \_\_\_\_\_

**2- Autor:** \_\_\_\_\_

**3- Natureza/tipo do documento:** \_\_\_\_\_

**4- Contexto de produção de documento:** \_\_\_\_\_

**5- Ano de produção e período de utilização:** \_\_\_\_\_

**6- Quantidade documentos produzidos no período:** \_\_\_\_\_

**7- Quantidade de documentos analisados:** \_\_\_\_\_

**8- Justificativa da escolha:** \_\_\_\_\_

**9- Estrutura do documento:** \_\_\_\_\_

**10- Conteúdos presentes:** \_\_\_\_\_

**11- Eixos de análise do documento:** eixo 1: unidade e público alvo das atividades, eixo 2: periodicidade das atividades, eixo 3: atividade e pesquisa, eixo 4: abordagem da temática da assistência estudantil, eixo 5: técnicas utilizadas

**12- Principais trechos a serem utilizados:** \_\_\_\_\_

**13- Principais observações feitas na análise do documento:** \_\_\_\_\_

**14- Análise final do documento:** \_\_\_\_\_

**15- Considerações e propostas sobre a futura utilização do documento:** \_\_\_\_\_

**Início do processo de análise:** \_\_\_\_\_

**Conclusão do processo de análise:** \_\_\_\_\_

**Responsáveis pela análise:** \_\_\_\_\_

**Eixos de análise do documento:**

### **Eixo 1: Unidade e público alvo das atividades**

- A unidade fornece alguma atividade voltada para saúde mental discente? Se sim, qual?
- O serviço oferecido está vinculado ao setor de Assistência Estudantil?
- Qual a população-alvo da atividade desenvolvida? Há grupos prioritários?
- Quais os critérios para acesso ao serviço?

### **Eixo 2: Periodicidade das atividades**

- Quando foi iniciada a atividade?
- A atividade iniciou-se antes ou depois da Pandemia de COVID-19?
- Há prazo pré-estabelecido para realização da atividade?
- Descrever se há aumento do número de atividades no contexto pandêmico.

### **Eixo 3: Atividade e pesquisa**

- A atividade desenvolvida apresenta na sua justificativa dados sobre a saúde mental discente?
- A atividade apresenta sistematização dos dados obtidos a partir da sua execução?
- O serviço aborda a organização da universidade como fator que impacta a saúde mental discente?
- Descrever os procedimentos de avaliação, registro e sistematização presentes.

### **Eixo 4: Abordagem da temática da assistência estudantil**

- O serviço compreende que atividades voltadas para saúde mental compõem a assistência estudantil?
- Descrever se a atividade está articulada aos objetivos previstos no PNAES, para a garantia da permanência universitária.

### **Eixo 5: Técnicas utilizadas pelos projetos**

- Qual técnica de intervenção utilizada nas atividades desenvolvidas?
- O serviço prioriza atividades individuais ou coletivas?

Instrumento elaborado por: Ney Luiz Teixeira de Almeida – Doutor em Educação pela UFF e professor adjunto da Faculdade de Serviço Social da UERJ

**APÊNDICE B - Ilustração com dados dos efeitos da Pandemia de COVID-19 em estudantes de pós-graduação.**

## Efeitos da pandemia de Covid-19 em estudantes de pós-graduação



Fonte: Imagem extraída do website IOC/Fiocruz, no qual são apresentados dados publicados no artigo The perceptions of Brazilian postgraduate students about the impact of Covid-19 on their well-being and academic performance.